Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXVIII - Edição nº 17.077 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2023

Ebitda menor

Divulgação

Natura registrou prejuízo de R$ 890,4 milhões

A Natura &Co apresentou prejuízo líquido de R$ 890,4 milhões no quarto trimestre de 2022 e reverteu, assim, o lucro líquido de R$ 695,5 milhões registrado no último trimestre de 2021. Segundo a companhia, o resultado foi impactado principalmente pelo menor Ebitda que, por sua vez, sofreu com R$ 383 milhões de "impairment não caixa" (redução de valores contábeis de ativos). **PÁGINA 4**

Juros altos

Construtoras temem queda na venda de imóvel

O ambiente de juros altos da economia brasileira, com a Selic em 13,75% ao ano, e a onda crescente de saques das cadernetas de poupança levaram os bancos privados a subir a taxa dos financiamentos imobiliários nas últimas semanas. O quadro ligou o sinal de alerta para as incorporadoras imobiliárias, que esperam mais dificuldade para as vendas daqui em diante, com os compradores mais assustados com o custo do crédito. **PÁGINA 3**

Realocação

Cresce o número de universitários mais velhos

O número de calouros com 40 anos ou mais em universidades brasileiras quase triplicou nos últimos dez anos, entre 2012 e 2021, segundo dados do Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC). A alta, de 171,1%, foi bem maior do que a variação do total de ingressantes: de 43,1%. **PÁGINA 8**

Meta corta vagas

Reuters

PÁGINA 5

O senador afirmou que há limites formais que devem ser observados

Pacheco se mostra contra instalação de CPI

O presidente da Câmara alega que a matéria é da legislatura passada, uma vez que foi protocolada antes do início do ano legislativo de 2023

Pedro França - Agência Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação contrária à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, que ocorreram em Brasília, de autoria da senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS). Pacheco alega que a matéria é da legislatura passada, uma vez que foi protocolada antes do início do ano legislativo de 2023, e que não há "direito líquido e certo" para a sua criação imediata. "O requerimento foi apresentado na legislatura passada, e há disposições regimentais, cuja interpretação impedem seu prosseguimento automático, na forma pretendida pela Senadora Impetrante, a demonstrar, portanto, que a segurança há de ser denegada", disse Pacheco. Soraya acionou a Corte Suprema em 16 de fevereiro para garantir a instalação da CPI para investigar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. "Toda a argumentação trazida por ele, Pacheco, não se aplica ao caso concreto, uma vez que se refere à hipótese de CPIs em funcionamento", declarou a parlamentar. "No nosso caso, a proposição por mim apresentada e subscrita por mais de 40 senadores que estão em seu mandato sequer pode ser considerada requerimento, tendo em vista que ela ainda não foi lida pelo Presidente Pacheco." **PÁGINA 6**

PARCERIAS

Lula quer que bancos públicos emprestem para os municípios

Lula Marques - Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (14), no encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília, que os bancos públicos federais devem emprestar recursos para financiar obras em estados e municípios. "Vou trabalhar para que os bancos públicos tratem de emprestar recursos para cidades com capacidade de endividamento." **PÁGINA 7**

EXPANSÃO

Volkswagen anuncia investimento de 180 bilhões de euros até 2027

Divulgação

A Volkswagen divulgou na terça-feira, 14, que teve lucro após impostos de 15,8 bilhões de euros em 2022, apenas 3% maior do que o ganho de 15,4 bilhões de euros do ano anterior. Já a receita da montadora alemã cresceu 11,6% no ano passado, a 279,2 bilhões de euros. A empresa também revelou planos de investir 180 bilhões de euros entre 2023 e 2027. **PÁGINA 4**

IBOVESPA 102.932,38 ↓ -0,18%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	19.53	+3.88%	+0.73
RAIZEN PN N2	2.710	+3.44%	+0.090
AMBEV S/A ON	13.95	+2.50%	+0.34
AZUL PN N2	12.73	+2.83%	+0.35
CPFL ENERGIAON NM	31.75	+2.42%	+0.75

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
GRUPO NATURAON NM	12.22	−17.49%	−2.59
CVC BRASIL ON NM	3.27	−7.89%	−0.28
QUALICORP ON NM	4.52	−4.84%	−0.23
REDE D OR ON NM	22.450	−5.07%	−1.200
LOJAS RENNERON NM	18.47	−3.90%	−0.75

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	83.98	+0.91%	+0.76
PETROBRAS PN N2	23.76	−1.78%	−0.43
GRUPO NATURAON NM	12.22	−17.49%	−2.59
ITAUUNIBANCOPN N1	23.70	−0.34%	−0.08
AMBEV S/A ON	13.95	+2.50%	+0.34

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.155,40	+ 1,06%
S&P 500	3.919,29	+ 1,65%
NASDAQ	11.428,15	+ 2,14%
DAX 30	15.232,83	+ 1,83%
FTSE 100	7.637,11	+1,17%
IBEX 35	9.155,00	+ 2,19%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
5,256	5,257	↓ -0,22%	0,026	0,026	↓ -0,93%	5,646	5,647	↓ -0,12%	6,395	6,397	↓ -0,07%	317,00	USD$ 1.904,59

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

APROVAÇÃO FINAL

Costa: reunião sobre arcabouço fiscal deve acontecer esta semana

O ministro afirmou também que o governo vai anunciar a volta do Mais Médicos, que vai atrair profissionais para regiões distantes do País, mas disse que as contratações ainda serão definidas

José Cruz - Agência Brasil

Rui Costa: "nós ainda não recepcionamos o detalhamento do programa Voa Brasil, mas haverá o momento de ter essa reunião com os ministros"

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na terça-feira, 14, que uma reunião da junta orçamentária para discutir o novo arcabouço fiscal deve ocorrer nesta semana. Após análise da proposta pela equipe, o teor será levado à aprovação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

Costa disse, no entanto, que o tema não foi discutido na reunião ministerial realizada na terça pela manhã. O foco do encontro, segundo ele, foram os temas sociais.

Os ministros apresentaram um balanço do que foi feito até agora e a previsão de novos lançamentos na área.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de uma reunião com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, para apresentação do novo arcabouço fiscal. Estiveram presentes também o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Haddad já anunciou que a ideia é apresentar a nova âncora fiscal à equipe econômica para, depois, levar à aprovação de Lula.

Na semana passada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, conheceu o teor do arcabouço e disse que a proposta "agrada a todos, inclusive ao mercado".

Haddad já anunciou que o plano é de que a proposta se torne pública antes da viagem de Lula à China, agendada para o dia 24 de março. O ministro fará parte da comitiva do presidente.

Rui Costa afirmou ainda que a Pasta não recebeu detalhamento do programa "Voa Brasil", anunciado esta semana pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. "Nós ainda não recepcionamos o detalhamento desse programa e haverá o momento de ter essa reunião", disse, após encontro ministerial convocada pelo presidente.

De acordo com Costa, a orientação do chefe do Executivo é de que programas e anúncios sejam do governo, e não de ministérios.

Durante a reunião de terça-feira, Lula disse que ninguém pode anunciar "absolutamente nada" sem passar pelo crivo da Casa Civil.

Ele afirmou que "qualquer genialidade" que alguém possa ter deve ser anunciada à pasta comandada por Costa, para que o tema seja discutido com a Presidência. "Para que a gente possa chamar o autor da genialidade", ironizou.

A "bronca" de Lula aos ministros foi vista por pessoas como um recado a Márcio França, que anunciou nesta semana o "Voa Brasil", formatado para que um público específico, com renda de até R$ 6,8 mil, possa comprar passagens aéreas por R$ 200. Servidores, aposentados e pensionistas, além de estudantes com Fies, poderiam ser contemplados pela política.

O ministro afirmou ainda que na semana que vem será realizado um ato no Ministério da Saúde para anunciar a volta do programa focado em atrair médicos para atuarem em regiões mais distantes do País. A política pública retoma o viés do "Mais Médicos", marca das gestões petistas, criado no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. O programa foi alvo de críticas por parte de adversários e perdeu força na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Provavelmente semana que vem faremos ato no Ministério da Saúde para retomar credenciamentos represados e volta do programa de médicos de regiões mais distantes", disse Costa, em declaração à imprensa após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros com foco na área social.

Em relação ao nome do programa, o ministro explicou que será definido até o lançamento. Por enquanto, o projeto será chamado de "Mais Saúde para os brasileiros".

O ministro afirmou que a contratação de médicos estrangeiros ainda está sendo definida, mas a prioridade será dada aos brasileiros.

Bolsonaro e aliados acusavam o programa Mais Médicos de trazer profissionais cubanos para cuidar da saúde pública no Brasil. Em diferentes ocasiões, o ex-presidente questionou a competência dos profissionais estrangeiros e acusou o programa de ser usado para financiar o governo cubano.

Questionado sobre aumento salarial para atrair profissionais da saúde para os rincões do País, Costa disse que este não será o foco. Ele destacou que haverá introdução de qualificação de especialista e complementação da formação básica dos médicos. Também deve haver novidades para incentivo aos médicos recém-formados.

"Vamos elevar a oferta de serviços, não apenas de forma quantitativa, mas qualitativa, capacitando ainda mais a assistência básica em nosso País, além de ofertar esses médicos", afirmou Costa.

O ministro da Casa Civil também anunciou a retomada de credenciamento de serviços aos municípios. "Muitos serviços que foram criados pelos municípios, unidades de saúde, odontológicas, que o Ministério da Saúde deixou de cadastrar há anos e, portanto, esses serviços ou estão sendo realizados sem participação dos recursos federais, como prevê a lei, ou o posto de saúde, odontológico, ficou pronto, equipado, mas está sem funcionar porque não tem o financiamento federal", declarou.

Na educação, conforme anunciou, haverá a expansão das escolas em tempo integral e um programa específico para alfabetização. "Alcançará 100% dos municípios brasileiros", disse.

REGULAÇÃO

Haddad promete apresentar a nova tributação das apostas online

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo deve publicar uma Medida Provisória (MP) após a viagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à China para tributar o setor de jogos e apostas online. Segundo ele, as empresas do setor pagarão uma contribuição, mas a alíquota ainda não está definida diante da escassez de informações sobre o faturamento das companhias.

"A gente deve publicar a Medida Provisória depois da viagem à China. Será por MP porque há necessidade de noventena, o setor não paga nada de tributo, provavelmente será uma contribuição. Como não há série histórica e conhecimento sobre o histórico do setor, nós temos que acumular informações que vem do próprio setor, mas não podem ser exclusivas deles para a gente fechar a exposição de motivos da MP e cálculo de impacto sobre as contas públicas", disse ele.

Haddad tem reunião com executivos das empresas que atuam no ramo, além de administradores de loterias. O encontro, agendado para 17 horas, terá representantes da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Betano, Conta Zap e Zap Bets, BetNacional, GaleraBet, Vai de Bet e F12 Bet.

No começo de março, Haddad adiantou que o aumento da isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) será compensado pela tributação das apostas online. "Vamos compensar a pequena perda de arrecadação com a tabela do IR com a tributação sobre esses jogos eletrônicos que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do País. Jogo no mundo inteiro é tributado e no Brasil não é", afirmou o ministro, na ocasião.

As estimativas sobre o potencial de arrecadação da medida variam entre R$ 2 bilhões e R$ 6 bilhões por ano. "O modelo está pronto, mas precisamos de uma estimativa mais precisa. Mas é coisa da ordem de bilhões de reais, não muitos, mas alguns", acrescentou Haddad, no começo do mês.

Sem regulamentação para operar em solo nacional, essas empresas têm sede no exterior, mas movimentam bilhões dos apostadores nacionais. As estimativas são de que o dinheiro que passa por essas companhias chegue a R$ 12 bilhões este ano, pelas contas de Magno José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal e fundador do site BNL Data.

Em 2018, no governo de Michel Temer, essas apostas foram legalizadas no País, mas se estabeleceu um prazo máximo de quatro anos para que fossem regulamentadas pelo Ministério da Fazenda. Esse prazo venceu em dezembro passado e, como isso não aconteceu, elas operam hoje em uma espécie de limbo regulatório

Após reunião ministerial no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Haddad disse que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu que seus assessores marquem uma agenda ainda nesta semana para que a equipe econômica apresente a proposta de novo arcabouço fiscal a ele e ao ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Haddad repetiu a intenção de tornar pública a proposta de lei complementar - já com o aval de Lula - ante da viagem presidencial à China, no fim da próxima semana. "O nosso cronograma está em dia", afirmou, ao retornar ao edifício da Pasta.

"A reunião foi muito boa. Apresentamos a proposta e a reação dele foi muito boa", limitou-se a comentar.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal *Diário Comercial* Ltda.

Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: **www.diariocomercial.com.br**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

ALTA DOS JUROS

Construtoras temem retração na venda de imóveis no País

A taxa de juros do crédito imobiliário chegou à faixa dos dois dígitos no segundo semestre - algo que não se via desde 2016 - e segue ganhando corpo neste ano

Reuters

Construção: o crédito mais caro afugenta potenciais compradores de imóveis, até porque esse é, em geral, um financiamento de prazo muito longo

O ambiente de juros altos da economia brasileira, com a taxa Selic em 13,75% ao ano, e a onda crescente de saques das cadernetas de poupança levaram os bancos privados a subir a taxa dos financiamentos imobiliários nas últimas semanas. O quadro ligou o sinal de alerta para as incorporadoras imobiliárias, que esperam mais dificuldade para as vendas daqui em diante, com os compradores mais assustados com o custo do crédito.

A taxa média de juros do crédito imobiliário chegou à faixa dos dois dígitos no segundo semestre do ano passado - algo que não se via desde 2016 - e segue ganhando corpo neste ano. Dados do Banco Central mostram que essa taxa bateu em janeiro, em média, a marca de 10,74% ao ano. O patamar é consideravelmente maior do que o registrado nos mesmos meses de 2021 e 2022, quando estavam em 6,98% e 9,41%, respectivamente.

O crédito mais caro afugenta potenciais compradores de imóveis - até porque esse é, em geral, um financiamento de prazo muito longo. Com isso, o setor de construção começa a ligar o sinal de alerta. A expectativa é de que as vendas de imóveis, principalmente de médio e alto padrões, sejam mais demoradas neste ano, afirmou o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Celso Petrucci. "Teremos um cenário de financiamento mais difícil em 2023."

O quadro no fim do ano passado já indicava que o setor entraria em 2023 em desaceleração. De acordo com pesquisa da CBIC, os lançamentos de imóveis no País no quarto trimestre tiveram queda de 23,1% em relação ao mesmo período de 2021, indo para 80.198 unidades. No acumulado de 2022, os lançamentos recuaram 8,6% ante 2021, para 295.447 unidades.

Por sua vez, as vendas de imóveis baixaram 9,6% no quarto trimestre de 2022 perante o mesmo período de 2021, para 74.119 unidades. No acumulado do ano, as vendas de imóveis no País diminuíram 3,2%, para 314.305 unidades.

Em fevereiro, os três maiores bancos privados do País - Itaú Unibanco, Bradesco e Santander - aumentaram as taxas em aproximadamente 0,5 ponto porcentual, enquanto Caixa Econômica Federal (líder de mercado) e Banco do Brasil (com fatia pequena do mercado) mantiveram os valores inalterados desde o começo do segundo semestre do ano passado. "Todos os bancos tiveram de acabar alterando taxas ou vão alterar. Fizemos um movimento bem recente para todos os segmentos", disse o diretor de crédito imobiliário do Itaú Unibanco, Thales Ferreira Silva.

A principal razão para esse movimento é a trajetória da taxa Selic. Mas um outro ponto importante é o encarecimento das fontes de recursos que os bancos usam para conceder empréstimos. A mais comum é a poupança, que tem vivido uma onda de saques. Desde o ano passado, a caderneta já perdeu R$ 100 bilhões. Paralelamente, o setor vem de dois anos de demanda aquecida. Os financiamentos foram recordes em 2021 (R$ 205 bilhões) e tiveram a segunda melhor marca da história em 2022 (R$ 179 bilhões). Ou seja, consumindo os recursos das cadernetas.

Para não deixar de emprestar, os bancos passaram a buscar dinheiro em outras fontes do setor imobiliário, como as letras de crédito (LCI e LIG) e os certificados de recebíveis (CRI). Essas fontes, porém, são mais caras.

Com esse cenário, especialistas recomendam até o adiamento da compra por algum tempo se o consumidor puder esperar. "Como o financiamento imobiliário é de alto valor, qualquer queda de meio ponto porcentual na taxa de juros tem um impacto muito grande no valor da prestação e no total desembolsado", diz Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Em um financiamento imobiliário de R$ 500 mil, por exemplo, contratado por um prazo de 30 anos, a economia pode chegar a 6%, ou cerca de R$ 70 mil ao fim do período, se a taxa de juros do crédito imobiliário cair apenas um ponto porcentual, calcula o economista. Um empréstimo com juros de 10% ao ano ficaria em R$ 1.221.966,17, enquanto outro com juros de 9% ao ano sairia por R$ 1.150.460,92.

Além das taxas elevadas, ele aponta outros fatores que devem ser considerados antes de assumir um empréstimo. Um deles é que a taxa contratada é mantida do início ao fim do financiamento, mesmo que ocorram reduções nos juros de mercado ao longo do período. Por isso, o risco é alto de fechar contrato quando as taxas estão no pico, como hoje. Além disso, diz, neste momento há um ambiente de muita incerteza pela frente.

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) encaminhou ao Banco Central (BC) uma proposta de redução de 5% no compulsório bancário. O objetivo é direcionar esse dinheiro para abastecer os financiamentos de imóveis e incentivar uma possível redução das taxas de juros.

A medida, se confirmada, representaria a injeção de R$ 38 bilhões em recursos no mercado imobiliário, afirmou o presidente da Abrainc, Luiz França. "Com isso, a pressão sobre a taxa não existiria mais, pois haveria funding disponível aos bancos para fazer o mesmo volume de financiamentos do ano passado", afirmou

Pelas regras do BC, 65% dos recursos da caderneta de poupança vão para os financiamentos imobiliários, enquanto 20% são guardados como colchão de liquidez na forma de depósitos compulsórios; os outros 15% são de uso livre pelas instituições.

"Com a liberação desses R$ 38 bilhões, os bancos vão ter funding (recursos) para atingir o mesmo volume de financiamentos do ano passado. Tem uma desoneração do funding. Pela lógica, os bancos deveriam voltar a ter a mesma taxa do ano passado", disse França Em 2022, o crédito imobiliário atingiu R$ 179 bilhões. Para este ano, a previsão é de uma queda para R$ 156 bilhões.

Um detalhe da proposta é que essa flexibilização do compulsório seja usada para financiar somente imóveis novos, deixando de fora os usados. "É nos imóveis novos que está a geração de empregos, e se movimenta a economia", afirmou. Segundo França, os R$ 38 bilhões poderiam se traduzir em 160 mil apartamentos, 900 mil empregos e R$ 10 bilhões em impostos. A proposta da Abrainc foi entregue semana passada ao Banco Central, que ficou de avaliar.

França afirmou que as vendas de imóveis estão normais neste começo de ano. A Abrainc divulgará seu balanço anual de vendas na próxima semana. O dado mais recente da associação mostra que no trimestre móvel encerrado em novembro (dados acumulados de setembro, outubro e novembro) de 2022, os lançamentos recuaram 9,1% na comparação com o mesmo período de 2021, ficando em 40 757 unidades. Por sua vez, as vendas líquidas cresceram 13,3%, para 33.435 unidades. Os números têm como base os resultados de 18 das maiores incorporadoras do País associadas à Abrainc.

BAIXA RENDA

Governo terá regulamentações para FAR no Minha Casa até fim de março

O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou na terça-feira, 14, que o governo deve publicar até o fim de março as regulamentações que irão permitir a contratação de novos projetos para o Faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), especificamente para os casos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - principal sustentação do programa voltado a famílias de baixa renda. A ideia é que a plataforma para entrada de novos projetos já esteja disponível neste mês.

"Estamos trabalhando para que até final do mês de março estejam todas publicadas (as portarias) relativas ao FAR", disse Jader Filho à imprensa após participar de painel no evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília.

Com a regulamentação do FAR encaminhada, o governo deve seguir com as publicações referentes a outros pilares do programa, por exemplo, modalidade rural, MCMV Entidades, e o ramo de financiamento com FGTS.

O segmento de Retrofit dentro do MCMV - de reforma de prédios abandonados para servir de habitação social - também foi destacada pelo ministro.

"Um dos programados mais importantes. Ele tem papel importantíssimo de fazer a requalificação de prédios e disponibilizar moradia em lugares que têm toda a infraestrutura", disse Jader Filho, segundo quem a formatação também já está sendo finalizada pela pasta.

Ainda durante o evento da FNP, Jader destacou a presença de todos os seus secretários, incluindo o de Habitação, Hailton Madureira - cadeira que gerou uma disputa entre o ministério e a bancada do MDB na Câmara.

O ministro também disse que nos últimos dois meses a pasta pode retomar cerca de 6 mil obras paralisadas do Faixa 1 do MCMV, e que a meta é chegar a 10 mil nos primeiros 100 dias de governo.

Jader Filho acredita também que em "curto espaço de tempo" o governo publicará as novas regulamentações do Marco Legal do Saneamento. Ele reforçou que o Executivo ainda está debruçado sobre pontos em que não há consenso entre as associações do setor.

Um deles se refere a sobrevida de contratos de estatais que hoje estão irregulares, seja por estarem vencidos ou em prestação de fato, sem contrato formalizado.

As empresas privadas não acreditam ser possível regularizar essas operações via decreto. Tal medida cobraria mudanças legais, algo que o setor privado é contra.

De acordo com Jader Filho, ainda na terça o governo terá uma nova rodada de diálogo com os envolvidos para tratar do tema. "Isso que estamos discutindo se haverá ou não segunda chance a contratos irregulares de estatais, haja vista que tem situações que precisa de alteração na lei e outras que são por decreto. São essas discussões que estamos fazendo, com envolvidos no processo, e jurídico, para encontrar melhor caminho. Algumas coisas podem ser feitas a partir de decretos e outras terão que ser feitas com alteração de lei", disse à imprensa, após participar de evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Questionado se já estaria definido que o governo proporia um projeto de lei para alterar o marco legal, o ministro respondeu apenas que as discussões estão em torno desse tópico. "Tem diversos pontos que têm consenso e tem alguns dissensos, e é nesses dissensos que estamos trabalhando para encontrar melhor mecanismo para poder alcançar a solução dos problemas", afirmou o ministro. "Mensagem principal do governo é facilitar investimento", concluiu.

ENDIVIDAMENTO

Lucro da Eletrobras cai 36% e atinge R$ 3,6 bilhões

Fernando Frazão - ABr

A receita totalizou 34,074 bilhões

A Eletrobras encerrou o ano de 2022 com lucro líquido consolidado de R$ 3,638 bilhões. O número representa uma queda de 36% ante o reportado durante o ano de 2021.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) consolidado somou R$ 11,398 bilhões no ano passado, montante 18% menor que o apurado em 2021.

A receita operacional líquida da companhia totalizou 34,074 bilhões em 2022, ante receita de R$ 34,627 bilhões de 2021.

O resultado financeiro ficou negativo em R$ 4,374 bilhões no ano passado, ante resultado negativo de R$ 1,442 bilhão de 2021. A empresa encerrou o ano com uma dívida líquida de R$ 34,763 bilhões.

A companhia explica, em seu release de resultados que a dívida foi substancialmente afetada pela consolidação da dívida bruta da Saesa de cerca de R$ 20 bilhões, na qual Furnas passou a deter 72% de participação a partir do terceiro trimestre.

No quarto trimestre de 2022, a Eletrobras registrou prejuízo líquido de R$ 479 milhões ante lucro líquido de R$ 610 milhões obtido no mesmo intervalo de 2021.

Em seu release de resultados, a empresa explica que o resultado foi impactado, negativamente, pela contabilização do Plano de demissão voluntária, realizado em dezembro de 2022, no montante de R$ 1,260 bilhão. Além disso, o resultado também foi impactado pela constituição de provisão de recebíveis da Amazonas Energia, no montante de R$ 2,528 bilhões.

Segundo a empresa, houve ainda queda do resultado financeiro em R$ 946 milhões, em particular, pelo aumento de R$ 1,098 bilhão das despesas financeiras com encargos de dívida, em função da consolidação da SPE Santo Antônio Energia (+R$ 436 milhões) a partir do terceiro trimestre, e do impacto de R$ 888 milhões de despesas financeiras (IPCA + encargos) das obrigações junto à CDE (encargo de 7,6%) e projetos de revitalização das bacias hidrográficas e Amazônia Legal (encargo de 5,67%), conforme estabelecido pela Lei nº 14.182/2021 (Desestatização da Eletrobras), como uma das condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica por mais 30 anos.

O Ebitda IFRS somou R$ 1,420 bilhão entre outubro e dezembro, queda de 30% ante o reportado um ano antes, devido, especialmente, à provisão de PCLD acima mencionada, redução da receita de Transmissão e ao aumento do PMSO (+R$ 1,627 bilhão), em especial devido as despesas não recorrentes do PDV.

A receita operacional Líquida caiu 14%, passando de R$ 10,502 bilhões no quarto trimestre de 2021 para R$ 9,009 bilhões no último trimestre de 2022. A linha, segundo a empresa, foi influenciada pela deflação do período (queda do IPCA e IGPM), piorando a receita de transmissão de forma muito relevante, o que foi mitigado, em parte, pela revisão tarifária do ciclo 22/23 de 17 contratos de transmissão.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

ELETRIFICAÇÃO

Divulgação

Oliver Blume, CEO da Volkswagen, disse que 2022 foi um ano importante para o Grupo, que avançou na execução da estratégia, apesar dos ventos contrários

Volkswagen pretende investir € 180 bilhões

A empresa quer aumentar sua presença na América do Norte e elevar a competitividade

A Volkswagendivulgou na terça-feira, 14, que teve lucro após impostos de 15,8 bilhões de euros em 2022, apenas 3% maior do que o ganho de 15,4 bilhões de euros do ano anterior.

Já a receita da montadora alemã cresceu 11,6% no ano passado, a 279,2 bilhões de euros, segundo balanço financeiro.

A Volkswagen também revelou planos de investir 180 bilhões de euros entre 2023 e 2027 para expandir sua presença na América do Norte e na China.

Mais de dois terços do valor previsto, ou 68%, irão para digitalização e eletrificação, detalhou a empresa.

O Grupo Volkswagen apresentou resultados sólidos para o ano inteiro em 2022, apesar dos ventos econômicos globais contrários. Os resultados demonstram que o Grupo possui uma sólida base financeira para construir em 2023, com margens fortes e uma liquidez líquida muito sólida na divisão automotiva. A estratégia de BEV do Grupo continuou avançando em 2022 e demonstrou a popularidade da linha de modelos mais recente, com desempenhos robustos em todas as regiões. O Grupo continua a ser o líder de mercado do segmento BEV na Europa e continua a crescer na China. Novos modelos significativos que chegarão em 2023 adicionarão mais vento a favor e melhorarão a posição do Grupo no mercado.

Oliver Blume, CEO da Volkswagen, disse que 2022 foi um ano importante para o Grupo, que avançou na execução da estratégia, apesar dos ventos contrários extremos. "Os BEVs representaram uma participação recorde de 7% no total de entregas - um marco significativo que iremos desenvolver este ano, à medida que nossa linha de modelos populares continua a crescer."

Em linha com Plano de Dez Pontos, a empresa deu passos importantes para executar a estratégia de produtos para as marcas, a simplificação das plataformas e um roteiro de software revisado.

"Continuamos a fortalecer nossa presença global concentrando a produção e o desenvolvimento de nossos excelentes produtos e tecnologias ainda mais localmente nos mercados. O FY23 será um ano decisivo para a execução de metas estratégicas e aceleração do progresso em todo o grupo."

Embora os números gerais de entrega tenham caído 7%, para 8,3 milhões de veículos em 2022, o Grupo Volkswagen permanece bem posicionado para o crescimento futuro. As margens operacionais antes de itens especiais cresceram para 8,1% em 2022, refletindo a contínua disciplina de preços e o progresso de custos e foram impulsionadas por um mix de modelos mais forte.

O fluxo de caixa líquido da divisão automotiva diminuiu para EUR 4,8 bilhões. Isso foi causado por um aumento no capital de giro devido a questões de cadeia de suprimentos e logística, principalmente no final do ano. Ao longo de 2023, esse efeito deve ser amplamente revertido e fortalecer a liquidez líquida da divisão automotiva. Com uma carteira de pedidos alta de 1,8 milhão de veículos e um portfólio de produtos exclusivo, o Grupo mantém uma posição forte e espera que os gargalos na cadeia de suprimentos diminuam gradualmente em 2023.

A liquidez líquida na Divisão Automotiva aumentou para 43 bilhões de euros no final de 2022, apoiada pelo IPO da Porsche AG.

No total, o Grupo planeja investir 180 bilhões de euros entre 2023 e 2027 nos pools de lucro mais atraentes, incluindo em particular a estratégia de baterias, aumentando sua presença na região da América do Norte, elevando a competitividade em digitalização e produtos na China, bem como manter o desenvolvimento do portfólio de produtos líderes. Mais de dois terços (68 por cento) do investimento irão fluir para os campos futuros de digitalização e eletrificação.

No último plano quinquenal, o número era de 56 por cento. Já em 2025, espera-se que cada quinto veículo vendido em todo o mundo seja um com tração totalmente elétrica. Uma das principais razões para o aumento do investimento são os cerca de 15 bilhões de euros reservados para a construção de fábricas de células pela PowerCo, startup de baterias, e os gastos iniciais para garantir matérias-primas como parte da implementação da estratégia de baterias. Até 2030, espera-se que a PowerCo gere vendas anuais de mais de 20 bilhões de euros. Além disso, haverá investimentos em curso na última geração de motores de combustão. Espera-se que o pico de investimento seja alcançado em 2025, após o que diminuirá continuamente.

IMPACTO CAMBIAL

Natura registra prejuízo de R$ 890,4 milhões

A Natura &Co apresentou prejuízo líquido de R$ 890,4 milhões no quarto trimestre de 2022 e reverteu, assim, o lucro líquido de R$ 695,5 milhões registrado no último trimestre de 2021. Segundo a companhia, o resultado foi impactado principalmente pelo menor Ebitda que, por sua vez, sofreu com R$ 383 milhões de "impairment não caixa" (redução de valores contábeis de ativos). Contribuíram ainda para a última linha negativa maiores despesas financeiras líquidas e perdas de operações descontinuadas.

O Ebitda ajustado foi de R$ 1,095 bilhão, com margem de 10,5%. O resultado é 29% menor do que o do mesmo período de 2021 e teve queda de 2,8 pontos porcentuais na margem. A empresa pontua que houve melhoria da margem de Aesop, combinada a menores despesas da Holding, mas que esses ganhos foram compensados por desempenhos mais fracos já esperados na Natura &Co da América Latina, na Avon International e na The Body Shop.

A Receita líquida consolidada totalizou R$ 10,4 bilhões, alta de 3% em relação a um ano antes em moeda constante. No entanto, em reais, houve queda de 10,8%. Para justificar essa baixa a Natura &Co cita um impacto cambial, principalmente pela depreciação da Libra Esterlina, do Dólar Australiano e do Peso Argentino em relação ao Real.

Já o crescimento em moeda constante teria sido impulsionado pelo forte desempenho da Natura na América Latina, com alta de 10,6% de receita, e da Aesop, com crescimento de 18,2%. Esses ganhos, porém, foram parcialmente compensados "pelos contínuos desafios na The Body Shop (com queda de 8,4% na receita em moeda constante) e na Avon International (com queda de 9,9%, sendo -6,2% quando se exclui Rússia e Ucrânia.

O Lucro bruto consolidado do trimestre foi de R$ 6,6 bilhões, queda de 11,6%, com margem bruta de 63,8%, baixa de 0,6 p.p. A margem foi impactada principalmente pela The Body Shop e por um desempenho "mais suave", segundo a companhia, da América Latina e da Aesop. Esses efeitos que mais do que compensaram a melhora da margem da Avon International, na comparação ano a ano.

A Dívida Líquida foi de R$ 7,4 bilhões, frente a cerca de R$ 6 bilhões registrados um ano antes. A empresa destaca, porém, que o montante diminuiu frente aos R$ 8,8 bilhões do trimestre imediatamente anterior. A relação dívida líquida/Ebitda, no critério IFRS16, passou de 1,52 vez para 3,49 vezes.

A Natura &Co anunciou também o apoio a obra de Sebastião Salgado, um dos fotógrafos mais importantes do mundo, que passou anos visitando a Amazônia e documentando a floresta. Ele vai apresentar mais de 200 imagens em preto e branco, muitas das quais nunca antes exibidas no Reino Unido. Essas fotografias - reunidas ao longo de seis anos com doze comunidades indígenas diferentes - levam os espectadores a uma jornada pelas florestas e rios da Amazônia, apresentando-nos aos povos indígenas e habitantes da floresta. A exposição é mais do que um impressionante testemunho visual de um mundo em rápido desaparecimento; é um apelo à ação para preservar as maravilhas da Amazônia.

Sebastião Salgado disse que é dever de todos os seres humanos do planeta participar da proteção da Amazônia.

"A exposição 'Amazônia' é fruto de sete anos de experiência humana e de expedições fotográficas em uma região ainda pouco conhecida, e que nunca deixa de nos ensinar e surpreender com a cultura e o engenho essencial de seus habitantes e o mistério, o poder e beleza inigualável da natureza. Essas imagens testemunham o que sobrevive antes que mais coisas desapareçam. Para que a vida e a natureza escapem de mais destruição e depredação, é dever de todos os seres humanos do planeta participar de sua proteção.

Estou satisfeito que a Natura & Co seja o principal patrocinador desta exposição, devido ao seu compromisso inabalável de proteger a Amazônia e sua biodiversidade, trabalhando lado a lado com suas comunidades, abordando a crise climática e muito mais."

Marcelo Behar, vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos do Grupo da Natura &Co, disse que a crise climática é realmente o desafio definidor do nosso tempo.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

O QUE ACONTECE DEPOIS DO FALECIMENTO DE ALGUÉM QUE DEIXA BENS?

por
Fernanda Valadares

Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

VOCÊ JÁ SE PERGUNTOU o que acontece quando alguém que possui patrimônio vem a falecer e como se dá o procedimento de transferência desses bens aos herdeiros?

A TRANSFERÊNCIA DOS BENS é de forma imediata? Precisa de alguma providência do herdeiro?

PRECISA PAGAR algum imposto? Sou filho do dono, já sou dono?

Essas são algumas das perguntas que geralmente são feitas após o falecimento de alguém que possui bens e que deixa herdeiros. E todas essas questões surgem justamente quando a família está passando por momentos difíceis, de luto, e que não são tão simples de serem resolvidas, se não pensadas anteriormente.

Portanto, uma das ideias do planejamento sucessório é trazer clareza do que podemos fazer para que esses questionamentos sejam do conhecimento da população antes mesmo de serem utilizados. Desde o que acontece até o que precisa ser feito juridicamente quando o assunto é receber patrimônio de herança.

E DITO ISSO, APESAR de o Código Civil estabelecer o Princípio Saisine, que diz que a herança transmite-se imediatamente aos herdeiros, temos que ter em mente que essa ficção jurídica da transferência imediata, necessita, para que se concretize de fato, passar por um procedimento administrativo ou judicial, seguido de altos custos para, aí sim, prosseguir com a transferência dos bens aos novos proprietários, os herdeiros.

O procedimento necessário e obrigatório para a transferências dos bens aos herdeiros é o inventário, que pode ser extrajudicial ou judicial. Em ambos será necessária a presença de advogado e será devido o pagamento de imposto, o ITCMD, (imposto sobre transmissão causa mortis ou doação) no valor de 2% a 8% do valor atual do bem, a depender do Estado em que o imóvel se encontra ou onde o inventário processar, quando se tratar de bem móvel.

PORTANTO, DESDE 2007 já é possível realizar o inventário de forma administrativa, permitindo a redução da questão tempo para a transferência dos bens de forma considerável. O que no inventário judicial, em média, demora-se 4 anos para a partilha dos bens, conforme dados do CNJ sobre duração de processo, no inventário extrajudicial, é possível conseguir a transferência efetiva dos bens em até 2 meses, em média.

Ocorre que, muitos herdeiros não preenchem os requisitos para o trâmite do inventário extrajudicial e, nesses casos, o processo judicial necessariamente terá que ser ajuizado. Ou seja, será transferido a um terceiro, no caso o Estado, como se dará a transferência dos bens, mas também a administração dos mesmos. É o judiciário que ficará responsável por decidir sobre qualquer questão ou conflito entre os herdeiros e, com isso, passa a ser, mesmo que indiretamente, o administrador dos bens da herança. Estado esse, diga-se de passagem, cheio de outros processos tão importantes quanto os que envolvem pedidos de partilha de bens.

Dito isso, já se tem a ideia de que o falecimento de uma pessoa que deixa patrimônio, gera nos herdeiros uma obrigação de passar por um processo além de burocrático, oneroso. Precisa-se, para receber os bens, de paciência e dinheiro.

NO ENTANTO, AVESSO a esse procedimento burocrático e custoso, muitas famílias têm procurado fazer um planejamento patrimonial e sucessório. Justamente pelo fato de que podemos precaver futuros problemas e amenizar, ou quiçá, evitá-los com o planejamento da sucessão futura.

O planejamento sucessório, portanto, surge com a ideia de utilizar de múltiplas ferramentas jurídicas disponíveis a fim de organizar o patrimônio, para, além de garantir economia tributária quando possível, planejar a futura sucessão ainda em vida.

A ideia, portanto, serve para facilitar a sucessão, garantir que os herdeiros possam receber a herança de forma eficiente e mais econômica, sem percalços e ainda possibilitando eventual economia tributária.

GARANTE QUE A VONTADE do proprietário dos bens a serem transferidos seja respeitada e mitiga eventuais brigas futuras de herdeiros.

O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO serve também para tratar da sucessão e da manutenção de empresas. Permitindo sua perpetuação ao longo das gerações. Conforme pesquisa do SEBRAE, no Brasil, 90% das empresas são familiares, e ainda, segundo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) de 2019, 72% dessas empresas não possuem um plano de sucessão para os cargos chaves da empresa, e por isso, apenas 5% acabam sobrevivendo até a terceira geração.

São dados que demonstram que apesar dos esforços dispendidos pelos donos do patrimônio, a falta de um planejamento patrimonial e sucessório pode vir a causar problemas aos herdeiros em gerações futuras, sejam eles econômicos sejam de recebimento da própria herança.

A IDEIA DE UM PLANEJAMENTO patrimonial e sucessório portanto é trazer clareza da sucessão, mitigar futuros conflitos com segurança jurídica, trazer economia tributária, quando possível e garantir o direito dos herdeiros de forma mais vantajosa e segura.

O planejamento patrimonial e sucessório é dinâmico, mutável e deve ser revisto ao longo da vida, adequando a melhor situação possível ao momento presente.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

GANHO DE EFICIÊNCIA

Reuters

Meta: equipes de recrutamento da companhia serão cortadas primeiro, seguidas pela reestruturação e por demissões nos grupos de tecnologia no fim de abril

Meta pretende cortar até dez mil empregos

Zuckerberg disse que a empresa cancelará alguns projetos e reduzirá o ritmo de contratação, no ano que será da eficiência

A Meta Platforms, controladora do Facebook, afirmou que pretende cortar quase 10 mil postos em sua folha de pagamentos nos próximos meses. Trata-se da segunda grande onda recente de cortes da empresa, que diz estar voltada para o ganho de eficiência, em um contexto econômico mais difícil.

Executivo-chefe da Meta, Mark Zuckerberg disse em e-mail à equipe na terça-feira, 14, que a empresa terá várias rodadas de cortes de vagas, bem como cancelará alguns projetos e reduzirá o ritmo de contratação, no que ele qualificou como o "ano da eficiência".

Equipes de recrutamento da companhia serão cortadas primeiro, seguidas pela reestruturação e por demissões nos grupos de tecnologia no fim de abril, disse Zuckerberg.

Em maio, haverá redução da folha nas equipes de negócios, notou, acrescentando que será "difícil". "Minha esperança é fazer essas mudanças organizacionais o mais rápido possível no ano, para que possamos superar este período de incerteza e nos concentrar no trabalho crucial pela frente", disse.

Zuckerberg afirmou que a Meta está construindo o futuro da conexão humana e os objetivos deste trabalho são tornar a empresa de tecnologia melhor e melhorar o desempenho financeiro em um ambiente difícil para que a companhia possa executar a visão de longo prazo.

O trabalho tem vários fluxos paralelos para melhorar a eficiência organizacional, aumentar a produtividade e as ferramentas do desenvolvedor, otimizar o trabalho distribuído e coletar processos desnecessários.

Ele divulgou o cronograma para os próximos meses. Segundo ele, os líderes organizacionais anunciarão planos de reestruturação focados em achatar as organizações, cancelar projetos de menor prioridade e reduzir as taxas de contratação.

"Com menos contratações, tomei a difícil decisão de reduzir ainda mais o tamanho de nossa equipe de recrutamento. Informaremos os membros da equipe de recrutamento se eles foram afetados. Esperamos anunciar reestruturações e demissões em nossos grupos de tecnologia no final de abril e depois em nossos grupos de negócios no final de maio. Em um pequeno número de casos, pode levar até o final do ano para concluir essas alterações. Nossos cronogramas para equipes internacionais também serão diferentes, e os líderes locais darão mais detalhes. No geral, esperamos reduzir o tamanho de nossa equipe em cerca de 10.000 pessoas e fechar cerca de 5.000 vagas adicionais que ainda não contratamos."

Zuckerberg admitiu que o processo é difícil, mas não há como contornar isso. "Isso significa dizer adeus a colegas talentosos e apaixonados que fizeram parte do nosso sucesso. Eles se dedicaram à nossa missão e sou pessoalmente grato por todos os seus esforços. Vamos apoiar as pessoas da mesma forma que antes e tratar todos com a gratidão que merecem."

Após a reestruturação, a empresa vai suspender o congelamento de contratações e transferências em cada grupo. Ele afirmou que outros cronogramas de eficiência relevantes incluem a segmentação neste verão para concluir a análise do ano de aprendizado de trabalho híbrido, para que a empresa possa refinar ainda mais o modelo de trabalho distribuído. "Também pretendemos ter um fluxo constante de aprimoramentos de produtividade do desenvolvedor e melhorias de processo ao longo do ano."

Ao falar sobre eficiência este ano, Zuckerberg disse que parte do trabalho envolverá a remoção de empregos - e isso servirá tanto para construir uma empresa mais enxuta e técnica quanto para melhorar o desempenho comercial para possibilitar a visão de longo prazo. "Entendo que esta atualização ainda pode parecer surpreendente, então gostaria de apresentar um contexto mais amplo sobre nossa visão, nossa cultura e nossa filosofia operacional."

Ele afirmou que a cada dia a Meta constrói novas formas de as pessoas se sentirem mais próximas. "Esta é uma necessidade humana fundamental que pode ser mais importante do que nunca no mundo complexo de hoje. Um dia, esperamos permitir que todas as pessoas sintam uma conexão tão forte quanto você sente quando está fisicamente com alguém que ama."

EXPANSÃO

Opep mantém previsão de alta na demanda por petróleo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) manteve sua previsão de alta na demanda global por petróleo em 2023, em 2,3 milhões de barris por dia (bpd), segundo relatório mensal publicado na terça-feira, 14.

Para o resultado de 2022, o cartel reafirmou sua estimativa de aumento na demanda global em 2,5 milhões de bpd.

Apenas a demanda em países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) deverá crescer cerca de 200 mil bpd este ano, projeta a Opep. Fora da OCDE, a previsão é de avanço em torno de 2,1 milhões de bpd no consumo em 2023.

A Opep manteve sua previsão para o aumento da oferta de petróleo entre países fora do grupo em 2023, em 1,4 milhão de bpd, segundo relatório mensal.

Os países que devem mais contribuir para o incremento da oferta em 2023 são EUA, Brasil, Noruega, Canadá, Casaquistão e Guiana, diz a Opep. Por outro lado, é esperada queda na oferta da Rússia

Para 2022, a Opep reiterou sua estimativa de acréscimo da oferta em 1,9 milhão de bpd.

Ainda no relatório, a Opep informa que sua produção teve aumento de 117 mil bpd em fevereiro ante janeiro, para uma média de 28,92 milhões de bpd, de acordo com fontes secundárias.

A Opep manteve sua projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) global em 2023, em 2,6%, segundo o documento mensal. Para 2022, o cartel revisou levemente para cima sua estimativa para o avanço do PIB mundial, de 3,1% de 3,2%.

Para este ano, a Opep reafirmou sua projeção de crescimento dos EUA, em 1,2%, e também da zona do euro, em 0,8%.

No caso da China, o cartel continua prevendo expansão de 5,2% em 2023.

A Opep reafirmou a previsão de que a economia do Brasil deve crescer 1% em 2023. O cartel também voltou a afirmar que o País deve ter alta de 200 mil barris por dia (bpd) em sua produção de combustíveis líquidos neste ano, para 3,9 milhões de bpd.

A Opep destaca que o Brasil esteve entre os principais motores para o crescimento da oferta de combustíveis líquidos em 2022, ao lado de EUA, Rússia, Canadá, Guiana e China. Em 2022, ela estima que a oferta de combustíveis líquidos do Brasil tenha crescido 100 mil bpd na comparação anual, a 3,7 milhões de bpd.

Em seu relatório, a Opep diz que o Brasil "enfrenta ambiente desafiador para 2023", mas também apoiado por mercados robustos de commodities, reformas estruturais e medidas de apoio fiscal.

O cartel menciona "planos ambiciosos anunciados pelo novo governo para consolidar o orçamento que, se bem sucedidos, poderiam prover uma base sólida para crescimento econômico em 2023 e ainda mais nos próximos anos". Também recorda o governo levou adiante a intenção de retirar isenções tributárias sobre combustíveis.

Para a Opep, o impulso econômico do Brasil deve continuar a desacelerar em 2023, mas a recuperação na China, reformas domésticas graduais e o apoio do consumo devem levar ao crescimento menos baixo em 2023.

A Opep ainda menciona que a produção de petróleo do Brasil cresceu em janeiro 181 mil bpd ante o mês anterior, a 3,3 milhões de bpd.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Cientistas globais vão apresentar o sexto relatório de síntese do Ipcc

Especialistas internacionais se reúnem até esta sexta-feira para aprovar o Relatório Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Ipcc.

Em sessões que acontecem em Genebra, Suíça, os cientistas de várias áreas adotarão a primeira publicação abrangente em nove anos e a primeira após o Acordo de Paris sobre a mudança climática.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que o lançamento acontecerá em um momento crucial.

Em vídeo apresentado na abertura, ele alertou que o mundo está em uma encruzilhada e o planeta na mira. Ele falou da proximidade do ponto sem retorno e da superação do limite internacional acordado de 1,5°C de aquecimento global.

Para António Guterres, os fatos não estão em questão, mas as ações de uma humanidade que está "no limite de um ponto crítico". No entanto, o líder da ONU destacou que não é tarde demais.

Guterres sublinhou que escolhas difíceis, mas essenciais, podem acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e fechar a lacuna de emissões.

Para a ONU, o relatório que será adotado na reunião fornece uma visão geral do estado de desenvolvimento do conhecimento sobre a ciência da mudança climática. A publicação será composta por três documentos especiais, cada um envolvendo um grupo de trabalho.

O presidente do Ipcc, Hoesung Lee, explicou que ao ser aprovado, o Relatório Síntese se tornará um documento político eficaz para moldar a ação climática até o final desta década.

Os grupos de trabalho lidarão com temas específicos: o primeiro com a base da ciência física da mudança climática e o segundo com os impactos, a adaptação e a vulnerabilidade. O último se dedicará à mitigação das mudanças climáticas.

Hoesung Lee disse que a publicação é essencial nas ações para lidar com a mudança climática, destacando que não haja engano porque a falta de ação e os atrasos não são opções.

António Guterres lembrou que foi em 2021 que, pela primeira vez, o Ipcc constatou que mudanças nos oceanos, nas geleiras e na superfície terrestre da Terra eram irreversíveis.

O líder da ONU ressaltou que de uma forma "inequívoca" essas alterações foram causadas pela ação humana, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis e aos níveis sem precedentes de gases de efeito estufa.

No ano passado, o Ipcc revelou que "quase metade da população global vive na zona de perigo dos impactos climáticos". O painel acrescentou que a necessidade do momento é aumentar os investimentos na adaptação.

O secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial, OMM, Petteri Taalas destacou que os relatórios do painel também destacam as grandes incertezas nos sumidouros e fontes de carbono da biosfera, das florestas e de terras agrícolas.

A agência da ONU ressalta que os níveis de metano na atmosfera em 2021 atingiram um recorde de 1.908 partes por bilhão, ou 262% dos níveis da era pré-industrial

O relatório deverá orientar as discussões para que o mundo esteja alinhado com as metas do Acordo de Paris que devem ocorrer na 28ª Conferência das Partes Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, COP28. O evento terá lugar em novembro deste ano nos Emirados Árabes Unidos.

Para a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, a contribuição do Ipcc definirá o tom para a ação na segunda metade da década atual.

Inger Andersen apontou a atual etapa de avanço coletivo para alcançar as metas de longo prazo do Acordo de Paris, ao alertar os participantes sobre as consequências do atraso no cumprimento das metas do clima. O Quinto Relatório de Avaliação foi concluído em 2014.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

LEGISLATURA PASSADA

Pacheco envia ao STF parecer contrário à instalação de CPI

O presidente da Câmara afirmou que o requerimento foi apresentado na legislatura passada e há disposições regimentais, que impedem o seu prosseguimento

Waldemir Barreto - Agência Senado

O senador afirmou que a criação de uma CPI é um "direito das minorias", mas pontuou que "há limites formais que devem ser observados no direito"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação contrária à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, que ocorreram em Brasília, de autoria da senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS). Pacheco alega que a matéria é da legislatura passada, uma vez que foi protocolada antes do início do ano legislativo de 2023, e que não há "direito líquido e certo" para a sua criação imediata.

"A matéria demanda a aplicação das normas regimentais do Senado Federal aplicáveis, considerando que o requerimento foi apresentado na legislatura passada, e cuja interpretação será dada por deliberação da Presidência do Senado, do que resulta se tratar de ato interna corporis dessa Casa Legislativa, no uso de sua competência constitucional, não existindo direito líquido e certo à instalação imediata da CPI", declarou o presidente do Senado, em parecer enviado ao ministro Gilmar Mendes. O magistrado é o responsável por analisar o mandado de segurança acionado pela senadora.

"O requerimento foi apresentado na legislatura passada, e há disposições regimentais, cuja interpretação impedem seu prosseguimento automático, na forma pretendida pela Senadora Impetrante, a demonstrar, portanto, que a segurança há de ser denegada", disse Pacheco.

O senador afirmou que a criação de uma CPI é um "direito das minorias", mas pontuou que "há limites formais que devem ser observados no exercício deste direito".

A reportagem teve acesso à lista de assinaturas do pedido de CPI. Até a segunda-feira, a solicitação acumulava 42 assinaturas - 15 a mais do exigido. Apesar de reconhecer o número mínimo de assinaturas, Pacheco ressaltou ser necessária a realização do protocolo do pedido no curso da mesma legislatura.

"De acordo com tal princípio, uma legislatura, em outras palavras, não pode cometer à legislatura seguinte o dever de criar ou de prosseguir em inquérito parlamentar", justificou o presidente do Congresso.

Conforme mostrou a reportagem, Soraya acionou a Corte Suprema em 16 de fevereiro para garantir a instalação da CPI para investigar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. A senadora havia protocolado no Senado no mesmo dia das manifestações o pedido de instalação da comissão, mas não tinha sido lida pelo presidente do Senado, passo necessário para que entre em funcionamento.

Soraya disse preparar uma manifestação a ser entregue ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, relator do caso, para afastar as alegações do presidente do Senado.

"Toda a argumentação trazida por ele Pacheco não se aplica ao caso concreto, uma vez que se refere à hipótese de CPIs em funcionamento", declarou a parlamentar. "No nosso caso, a proposição por mim apresentada e subscrita por mais de 40 senadores que estão em seu mandato sequer pode ser considerada requerimento, tendo em vista que ela ainda não foi lida pelo Presidente Pacheco."

De acordo com Soraya, é dever da presidência do Senado promover a leitura e instalar a CPI, citando artigos do Regimento Interno da Casa. "Meus advogados estão minutando uma manifestação para ser entregue ao ministro Gilmar Mendes, relator do caso, para afastar as alegações do Presidente Rodrigo Pacheco", declarou.

Deputados que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) articulam uma outra frente de investigação por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que envolveria tanto o Senado como a Câmara para investigar os atos golpistas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse não querer a instalação de uma investigação do Legislativo sobre o 8 de janeiro. O autor da CPMI é o deputado André Fernandes (PL-CE) A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF que abra inquérito para apurar a participação do próprio Fernandes na incitação dos protestos com vandalismo.

"Será que eles (os governistas) preferem uma CPMI enviesada, controlada por um deputado investigado, que já tem respostas prontas? Que vai ter CPI, não tenham dúvida. O governo está entre a cruz e a espada. Aqui no Senado, a gente tem uma postura mais imparcial", disse Soraya.

Caberá ao ministro-relator, Gilmar Mendes, decano do Supremo, decidir o andamento do caso.

ACRE

Waldemir Barreto- Agência Senado

Cameli: empresas de sua família

Ministra do STJ suspende atividades de empreiteiras

Empresas ligadas à familiares do governador do Acre Gladson Cameli estão entre os principais alvos da medida cautelar de 'suspensão do exercício de atividade de natureza econômica' decretada pela ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, no bojo da terceira fase da Operação Ptolomeu - investigação sobre supostos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula do Governo do Acre.

A restrição tem prazo mínimo de 90 dias e atinge não só as empresas, mas pessoas ligadas a Cameli - seu pai Eládio Messias Cameli e seu irmão Gledson de Lima Cameli. O primeiro é apontado como sócio-administrador da Construtora Etam e o segundo como sócio-administrador da Construtora Rio Negro. Ambas as empresas estão na mira da investigação sobre supostos desvios no bojo de obras de infraestrutura e manutenção de unidades de saúde e escolas.

A terceira etapa da Operação Ptolomeu foi aberta na última terça-feira, 9, para cumprir 89 mandados de busca e apreensão em endereços do Acre, Piauí, Goiás, Paraná, Amazonas, Rondônia e Distrito Federal. A relatora da investigação, ministra Nancy Andrighi, determinou o bloqueio de R$ 120 milhões dos investigados.

A ordem atingiu inclusive o chefe do Executivo acreano, que também teve seu passaporte apreendido. O STJ ainda determinou a suspensão do exercício da função pública de servidores sob suspeita, entre eles o chefe da Representação do Governo em Brasília Ricardo Augusto França da Silva - antigo aliado de Cameli.

Entre os elementos que colocaram a PF no rastro do suposto esquema de desvios em contratações na Saúde e Infraestrutura está um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontando vinte comunicações de movimentações financeiras suspeitas envolvendo o governador do Acre. As transações notificadas ultrapassam a marca de R$ 828 milhões.

O ponto de partida das apurações foi uma gravação, obtida a partir de interceptação telefônica, que sugere que o governador teria sido destinatário de R$ 70 mil em propinas. Ao pedir autorização do STJ para fazer buscas contra o governador, a Polícia Federal chegou a levantar suspeitas sobre o uso de agentes das Forças de Segurança para movimentar valores em espécie com origem supostamente irregular.

Já entre as informações que deram fundamento para a segunda fase da operação está uma gravação feita por câmeras de segurança de um hotel em Cruzeiro do Sul, município a 636 quilômetros de Rio Branco. O vídeo mostra o momento em que assessores de Camelli escondem um celular para evitar que ele fosse apreendido durante buscas da primeira fase da Ptolomeu.

Quando a terceira fase da Operação Ptolomeu foi deflagrada na terça-feira, 9, o governador do Acre, Gladson Cameli, divulgou nota em que afirmou que, com o andamento do processo, tudo será apurado e esclarecido.

VIDA POLÍTICA

Ex-ministro morre aos 77 anos por complicações do câncer

O ex-ministro Eliseu Padilha, de 77 anos, morreu na noite de segunda-feira, 13, aos 77 anos. Padilha havia sido internado em estado grave no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, na manhã do sábado, 11. Ele estava com um câncer de estômago, descoberto havia um mês, segundo nota divulgada pela família. O ex-ministro deixa mulher, seis filhos e cinco netos.

Com extenso currículo na política, Padilha passou pelo Legislativo e pelo Executivo e foi peça fundamental nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) - quando chefiou a Casa Civil, além de ter atuado como importante articulador político do governo.

Ele era advogado, empresário e político. Também foi vice-presidente nacional do MDB e vice-presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

Segundo nota da assessoria de imprensa do ex-ministro, o velório ocorrerá na quarta-feira, 15, a partir das 10 horas no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e será aberto ao público. Depois das 17 horas, o corpo será levado ao Angelus Memorial e Crematório para uma cerimônia restrita aos parentes.

Nascido em Canela (RS), em 1945, Padilha formou-se em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), filiou-se ao MDB em 1966, nos primeiros anos da ditadura militar, e tornou-se prefeito do município de Tramandaí, no litoral norte gaúcho, no ano de 1989 - depois da abertura democrática.

Após completar seu mandato na prefeitura, Padilha migrou para o Congresso, ocupando uma cadeira de deputado federal eleito pelo Rio Grande do Sul ininterruptamente por 16 anos, entre 1995 e 2011, e depois por mais dois anos, entre 2013 e janeiro de 2015. Ainda em 1997, assumiu o Ministério dos Transportes no governo FHC. Manteve-se no cargo até 2001.

O político voltou ao governo federal por mais um ano como ministro da Secretaria de Aviação Civil em 2015, na gestão Dilma. Em 2016, depois do impeachment da petista, assumiu a Casa Civil de Temer.

Wilson Dias - ABr

Eliseu tinha câncer no estômago

Ele ainda ocupou interinamente o cargo de ministro do Trabalho por um breve período em 2018, acumulando o comando dos dois ministérios.

Políticos e autoridades se manifestaram na noite da segunda-feira. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), prestou solidariedade a "família e amigos neste momento de tristeza". "Recebo com pesar a notícia da morte de Eliseu Padilha, líder habilidoso e dedicado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, que serviu como ministro de três presidentes da República", escreveu o tucano no Twitter.

O vice-governador do Estado, Gabriel Souza (MDB), descreveu Padilha como "emedebista raiz e político nato". "Seu legado como prefeito de Tramandaí, deputado federal, ministro de Estado de três diferentes governos e dirigente partidário é gigante", afirmou, também no Twitter.

O atual presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Alceu Moreira, afirmou que Padilha "sempre se destacou por onde passou", seja como ministro, deputado ou à frente da instituição. "Meus sinceros sentimentos à família", escreveu, na mesma rede social

A morte também foi lamentada pelo presidente do Cidadania, Roberto Freire, e pelo ex-ministro de Minas e Energia do governo Michel Temer Fernando Filho (União Brasil). "Um dos mais articulados políticos do nosso país, Eliseu foi um homem público que sempre lutou e trabalhou em benefício do povo brasileiro", escreveu o ex-ministro.

No Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, atuou como vice-presidente do partido em Canela, de 1966 a 1967. Após a extinção do bipartidarismo, em novembro em 1979, o sucessor do MDB foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em que Padilha se filiou em 1986. Depois de quatro anos, tornou-se membro do Diretório Estadual do partido no Rio Grande do Sul. Em 1993, foi eleito para a executiva estadual do partido, onde ficou por um ano.

Enquanto esteve no Congresso, Padilha também atuou como vice-líder do PMDB e do governo FHC entre os anos de 1995 a 1998 Foi nesse período que o ex-ministro desempenhou papel ativo e importante na aprovação da emenda que previa a possibilidade de reeleição para os ocupantes do Executivos (presidente da República, governadores e prefeitos). Padilha também foi vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados em 2011, durante o primeiro mandato de Dilma.

Em setembro de 2016, enquanto ocupava a Casa Civil do governo Temer, Padilha foi acusado pelo ex-chefe da Advocacia-Geral da União, Fábio Medina Osório, de ter criado obstáculos a ações de aprofundamento das investigações da Operação Lava Jato. Em dezembro do mesmo ano, acabou envolvido na delação premiada do ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht Cláudio Melo Filho, em que o acusou de ser o responsável por distribuir R$ 4 milhões da Odebrecht para a campanha de Temer.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

ENDIVIDAMENTO

Presidente quer que bancos públicos emprestem para obras em município

Lula garante que vai trabalhar para que os bancos públicos tratem de emprestar recursos para cidades com capacidade de endividamento e de financiamento para iniciarem suas obras

Lula Marques - Agência Brasil

Lula: "se o estado e a cidade tiverem condições, o dinheiro não vai ficar no cofre dos bancos para render de juros"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (14), no encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília, que os bancos públicos federais devem emprestar recursos para financiar obras em estados e municípios. A FNP é a entidade que reúne gestores de todas as capitais e municípios com mais de 80 mil habitantes.

"Vou trabalhar para que os bancos públicos tratem de emprestar recursos para cidades com capacidade de endividamento e de financiamento. Não tem sentido banco não querer emprestar dinheiro para que um estado ou um prefeito faça uma obra. Se o estado e a cidade tiverem condições, o dinheiro não vai ficar no cofre dos bancos para render de juros. Vai render com obra para melhorar a qualidade de vida das pessoas", disse o presidente.

Na chegada ao evento da 84ª Reunião Geral da FNP, em um hotel da capital federal, Lula participou da inauguração da Sala das Cidades, da Caixa Econômica Federal. O departamento do banco estatal vai priorizar a relação direta com gestores municipais para a concessão de financiamentos.

Ao falar sobre a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, o presidente Lula pediu apoio aos prefeitos na concessão de terrenos públicos para a construção de moradias populares. "Se o prefeito puder fazer a concessão dos terrenos, a gente pode fazer a casa muito mais barata para o povo mais pobre desse país", defendeu. Segundo o presidente, há cerca de 186 mil casas com obras paralisadas de governos anteriores, além da meta de milhões de imóveis nos próximos anos.

Ainda de acordo com Lula, o governo federal também vai levantar o patrimônio da União que poderá ser destinado à moradia popular. "Eu determinei à nossa ministra do Planejamento que fizesse um levantamento de todas as terras públicas que têm no governo federal e que fizesse o levantamento de todo o patrimônio, nas capitais, prédios, casas, lojas, tudo o que estiver abandonado, pra gente tentar transformar em moradia decente para as pessoas mais humildes desse país. É a forma da gente acabar com o déficit habitacional, que é uma coisa crônica", disse.

Reeleito para mais um mandato de 2 anos à frente da FNP, o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, destacou a presença de Lula no encontro e disse que a entidade não era recebida pelo governo anterior. "Nós nunca fomos recebidos pelo presidente da República de então, Jair Bolsonaro. E, este ano, já fomos recebidos por vossa excelência duas vezes", afirmou. Nogueira reforçou a proposta de criar um Conselho da Federação, para reunir, de forma paritária, representantes do governo federal, governos estaduais e prefeituras municipais.

Já o presidente reforçou não ser possível governar o país sem levar em conta as demandas de prefeitos e governadores, e se comprometeu a manter uma relação republicana com todos os gestores municipais do país. "Eu não quero saber de que partido vocês são, que time vocês torcem, não quero saber a religião de vocês. A única coisa que quero saber é que vocês foram eleitos pelo voto democrático do povo da cidade que vocês moram", disse o presidente.

O presidente chamou atenção também da sua equipe ministerial durante reunião realizada na manhã de terça-feira, 14, e alertou que nenhum dirigente das 37 pastas pode anunciar medidas sem passar pela Casa Civil, comandada por Rui Costa.

"É importante que nenhum ministro e nenhuma ministra anunciem publicamente qualquer política pública sem ter sido acordado com a Casa Civil, que é quem consegue fazer que a proposta seja do governo", disse, logo no início do encontro. "Não queremos propostas de ministros, todas as propostas de ministros devem ser transformadas em propostas de governo."

O presidente reforçou ainda que "qualquer genialidade" que alguém possa ter deve ser anunciada à Casa Civil para que a pasta discuta com a Presidência. "Para que a gente possa chamar o autor da genialidade", ironizou.

Ele afirmou que essa comunicação entre governo e ministérios é importante para manter a coesão. Disse ainda que os ministros terão todo apoio do Executivo, inclusive dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que "cuidam do caixa", para que não ocorra erros.

"Se tiver que arriscar alguma coisa, a gente vai arriscar com viés de acerto acima de uns 80%, porque a gente também não pode correr risco de anunciar coisa que não vai acontecer. Minha sugestão para que as coisas fiquem bastante corretas, coesas e harmônicas, é que ninguém anuncie nada, absolutamente nada que seja novo, sem passar pela Casa Civil", disse. Ele anunciou que citaria alguns casos ocorridos durante a reunião.

NOMEAÇÕES

Governo abre porteira para União Brasil e MDB

Uma semana depois de manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, o governo decidiu liberar cargos de segundo escalão para conseguir apoio em votações no Congresso e barrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A lista beneficia o União Brasil, partido de Juscelino, que terá diretorias dos Correios, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).

O União Brasil também ficará com as presidências da Telebrás e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), entre outros postos estratégicos. As empresas e repartições "loteadas" se envolveram em escândalos de corrupção ao longo de vários governos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde para as nomeações após ter sido alertado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que a demora em atender os aliados poderia fazer o início de seu terceiro mandato começar mal, com derrotas significativas no Congresso.

Além do "pacote" para o União Brasil, o governo destravará, a partir desta semana, cargos prometidos para o MDB, que terá uma diretoria do Banco do Nordeste (BNB), uma vice-presidência da Caixa e quatro secretarias do Ministério das Cidades. A pasta já é comandada pelo partido, que também controla Transportes e Planejamento.

Até agora, o Palácio do Planalto não passou pelo teste do plenário no Congresso e, nas contas de Lira, terá dificuldades para aprovar projetos importantes na economia, como a nova âncora fiscal e a reforma tributária.

Para piorar o quadro, há uma queda de braço entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que não se entendem sobre o rito de tramitação das medidas provisórias. Onze MPs enviadas pelo governo ao Legislativo estão à espera de votação.

Não foi à toa que Lula segurou Juscelino - apesar de denúncias que pesam contra ele - no mesmo dia em que o presidente da Câmara fez duro diagnóstico sobre a articulação política do Planalto, em palestra na Associação Comercial de São Paulo. Ao falar sobre a expectativa de aprovação da reforma tributária, Lira afirmou que o governo não tinha base consistente nem na Câmara nem no Senado.

Em jantar com o presidente, na última quinta-feira, Lira foi além e disse que a situação caminhava para uma crise porque, na ponta do lápis, o Planalto não contava com apoio nem de 200 deputados, de um total de 513. Ele também reclamou das críticas dirigidas ao Centrão pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Gleisi declarou que o União Brasil não estava fazendo "entregas" ao governo.

MANIFESTAÇÃO

Bolsonaro pede ao TCU para ficar com as joias masculinas

A defesa do ex-presidente da República Jair Bolsonaro pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que receba e guarde as joias masculinas que ele supostamente recebeu de presente de autoridades públicas da Arábia Saudita.

O requerimento para que o TCU receba em juízo o kit contendo um relógio de pulso; um par de abotoaduras; uma caneta; um anel e uma espécie de terço (uma masbaha) foi protocolado e é citado em um ofício encaminhando à Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Superintendência da Polícia Federal (PF) em São Paulo. Consultado por meio da assessoria, o TCU ainda não se manifestou sobre o pedido.

No documento destinado ao delegado responsável por apurar se membros da comitiva que viajou a Arábia Saudita representando o governo de Jair Bolsonaro cometeram crimes ao entrar no Brasil sem declarar à Receita Federal que estavam trazendo joias valiosas, os advogados informam que Bolsonaro entende que os objetos devem ficar sob a responsabilidade do TCU até que seja decidida o destino adequado.

"O requerimento de depósito em juízo volta-se a deixar consignado que o peticionário Bolsonaro em momento algum pretendeu locupletar-se ou ter para si bens que pudessem, de qualquer forma, ser havidos como públicos. Se hodiernamente (atualmente), ao que parece, coloca-se em discussão o status legal de tais itens, dada a complexidade das normas que teoricamente disciplinam a dinâmica de bens dessa ordem, teve-se por bem requerer que, desde logo, ficassem sob custódia do Poder público, até que se conclua a discussão sobre sua correta destinação, de forma definitiva", argumenta a equipe encabeçada pelo advogado Paulo Amador da Cunha Bueno, que assumiu a defesa do ex-presidente no caso.

O pedido de Bolsonaro confirma que o conjunto de joias masculinas não declaradas à Alfândega estão com o ex-presidente. Apesar do próprio Bolsonaro já ter dito que os objetos tinham sido incorporados a seu acervo privado, não estava claro se, com isso, ele os tinha levado consigo ao deixar a Presidência da República.

Os documentos indicam que, em 29 de novembro de 2022, ou seja, mais de um ano após a comitiva de Albuquerque trazer as joias ao país, um representante do Ministério de Minas e Energia entregou o kit masculino ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica, órgão da Presidência da República responsável por, entre outras atividades, analisar os presentes recebidos por autoridades brasileiras e dizer se são objetos de uso pessoal ou destinados ao Estado brasileiro em função do valor histórico, cultural e financeiro.

ESPÍRITO SANTO

CGU e PF investigam fraudes licitatórias em prefeituras

A Polícia Federal (PF), em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou na terça-feira (14) a Operação Onipresente, visando à atuação de organização criminosa que, segundo a investigação, tem contratos firmados com 74 prefeituras do estado do Espírito Santo e em mais sete estados da federação.

"Por meio de uma sólida rede de influência econômica, diversas pessoas jurídicas pertencentes ao grupo empresarial investigado se valiam de seu domínio na área de desenvolvimento de programas de informática, fornecimento de provedores de internet, bem como consultoria e assessoria de sistemas, para direcionar e assim fraudar procedimentos licitatórios, seja por meio da inclusão de cláusulas restritivas, ou mesmo através de simulação de concorrência e rodízio das empresas contratadas", revelam as investigações.

De acordo com a PF, a cronologia dos fatos investigados demonstra a extensa atuação, não somente do ponto de vista territorial, uma vez que empresas ligadas ao grupo estão presentes em contratos firmados em ao menos oito estados brasileiros, mas também no que diz respeito ao tempo dessa atuação.

"Em que pese as investigações terem sido iniciadas em 2016, os documentos analisados dão conta de que, pelo menos desde 2002, o grupo atua junto a prefeituras e outros órgãos municipais, dominando as contratações em alguns setores capixabas, sobretudo da área de informática", diz a corporação.

"Para se ter uma dimensão do vulto financeiro, foi identificado que, no período de janeiro de 2017 a junho de 2022, foi empenhado por 74 prefeituras do Espírito Santo o montante de R$ 165,4 milhões em favor da principal empresa gerida pelo grupo, dos quais R$ 136 milhões já teriam sido pagos, envolvendo recursos federais e recursos próprios dos municípios", acrescentou a PF.

Segundo as investigações, foram identificados indícios de irregularidades em uma série de situações que, em conjunto, apontam para um possível direcionamento das contratações em favor das empresas, que ainda são investigadas por lavagem de capitais, corrupção ativa e passiva, além da constituição de organização criminosa.

Com a autorização judicial da 1ª Vara Federal Criminal de Vitória, dez mandados de busca e apreensão foram expedidos para pessoas físicas e jurídicas que ocupam diferentes funções na hierarquia criminosa.

Cerca de 50 policiais federais e quatro servidores da Controladoria-Geral da União participam da ação, executando as medidas cautelares nos municípios de Domingos Martins e Vitória.

Os crimes investigados são frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório; corrupção passiva; corrupção ativa; organização criminosa; e lavagem de dinheiro. Somadas, as penas máximas para esses crimes alcançam 46 anos de reclusão.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

REALOCAÇÃO

Universitários com mais de 40 anos triplicam em dez anos

Especialistas apontam que a expansão dos cursos de ensino a distância e a crise econômica obrigaram muitos a tentarem recalcular a rota no mercado de trabalho

Marcelo Camargo - ABr

Estudantes com mais de 40 anos: o aluno do EAD é, geralmente, um estudante mais velho e que já trabalha. Portanto, é um caminho mais factível

O número de calouros com 40 anos ou mais em universidades brasileiras quase triplicou nos últimos dez anos, entre 2012 e 2021, segundo dados do Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC). A alta, de 171,1%, foi bem maior do que a variação do total de ingressantes: de 43,1%. Entre as causas, especialistas apontam, principalmente, a expansão dos cursos de ensino a distância (EAD) e a crise econômica, que obrigou muitos a tentarem recalcular a rota no mercado de trabalho.

Nos últimos dias, repercutiu o caso de uma estudante de 44 anos que foi alvo de etarismo em vídeo gravado por três colegas. "Era para estar aposentada. Gente, 40 anos não pode mais fazer faculdade", disse uma aluna. O material, que inicialmente foi publicado para um grupo restrito no Instagram, gerou revolta ao ser compartilhado em outras redes sociais. A vítima, Patrícia Linares, é caloura de Biomedicina na Unisagrado, faculdade particular localizada em Bauru, no interior de São Paulo.

No ano passado, 599.977 calouros com 40 anos ou mais entraram na faculdade no Brasil, quase o triplo do que há dez anos (221.337). A parcela ocupada por essa faixa etária praticamente dobrou: subiu de 8% para 15,2% no período. O número total de ingressantes também aumentou, mas em proporção bem menor: foi de 2,757 milhões, em 2012, para 3,945 milhões, no período mais recente.

"Esse crescimento de alunos com mais de 40 anos decorreu principalmente (do avanço) da modalidade de ensino a distância, principalmente em universidades particulares", disse Mozart Ramos, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). No último ano, seis de cada dez ingressantes do ensino superior entraram nos chamados cursos EAD.

Essa mudança no modelo de ensino, segundo Ramos, alterou de forma direta o perfil dos alunos. "O aluno do EAD é, geralmente, um estudante mais velho e que já trabalha. Portanto, é um caminho mais factível para conciliar estudo e trabalho", disse o pesquisador. Mas esse não é o único ponto que justifica o aumento em faixas etárias com mais de 40 anos.

Um outro motivo, continua Ramos, é a crise econômica que atingiu o País nos últimos anos e elevou as taxas de desocupação. "Com a pandemia, muita gente perdeu emprego ou perdeu renda", afirmou. Segundo ele, isso, por um lado, aumentou a evasão de quem não conseguiu mais arcar com as mensalidades da faculdade, mas também empurrou alunos para salas de aula na esperança de realocação.

A idade não foi um empecilho para que Janecleia Sueli Maria Martins, de 49 anos, fosse aprovada no curso de Medicina da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador. A motivação para ingressar no curso veio após o falecimento de sua avó, que passou por um processo difícil de câncer. Nesse dia, Jane, como é conhecida, ganhou um novo propósito. "Eu dizia que eu seria médica para curar as pessoas que tinham essa doença" contou.

No entanto, até o seu sonho se concretizar não foi fácil. Por ser de uma família humilde, Janecleia se casou cedo, ainda menor de idade, e teve dois filhos. Só depois de 16 anos, ela buscou bolsas de estudo em cursinhos preparatórios. Para manter o sustento de casa, Jane trabalhou em diversas funções: que iam desde vender marmitas a trabalhar como atendente de mercado. Hoje é passadeira, seu último emprego.

"Eu chegava às 22h30 em casa, tomava banho, jantava e descansava 15 minutos para voltar a estudar, porque no outro dia eu não tinha tempo para rever a matéria", conta. Na busca pela aprovação, Janecleia teve de enfrentar o preconceito ao seu redor. "No cursinho, os outros alunos perguntavam se eu era a professora, por que eu não estava trabalhando, que medicina não era para mim".

Além das piadas ouvidas na sala de aula, no seu dia a dia também escutava que era velha demais. "Burro velho aprende mais nada. Já está no fim da vida, vai se formar para quê? Se formar em um dia e morrer no outro?", relembrou a passadeira que nunca deixou se afetar. Após muita persistência, a aprovação de Jane veio em fevereiro deste ano. "Minha amiga disse: 'você passou menina', eu fiquei assim tão nervosa, que eu não conseguia nem abrir o site da faculdade para olhar o resultado."

Com 62 anos, o analista de sistemas Vinicius Lanzoni Gomes é um dos mais novos calouros de Ciências do Esporte na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Limeira, no interior de São Paulo. Esportista há mais de 40 anos, fazer o curso é um sonho que renasceu nos últimos anos, à medida que ele ia chegando mais perto da aposentadoria do trabalho.

ARTIGO

A Crônica de Heráclito e o Rio no Sistema Penitenciário Federal

SIRO DARLAN

AFIRMAR QUE, ATRAVÉS do castigo legal, isto é, através do sofrimento e da dor, se possam perseguir finalidades de inclusão social é tão inaceitável logicamente quanto impossível materialmente. A prevenção especial positiva sempre foi oferecida como uma ideologia mistificadora de práticas de multiplicação da violência e da dor, por necessidades de diferenciação social, obviamente pondo-se de lado a boa-fé de quem acreditou e agiu em favor da reeducação do condenado. Para combater a cultura patibular da pena é preciso que, hoje, definitivamente nos libertemos dos enganos da finalidade inclusiva da pena.

Com o advento da era moderna, a sociedade ocidental julgou que a pena privativa de liberdade - isto é, a prisão - teria a virtude de minimizar o sofrimento da reação penal, seja a capacidade de intimidar os potenciais violadores para que não delinquissem, como ainda a de educar os condenados a não reincidir. A prisão foi saudada como fúlgida invenção do progresso dos tempos: uma pena finalmente democrática, porque privativa de um bem possuído por todos os homens e valorado em igual medida – a liberdade pessoal; uma pena mensurável com extrema precisão: de um segundo à eternidade; uma pena economicamente virtuosa, porque voltada para um projeto de inclusão social do condenado. (...)"

SEGUE A NARRAÇÃO DE um apenado e seu sofrimento atrás das grades. Apreensão. Mãos suando. Um velho filme que insistia em me povoar a mente. Sob o calor escaldante do sertão nordestino chego, enfim, ao meu destino. E a natureza com os seus caprichos fez-me ironicamente confrontar com um dos meus maiores medos: milhares de besouros vivos que formavam tapetes móveis por toda a parte da Penitenciária. Hesitei em entrar. Quis voltar logo na minha chegada. O pânico em lidar com aqueles insetos que tanto medo me causavam na infância dominava a adulta que diziam não ter medo de nada.

Dominei frente. mim. Respirei fundo e segui em Já na pequena sala destinada ao atendimento, de frente para o interfone e o vidro blindado que presenciariam junto com os espectadores das muitas câmeras e microfones que guarnecem a sala aquele reencontro, me ative em vasculhar a presença dos tais besouros, já em menor número do que na minha entrada.

ATENTA MOVIMENTO dos insetos que a mim ainda amedrontavam nem percebi a chegada do meu interlocutor. Já não era aquele homem que há uma década travara comigo acalorada discussão. Acalorada ao a que divino. Vi em seu semblante a dor do tempo, da tortura e da desumanização que lhe foi imposta pela crueldade de um sistema que oculta interesses perversos. Com a mão ao vidro na saudação possível que aquele ambiente propicia, por um instante me coloquei em genuflexão rogando amparo divino àquele irmão.

Em cada palavra que lhe ouvia e em cada palavra que levava percebi que apenas um alimento sustenta aquela vida despedaçada: A FÉ. Mas o efeito devastador de 21 anos de prisão, sendo os últimos 10 no desumano sistema penitenciário federal se via no seu rosto, nos seus movimentos em alguns cacoetes adquiridos naquela penosa e longa estadia. Não pudemos ainda medir os danos graves causados por um longo tempo de uma pena cruel que se perpetua na desumanização pelo adestramento de seres afastados de seus semelhantes em solitária e banidos de suas origens e familiares.

PARA QUE SERVE A PENA? Pensei enquanto ouvia atenta ao meu aguerrido interlocutor. Embora aparentemente preservadas as argumentações e seu raciocínio cognitivo, minha percepção foi clara no sentido de que sistema o fez adoecer. Dez anos antes, quando era ele um "recém-chegado" naquele modelo de moderna, suas percepções eram absolutamente diversas.

Vi hoje um homem esculpido pela literatura de 10 anos de sistema de tortura federal, cuja percepção humana está seriamente afetada. O mundo exterior àquele universo paralelo para o qual fora ele banido para ele era agora uma mímica daquilo que a mente já não consegue reproduzir. Morte perpétua, aquela, destinada aos párias da nação nos tempos do império, era ela que via desenhada naquele rosto magro e naqueles olhos de desespero disfarçado. Lembrei-me do mestre Carnelluti e sua metáfora do condenado como O "sepultado vivo". Em 21 anos de carreira nunca fez para mim tanto sentido.

REFLETIA ALI SOBRE o papel do sistema punitivo em nossa sociedade e compreendi a esquizofrenia a que entregamos outros seres humanos ao argumento da defesa social. E quando mergulho sob essa alma humana é com a certeza de Heraclito que compreendo que agora é um outro Rio e eu uma outra pessoa.

Já não consigo me calar diante da indignação de saber que estamos fazendo tudo errado. Não nos protegemos de nada. A cada novo ano que o sistema mantém aquele homem naquelas condições, declara inútil todo o trabalho de "isolamento" de uma década.

Afirma-se, sem pudores, que esse sepultado-vivo lidera um grande exército de homens, uma organização criminosa. Argumenta-se que, em que pese os 10 anos de seu banimento, ele continua exercendo sua liderança. Não existe nada mais esquizofrênico do que dizer que embora ministrado em doses cavalares um medicamento e ele não ter produzido resultados, a solução é a continuidade de um tratamento reconhecido inócuo por quem o prescreveu.

O MAIS GRAVE É QUE outros miseráveis de toda parte lhe compartilham a experiência cruel. Como náufragos que se encontram na mesma ilha longe de suas famílias e amigos criam novos laços de sobrevivência. De toda parte do país se reúnem presos que experimentam a mesma experiência insalubre e que buscam uns nos outros a resistência para manter o já remoto equilíbrio emocional.

Mas eles partem, voltam as suas origens, porque o sistema, em tese, foi criado para resolver situações de emergência promovendo afastamento temporário. Contudo eles já não vão sós... Levam com eles os laços criados pela convivência na dor com alguém que à eles estendeu a mão, mas que ficou para trás. Há quem possa falar em ideologização dos presos que se espalharam país à fora... Para nós, seria relativizar algo muito mais complexo...

NÃO É NOVIDADE para ninguém as parcerias criadas entre chamadas "facções criminosas" de todo país hoje assemelhando-se a acontecimentos da américa latina com o fortalecimento Cartéis de Narcótico. A permanência ilimitada de presos do Rio de Janeiro no sistema penitenciário federal não só tem se demonstrado meio ineficaz e combate ao tráfico ou a violência como tem demonstrado grande perigo ao sistema penitenciário de todos os estados e à segurança pública de todo o país. A quebra do pacto federativo pelo Estado do Rio de Janeiro em circunstâncias tais há de ser estudada posto que a criação do sistema federal como contingencial e de emergência foi desvirtuada e subvertida por uma política de segurança pública hoje reconhecidamente falida e ineficaz praticada por um grupo político que governou pela última década o Estado

OS RESPONSÁVEIS DO poder executivo por tais políticas de segurança que nortearam ações conjuntas com o poder judiciário hoje cumprem prisão ou estão sob investigação por medidas que faziam parte desse mesmo "pacote de proteção da Sociedade fluminense".

A ciência costuma afirmar que a vida encontra meios na adversidade, transmutando-se em outro para sobrevivência. Centenas de presos morreram em guerras travadas depois das alianças criadas pelo banimento de condenados fluminenses e de outros estados.

ENQUANTO ISSO OS LAÇOS de sobrevivência continuam sendo o meio de equilíbrio de quem vive através do outro a humanidade que lhe foi negada.

A vida não é agora senão uma mímica e as marionetes a manifestação do alter ego de quem deixou de viver. Mas para o inferno de Dante a solução é reconhecer que tomamos um caminho perigoso e tentarmos fazer o caminho de volta. Humanização: Direitos humanos para SERES HUMANOS...

SIRO DARLAN É DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

RELEASE 4T22 E 2022

Rio de Janeiro, 7 de março de 2023

Grupo SOMA, maior grupo de moda do Brasil, divulga seus resultados do 4T22 e do exercício de 2022

Grupo SOMA atingiu receita recorde de R$ 5,6 bilhões em 2022, alta de 32%[1] *vs*. 2021, com crescimento de receita bruta de dois dígitos em todas as marcas, alcançando margem EBITDA ajustada de 15%[1], representando ganho relevante de 5 p.p. *vs*. 2021.

DESTAQUES 4T22

- No 4T22, o Grupo SOMA (Consolidado) atingiu receita bruta recorde de R$ 1,6 bilhão, alta de +12,3% *vs.* 4T21.
- Lucro bruto ajustado[2] atingiu R$ 741,7 milhões, crescimento de +13,0% *vs.* 4T21, alcançando uma margem bruta ajustada[2] de 54,6%, ganho de +0,7 p.p. *vs.* 4T21.
- EBITDA societário totalizou R$ 188,8 milhões; EBITDA ajustado[2] atingiu R$ 210,7 milhões, alta de +40,0% *vs.* 4T21, alcançando uma margem EBITDA ajustada de 15,5%, ganho de +3,1 p.p. *vs*. 4T21.
- Lucro líquido ajustado[2] totalizou R$ 99,3 milhões no 4T22, alta de +14,2% *vs*. 4T21.
- Na visão ex-Hering, a forte geração de desejo das marcas é fator preponderante para mantermos um crescimento resiliente:
  - Receita bruta recorde de R$ 926,4 milhões, alta de +17,3% *vs.* 4T21.
  - Forte crescimento do atacado (+31,4%) e do digital (+28,2%) *vs*. 4T21.
  - Lucro bruto de R$ 488,6 milhões no 4T22, +13,3% *vs.* 4T21.
  - Aquisição de clientes segue em níveis elevados, com aumento da base ativa de +17,8% *vs*. 4T21.
- Tivemos mais um trimestre de receita recorde na Hering:
  - Receita bruta recorde de R$ 687,5 milhões, alta de +6,2% *vs*. 4T21 e +42,4%[3] *vs*. 4T19.
  - Aceleração dos canais, com destaque para as vendas do digital (+29,9%) e do atacado (+11,9%) *vs*. 4T21.
  - Lucro bruto ajustado[2] de R$ 253,1 milhões no 4T22, alta de +12,5% *vs.* 4T21, com relevante expansão da margem bruta ajustada de +2,7 p.p. *vs.* 4T21.
  - Base ativa de clientes cresceu +14,6% *vs*. 4T21.

[1] Crescimento comparado ao ano 2021 pro forma, que considera o resultado combinado do Grupo SOMA e da Hering nos meses anteriores à aquisição.
[2] Conciliação do lucro bruto, EBITDA e do lucro líquido ajustados pro forma nas páginas 19, 21 e 22, respectivamente.
[3] Excluindo a marca PUC que foi descontinuada em 2020.

PRINCIPAIS INDICADORES

R$ Milhões Consolidado (Pro forma[1])	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021 (Pro forma[1])	2022 vs. 2021
Receita bruta	1.613,9	1.437,5	12,3%	5.649,6	4.290,8	31,7%
Lucro bruto ajustado [2]	741,7	656,1	13,0%	2.769,3	2.032,1	36,3%
Margem bruta ajustada	54,6%	53,9%	*0,7 p.p.*	*56,9%*	55,5%	*1,4 p.p.*
EBITDA ajustado [2]	210,7	150,5	40,0%	735,4	384,4	91,3%
Margem EBITDA ajustada	15,5%	12,4%	*3,1 p.p.*	*15,1%*	10,5%	*4,6 p.p.*
Lucro líquido ajustado [2]	99,3	87,0	14,2%	384,0	221,9	73,1%
Margem líquida ajustada	7,3%	7,1%	*0,2 p.p.*	*7,9%*	6,1%	*1,8 p.p.*

R$ Milhões Ex-Hering	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021	2022 vs. 2021
Receita bruta	926,4	789,9	17,3%	3.319,2	2.441,4	36,0%
Lucro bruto ajustado [2]	488,6	431,2	13,3%	1.928,3	1.387,9	38,9%
Margem bruta ajustada	*63,7%*	*65,5%*	*-1,8 p.p.*	67,3%	*67,1%*	*0,2 p.p.*

R$ Milhões Hering	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021	2022 vs. 2021
Receita bruta	687,5	647,6	6,2%	2.330,4	1.849,4	26,0%
Lucro bruto ajustado [2]	253,1	224,9	12,5%	841,0	644,2	30,5%
Margem bruta ajustada	42,9%	40,2%	2,7 p.p.	41,9%	40,4%	1,5 p.p.

[1] O termo Pro forma se refere ao resultado combinado do Grupo SOMA e da Hering em períodos anteriores à aquisição.
[2] Conciliação do lucro bruto, EBITDA e do lucro líquido ajustados pro forma nas páginas 19, 21 e 22, respectivamente.

Em AGE realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a operação que resultou na incorporação da Cia. Hering ("Hering") na estrutura do Grupo de Moda Soma ("Grupo SOMA"). Neste relatório, comentaremos a evolução dos resultados ex-Hering e consolidados, sendo que os resultados consolidados serão comparados ao ano de 2021 pro forma, que considera os resultados da Hering nos meses anteriores à aquisição, de janeiro a agosto de 2021, combinados aos resultados do Grupo SOMA. Os resultados da Hering serão comentados no capítulo referente à marca.

Resumo financeiro – Consolidado (Pro forma)

R$ Milhões Resumo financeiro	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021 (Pro forma)	2022 vs. 2021
Receita bruta	1.613,9	1.437,5	12,3%	5.649,6	4.290,8	31,7%
Receita líquida	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	3.671,8	32,6%
Receita líquida ajustada	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	3.661,5	33,0%
Lucro bruto	732,5	611,7	19,7%	2.760,1	1.985,5	39,0%
Lucro bruto ajustado	741,7	656,1	13,0%	2.769,3	2.032,1	36,3%
Margem bruta ajustada	*54,6%*	*53,9%*	*0,7 p.p.*	*56,9%*	*55,5%*	*1,4 p.p.*
EBITDA	188,8	96,0	96,7%	709,0	327,4	116,6%
EBITDA ajustado	210,7	150,5	40,0%	735,4	384,4	91,3%
Margem EBITDA ajustada	*15,5%*	*12,4%*	*3,1 p.p.*	15,1%	*10,5%*	*4,6 p.p.*
Lucro líquido	72,4	44,8	61,7%	335,2	294,7	13,7%
Lucro líquido ajustado	99,3	87,0	14,2%	384,0	221,9	73,1%
Margem líquida ajustada	*7,3%*	*7,1%*	*0,2 p.p.*	7,9%	*6,1%*	*1,8 p.p.*

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022 atingimos receita bruta de R$ 5.649,6 milhões, alta de 72,9% *vs*. 2021. Na análise dos **resultados pro forma**, a receita bruta cresceu 31,7% *vs*. 2021 e 67,9% *vs*. 2019. A margem EBITDA ajustada foi de 15,1%, alta de 4,6 p.p. *vs*. 2021, demonstrando forte alavancagem operacional. O lucro líquido ajustado totalizou R$ 384,0 milhões, um crescimento de 73,1% *vs.* 2021 e uma margem líquida de 7,9%.

Encerramos o ano de 2022 com uma base ativa total de 5,4 milhões de clientes, mais de 12 mil multimarcas ativas e um total de 1.094 lojas, sendo 358 lojas próprias e 736 franquias.

Analisando os indicadores que sustentaram o crescimento da receita em 2022, temos confiança para os próximos trimestres, uma vez que a base ativa de clientes e *same clients sales* continuam evoluindo de forma consistente. Novamente a FARM foi destaque de crescimento entre as marcas, atingindo receita bruta recorde de R$ 1,2 bilhão em 2022, alta de 32,6% *vs*. 2021 e relevante ganho de *market share*. Com apenas 89 lojas, a FARM tem alto potencial de crescimento no mercado brasileiro, sendo que nos últimos quatro anos mais que dobrou de tamanho, superando 820 mil clientes ativas. Em 2023, seguiremos com nosso plano de expansão física, abrindo de 15 a 20 lojas, em sua maioria com incentivos de *allowance* e menores custo de ocupação. Além disso, manteremos o ritmo de crescimento do atacado com melhoria expressiva de *same clientes sales*. Seguimos confiantes em nossa ambição de estar entre as maiores marcas do mundo nos próximos anos.

A operação internacional da FARM, a FARM Global, que é um dos nossos principais vetores de crescimento, teve excepcional performance em 2022. A marca encerrou o ano com receita de USD 95,6 milhões, com forte crescimento de 80,7% *vs*. 2021. Em 2023, daremos sequência à nossa estratégia de abertura de lojas. Temos nos empenhado nessa agenda de forma a endereçar a migração do consumo do varejo digital para o físico, além de diminuir a dependência de lojas de departamentos nos Estados Unidos. A marca abrirá uma loja na Melrose Avenue em Los Angeles (prevista para o 2T23) e lojas no formato "*shop in shop*" na Bloomingdale's. Para fortalecer nossa entrada na Europa, iremos acelerar o crescimento por meio de *concessions,* do digital e de lojas *flagships*. As *concessions* serão o modelo que irá ancorar o crescimento da FARM na região, juntamente com e-commerce, em especial em Londres, onde o *share* desse canal é bastante relevante. Em 2023, nossa estratégia de *pop-ups* será mantida, a exemplo do Le Bon Marché em Paris, que retornará para mais uma temporada, e também na Itália, com a entrada nas 9 lojas da Rinascente em Milão, que ampliarão o *awareness* da FARM. Vale ressaltar que, ao final de 2022, divulgamos o desenho da nova estrutura societária da FARM Global, com a integralização da Soma Brands International na Suíça, a qual trará agilidade, robustez e eficiência para nossa expansão em cada uma das regiões geográficas citadas acima.

Outro destaque ao longo de 2022 foi a Animale, que entregou a maior receita bruta da sua história, atingindo R$ 670,1 milhões, alta de 24,0% *vs*. 2021. Tivemos um problema no final do ano relacionado ao abastecimento das lojas, devido a atraso na entrega de produtos por fornecedores, que impactou os resultados da marca no 4T22.

A NV segue evoluindo com expansão da marca de 38,1%[1] em 2022 *vs*. 2021. Em 2023, estamos avançando no aporte de ferramentas de gestão para que a marca continue crescendo de forma sustentável. Replicaremos na NV nosso processo criativo de desenvolvimento de coleção, calendário, PLM, controles de produção e demais ferramentas que dão suporte a todo o ciclo de construção de coleção que termina na entrega em loja, os quais certamente garantirão nível adequado de *OTIF – On Time Full*. Também alocamos profissionais com profundo conhecimento de planejamento comercial e fornecimento para ajustar e capturar a enorme tração comercial que a marca possui. Vamos aproveitar esta oportunidade para ajustar o calendário e assim podermos atender a enorme demanda reprimida que existe no canal de atacado, levando a receita da NV a outro patamar nos próximos anos.

Por fim, a cada dia que passa conhecemos melhor a Hering e temos mais confiança para atuar nas alavancas de eficiência operacional e fortalecimento da marca, as quais contribuíram para atingirmos receita recorde de R$ 2,3 bilhões em 2022, alta de 26,1% *vs*. 2021. Em 2023, nossos esforços serão dirigidos a: (i) expansão da rentabilidade, principalmente dos canais próprios; (ii) intensificação das melhorias operacionais iniciadas em 2022, relacionadas à ampliação do nível de serviço para franquias e clientes multimarcas; (iii) fortalecimento da marca Hering por meio da entrega de um produto feminino mais atrativo, que gere mais desejo e amplie sua participação no total da receita e (iv) expansão do modelo de megalojas em lugares que são formadores de opinião para ampliar a experiência de loja.

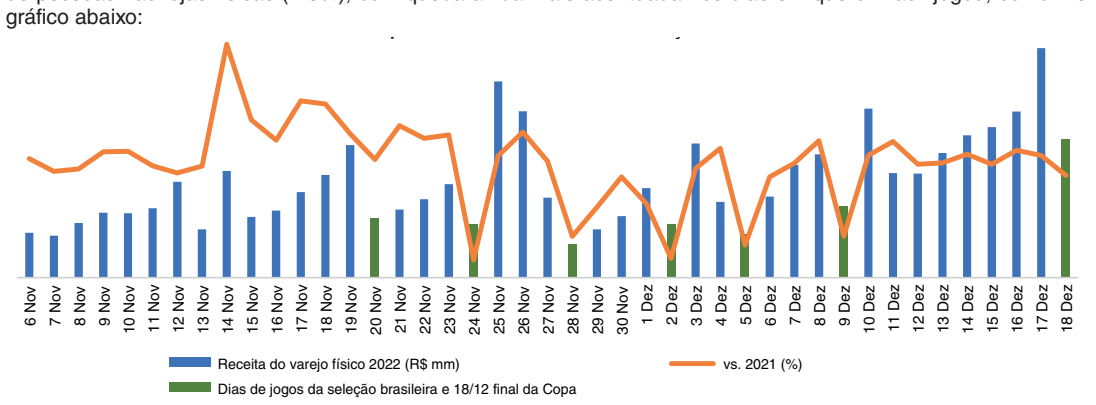
Seguimos otimistas na execução do plano estratégico para os próximos anos e cientes de todos os desafios que encontraremos pela frente.

O ano de 2022 foi excepcional. Sabemos que a taxa de crescimento tende a se acomodar em níveis mais sustentáveis, dado que as bases comparáveis são desafiadoras. Porém, continuamos otimistas, inclusive para o ano de 2023, que teve um início positivo.

[1] Considera a receita bruta gerencial de 2021 da NV, obtida junto a assessorias em diligências no processo de aquisição da marca. Adiciona a receita dos meses de janeiro a fevereiro, anteriores à aquisição.

Análise do 4T22

No 4T22, a receita bruta da Companhia totalizou R$ 1.613,9 milhão, crescimento de 12,3% mesmo em relação à forte base comparativa do 4T21 (reabertura das atividades do varejo físico no Brasil). O 4T22 mostrou-se um trimestre mais desafiador, principalmente devido a fatores exógenos que impactaram o fluxo nas lojas físicas e as vendas, tais como o clima mais frio em outubro e novembro, as eleições e principalmente a Copa do Mundo. Durante a realização do evento, entre 20 de novembro e 18 de dezembro, observamos significativa redução do fluxo de pessoas nas lojas físicas (-40%), com queda ainda mais acentuada nos dias em que o Brasil jogou, conforme gráfico abaixo:



O lucro bruto ajustado teve alta de 13,0% *vs*. 4T21 e a margem bruta ajustada totalizou 54,6%, ganho de 0,7 p.p. No 4T22, a expansão da margem bruta foi limitada pelo impacto da Copa do Mundo, que resultou em um *mix* de canais onde o varejo físico, que possui maior margem bruta, perdeu relevância, tendo seu *share* reduzido em 2,2 p.p no total da receita. Além disso, o digital foi mais promocional durante a *Black Friday* e o canal que mais ganhou *share* (+2,8 p.p.) na receita. Por último, o atacado, canal de *sell-in*, também, ampliou seu *share* (+1,7 p.p.). O EBITDA ajustado totalizou R$ 210,7 milhões, alta de 40,0% *vs*. 4T21. A margem EBITDA ajustada aumentou 3,1 p.p. *vs*. 4T21.

O Grupo SOMA atingiu lucro líquido ajustado de R$ 99,3 milhões, alta de 14,2% *vs*. 4T21, com expansão de margem líquida de +0,2 p.p. *vs*. 4T21, mesmo com o significativo aumento da taxa de juros, que impactou as despesas financeiras.

O **portfólio do grupo ex-Hering** obteve alta na receita bruta de 17,3% *vs*. 4T21. Foram destaque de crescimento no trimestre as marcas FARM Global (+72,5%), FARM (+21,8%), NV (+20,4%), Fábula (+33,2%) e Cris Barros (+24,8%). Nesse mesmo período, foi verificada uma ampliação da base ativa de clientes de 17,8%, demonstrando que as marcas continuam ganhando *market share*.

Ainda na visão ex-Hering, o lucro bruto totalizou R$ 488,6 milhões, alta de 13,3% vs. 4T21. A margem bruta foi de 63,7%, 1,8 p.p. abaixo do 4T21, explicada pela: (i) maior alíquota de impostos sobre vendas; (ii) maior participação do atacado (canal sell-in) no total da receita bruta (+2,2 p.p de aumento de *share*), cujo impacto no lucro líquido é neutralizado por sua maior margem de contribuição; e (iii) impacto do período da Copa do Mundo, principalmente nos dias de jogos do Brasil, com queda de fluxo nas lojas que levou a: (a) acentuada redução do *share* do varejo físico, canal com maior margem bruta e (b) um canal digital mais agressivo, com aumento dos níveis de descontos, uma vez que priorizou-se o giro da coleção corrente, evitando volumes altos de estoque no fechamento de 2022.

em relação aos **resultados da Hering**, a marca atingiu receita bruta recorde de R$687,5 milhões, alta de 6,2% *vs*. 4T21. Vale ressaltar o crescimento de 42,4% *vs*. 4T19, excluindo marca descontinuada (PUC), mesmo com o impacto da Copa do Mundo.

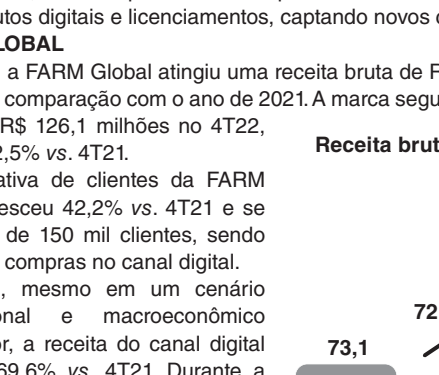
No 4T22, o lucro bruto ajustado da Hering totalizou R$ 253,1 milhões, alta de 12,5% vs. 4T21. A margem bruta ajustada aumentou 2,7 p.p. *vs*. 4T21.

NOSSAS MARCAS, NOSSOS PILARES

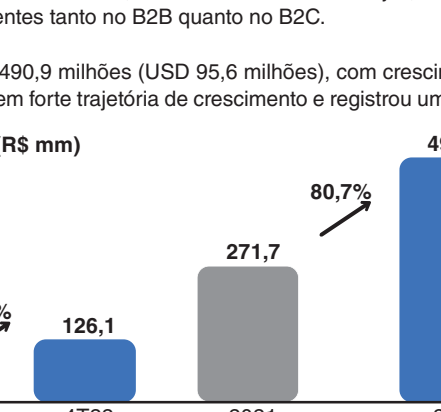
R$ Milhões Receita bruta por marca	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021	2022 vs. 2021
Animale	169,7	165,3	2,7%	670,1	540,6	24,0%
Cris Barros	34,2	27,4	24,8%	120,4	87,4	37,8%
Fábula	34,5	25,9	33,2%	104,6	72,6	44,1%
Farm	357,4	293,5	21,8%	1.191,7	898,4	32,6%
Farm Global	126,1	73,1	72,5%	490,9	271,7	80,7%
Foxton	39,7	35,8	10,9%	104,6	73,9	41,5%
Maria Filó	51,5	60,4	-14,7%	193,4	173,5	11,5%
NV	95,8	79,6	20,4%	381,4	243,8	56,4%
Off Premium	17,5	28,7	-39,0%	62,1	72,8	-14,7%
Marcas descontinuadas[1]	0,0	0,2	-100%	0,0	6,7	-100%
Subtotal (ex-Hering)	926,4	789,9	17,3%	3.319,2	2.441,4	36,0%
Hering [2]	687,5	647,6	6,2%	2.330,4	1.849,4	26,0%
Total	1.613,9	1.437,5	12,3%	5.649,6	4.290,8	31,7%

[1] Receita de marcas descontinuadas (FYI e A. Brand).
[2] Receita total da Hering, que considera: Hering, Hering Kids, Hering Intimates, Hering Sports e Dzarm.

Receita bruta por marca 4T21 (%)



Receita bruta por marca 4T22 (%)



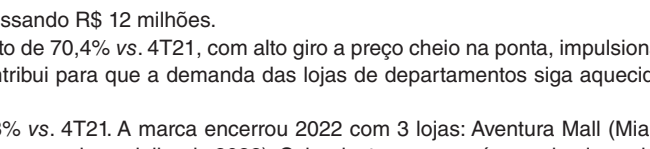
ANIMALE

Em 2022, a Animale atingiu uma receita bruta de R$670,1 milhões, crescimento de 24,0% na comparação com o ano de 2021.

No 4T22, entretanto, as vendas foram impactadas pelo desabastecimento em função do atraso de fornecedores na entrega da coleção de Alto Verão. Embora houvesse desejo pelas peças, os canais não tiveram seus estoques repostos adequadamente.

Sobre os estoques, ao longo de 2022, como a marca vinha com crescimento acima do planejado, a chegada com atraso no final do ciclo da coleção não gerou acúmulo para 2023, com expectativa de normalização a partir do 1T23.

Receita bruta (R$ mm)



FARM

Em 2022, a receita bruta somou R$ 1.191,7 milhão, alta de 32,6% *vs*. 2021. No ano de 2022, a marca abriu 7 lojas, atingindo um total de apenas 89 lojas no Brasil. No 4T22, a FARM foi novamente destaque de vendas: a receita bruta totalizou R$ 357,4 milhões, alta de 21,8% *vs.* 4T21, e SSS de +12,4%.

A marca tem um importante diferencial em seu processo criativo, sendo capaz de produzir sucessivas coleções de alto desejo ao longo dos anos. Esse fator, em conjunto com a atuação do digital, possibilita um crescimento consistente da base ativa de clientes. No 4T22, a base ativa da marca aumentou 15,9% *vs*. 4T21.

Considerando o tamanho do mercado em que atua, a FARM possui muitas oportunidades de ganho de *share*, com abertura de novas lojas, aceleração dos produtos digitais e licenciamentos, captando novos clientes tanto no B2B quanto no B2C.

Receita bruta (R$ mm)

FARM GLOBAL

Em 2022, a FARM Global atingiu uma receita bruta de R$ 490,9 milhões (USD 95,6 milhões), com crescimento de 80,7% na comparação com o ano de 2021. A marca segue em forte trajetória de crescimento e registrou uma receita bruta de R$ 126,1 milhões no 4T22, alta de 72,5% *vs*. 4T21.

A base ativa de clientes da FARM Global cresceu 42,2% *vs*. 4T21 e se aproxima de 150 mil clientes, sendo 94% com compras no canal digital.

No 4T22, mesmo em um cenário internacional e macroeconômico desafiador, a receita do canal digital cresceu 69,6% *vs*. 4T21. Durante a *Black Friday*, a FARM Global superou o recorde de vendas diário entre todas as marcas do Grupo SOMA, ultrapassando R$ 12 milhões.

Receita bruta (R$ mm)

A receita do canal de atacado teve aumento de 70,4% *vs*. 4T21, com alto giro a preço cheio na ponta, impulsionado pelo desejo das consumidoras, o que contribui para que a demanda das lojas de departamentos siga aquecida e com elevado apetite.

A receita das lojas próprias cresceu 127,3% *vs*. 4T21. A marca encerrou 2022 com 3 lojas: Aventura Mall (Miami), Soho (Nova York) e Venice (Los Angeles, inaugurada em julho de 2022). Cabe destacar que, pós-pandemia, as lojas vêm ganhando rentabilidade e são superavitárias. A próxima inauguração está prevista para o segundo semestre de 2023, na Melrose Avenue em Los Angeles.

No mercado europeu, destaca-se o sucesso da *pop-up* no Le Bon Marché em Paris. O excelente desempenho da marca proporcionou um espaço permanente na loja a partir de janeiro de 2023, além de ter aberto novas portas na Europa nesse período, cumprindo um dos principais objetivos da entrada da FARM Global na loja de departamentos parisiense.

A FARM Global está presente em mais de 152 pontos de venda fora dos Estados Unidos, incluindo nomes icônicos no mercado europeu como Liberty (Londres, que também se tornou espaço permanente), KaDeWe (Berlim), Rinascente (Milão), El Corte Inglés (Madri) e Jelmoli (Zurique).

A marca obteve bom desempenho nos meses de inverno, reforçando o posicionamento da FARM Global como uma marca para o ano todo. As linhas de *knitwear* (tricot) e *outerwear*, produtos mais relevantes no inverno, foram sucesso de vendas.

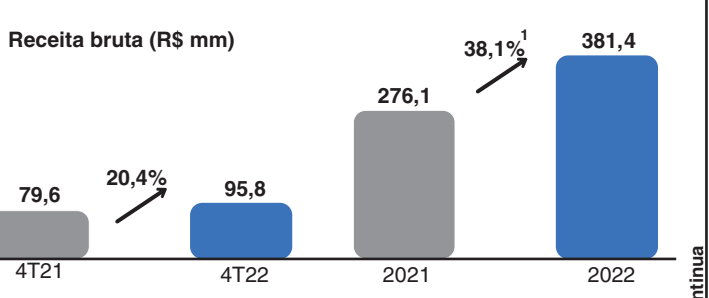
Em 2022, o cenário internacional foi desafiador devido ao ambiente inflacionário, ao setor de varejo com estoques mais altos e ao período mais promocional. No entanto, o Grupo SOMA seguiu sem qualquer desvio da estratégia, priorizando o desejo de marca por meio da entrega de um produto único, com autoridade na categoria, que fundamenta os alicerces para um crescimento sustentável e de longo prazo.

NV

Em 2022, a NV atingiu receita bruta de R$ 381,4 milhões, crescimento de 38,1% *vs*. 2021. No 4T22, a receita bruta foi de R$ 95,8 milhões, alta de 20,4% *vs*. 4T21. A marca registrou um forte incremento da base ativa de clientes, de 32,8% *vs*. 4T21, um dos principais indicadores quando pensamos em saúde de marca.

O varejo físico apresentou forte alta de receita (+21,2%) na comparação com o 4T21. O canal digital foi o que mais cresceu no período, alta de 24,3% *vs*. 4T21. Em 2022, a NV teve atuação ativa na *Black Friday* se comparada a 2021, quando teve uma participação restrita de apenas um dia.

Receita bruta (R$ mm)



continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

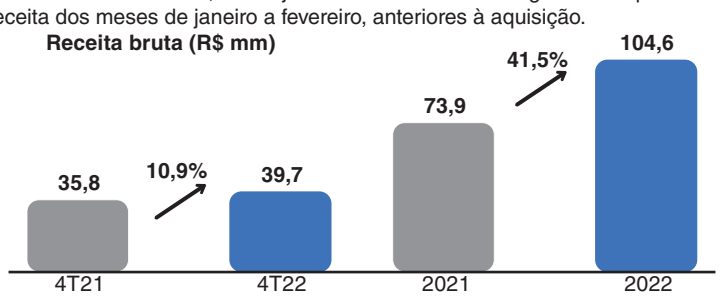
CNPJ: 10.285.590/0001-08

No 4T22, a NV deu continuidade a sua expansão física com a abertura de 3 novas lojas: duas no Nordeste, em Fortaleza e Salvador, e uma loja em Porto Alegre. A marca terminou 2022 com 16 lojas distribuídas pelo país.

[1] O gráfico apresenta a receita bruta gerencial de 2021 da NV, obtida junto a assessorias em diligências no processo de aquisição da marca. Considera a receita dos meses de janeiro a fevereiro, anteriores à aquisição.

FOXTON

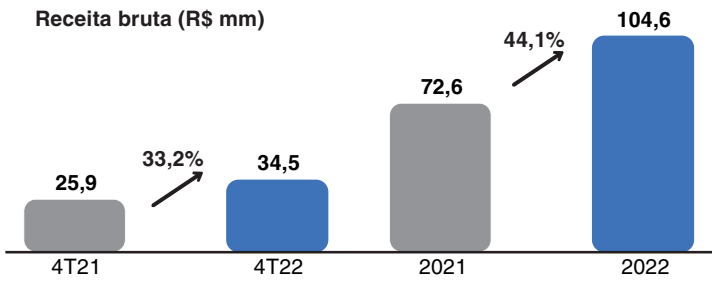
Em 2022, a Foxton atingiu R$ 104,6 milhões de receita bruta, alta +41,5% *vs*. 2021. No 4T22, totalizou R$ 39,7 milhões, expansão de 10,9% *vs*. 4T21. A Foxton inaugurou 4 lojas no final do ano de 2022, em Fortaleza, no Rio de Janeiro e duas em São Paulo, alcançado um total de 29 lojas distribuídas pelo país.



A marca possui oportunidade de crescimento das vendas no atacado e no digital, canais que ainda possuem baixa representatividade na receita.

FÁBULA

A Fábula atingiu receita bruta de R$ 104,6 milhões, crescimento de 44,1% *vs*. 2021. No 4T22, totalizou R$ 34,5 milhões, expansão de 33,2% *vs*. 4T21. A Fábula possui 21 lojas, em sua maioria *pop-ups*, e um elevado *share* do canal digital na sua receita bruta. Entretanto, o varejo físico e o atacado ganharam *share* ao longo de 2022. No 4T22, teve destaque o crescimento do atacado (+79,5%).

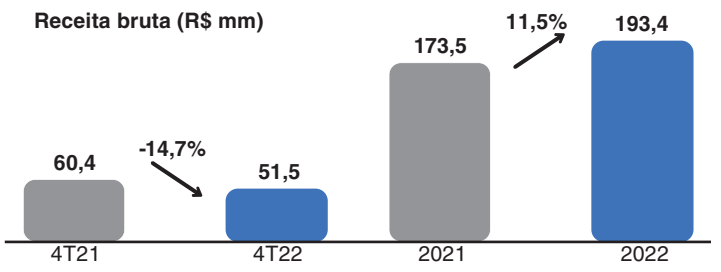


A base ativa de clientes segue em forte expansão, se consolidando progressivamente e atingindo 120 mil clientes no 4T22, aumento de 35,3% *vs*. 4T21.

MARIA FILÓ

Em 2022, a Maria Filó obteve receita bruta de R$ 193,4 milhões, crescimento de 11,5% *vs*. 2021.

No 4T22, no entanto, a receita atingiu R$ 51,5 milhões, queda de 14,7%. Vale destacar que, no segundo semestre de 2022, sob nova direção criativa, a marca passou por um processo de revitalização, com o objetivo de entregar coleções que valorizem o DNA da marca. O time criativo tem trabalhado em produtos que começarão a ser vendidos na coleção do Verão 2024, chegando às lojas no 3T23. Estamos otimistas em relação ao novo momento que a marca terá a partir do segundo semestre de 2023.

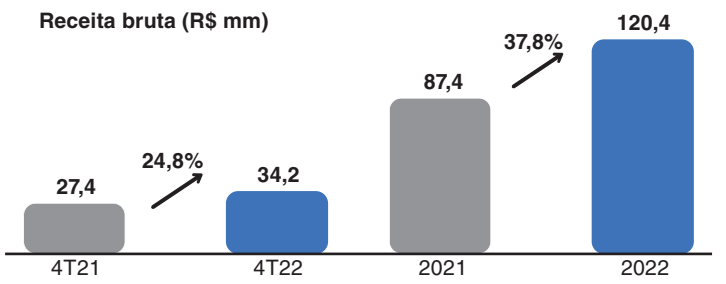


CRIS BARROS

Em 2022, a Cris Barros registrou receita bruta de R$ 120,4 milhões, um crescimento de 37,8% *vs*. 2021.

No 4T22, a marca foi novamente destaque de crescimento, com receita bruta 24,8% superior à do 4T21.

A Cris Barros segue em um ciclo virtuoso, com geração de desejo e consecutivas coleções de sucesso após período adverso em 2021, que impactou a cadeia de fornecimento depois da pandemia. A marca teve um aumento da base ativa de clientes de 35,3% *vs*. 4T21.

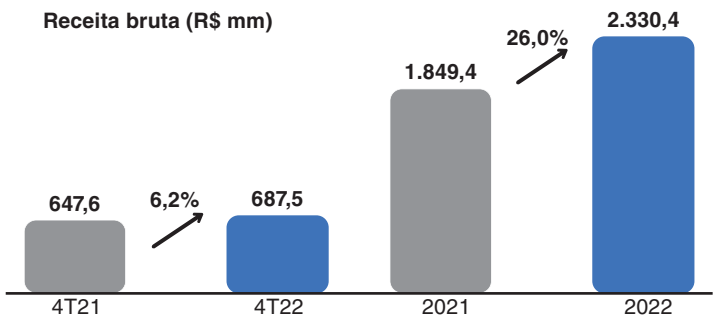


HERING

Receita bruta

Em 2022, a Hering atingiu receita bruta de R$ 2.330,4 milhões, alta de 26,0% *vs*. 2021.

No 4T22, a Hering registrou receita bruta recorde, de R$ 687,5 milhões, alta de 6,2% *vs*. 4T21. Vale ressaltar o crescimento de 42,4% *vs*. 4T19, excluindo a marca descontinuada PUC.



No 4T22, a Hering tem uma forte base comparativa de receita com o 4T21, quando atingiu recorde após a reabertura das atividades do varejo físico no Brasil. Vale destacar que as vendas do 4T22 foram impactadas pela Copa do Mundo e por temperaturas abaixo da média para o período.

Receita bruta por canal - Hering

R$ Milhões			4T22 vs.			2022 vs.
Receita bruta por canal Hering	**4T22**	**4T21**	**4T21**	**2022**	**2021**	**2021**
Receita total	**687,5**	**647,6**	**6,2%**	**2.330,4**	**1.849,4**	**26,0%**
Varejo (sell-out)	**239,3**	**211,4**	**13,2%**	**731,8**	**571,7**	**28,0%**
Físico	163,8	153,3	6,8%	461,8	353,7	30,6%
Digital	75,5	58,1	29,9%	270,0	218,0	23,9%
Sell in	**448,2**	**436,2**	**2,8%**	**1.598,6**	**1.277,7**	**25,1%**
Atacado	194,3	173,6	11,9%	773,1	596,3	29,6%
Franquia	247,1	257,8	-4,2%	799,3	658,4	21,4%
Outros[1]	6,8	4,8	41,7%	26,2	23,0	13,9%

[1] Itens de segunda linha e sobras.

As vendas do varejo da Hering (*sell-out*) cresceram 13,2% *vs*. 4T21, com destaque para a alta do digital, de 29,9% *vs*. 4T21 (+7,5% nos sites e apps e +44,6% em *marketplaces*). Na *Black Friday*, as vendas do digital tiveram alta de 43,0% *vs*. o evento de 2021. Após a migração do site para a nova plataforma em julho de 2022, a Hering segue evoluindo em usabilidade e experiência do site. No varejo físico, as vendas aumentaram 6,8% *vs*. 4T21, apesar do cenário mais desafiador, com redução do fluxo de pessoas nas lojas e as atenções voltadas para a Copa do Mundo durante a realização do evento.

O *sell-in* registrou alta de 2,8% *vs*. 4T21, com destaque para o crescimento do atacado, de 11,9% *vs*. 4T21, e forte alta do *Same Clients Sales,* de 24,8% *vs*. 4T21. O canal de atacado possui oportunidade de crescimento na Hering e tende a crescer à medida que a marca evolui seu nível de serviço e melhora o produto feminino. As vendas para franquias tiveram queda de 4,2% *vs*. 4T21, impactadas por um *sell-in* que ficou mais concentrado no 3T22.

Lojas

A Hering encerrou 2022 com 789 lojas, das quais 769 no Brasil e 20 no mercado internacional. A Hering terminou 2022 com 20 megalojas, modelo que tem apresentado forte avanço dos indicadores. No segundo semestre de 2022, foram inauguradas 3 megalojas alinhadas ao novo conceito, que visa promover uma melhor experiência de marca em um ambiente atrativo e inteligente, localizadas no Shopping Recife (agosto), Shopping Curitiba (novembro) e Shopping Tamboré - SP (dezembro). Considerando megas convertidas em 2022, os indicadores de performance são bastante otimistas, tais como receita bruta (+58%) e atendimento (+46%) *vs*. o mesmo período do ano passado. São planejadas 15 megas no novo conceito para 2023.

Lucro bruto

R$ Milhões			4T22 vs.			2022 vs.
Lucro bruto	**4T22**	**4T21**	**4T21**	**2022**	**2021**	**2021**
Receita Bruta	687,5	647,6	6,2%	2.330,4	1.849,4	26,0%
Receita Líquida	590,1	559,2	5,5%	2.004,9	1.593,2	25,8%
Lucro Bruto	243,9	180,5	35,1%	831,8	587,3	41,6%
Lucro Bruto Ajustado[1]	253,1	224,9	12,5%	841,0	644,2	30,5%
Margem Bruta Ajustada	*42,9%*	*40,2%*	*2,7 p.p.*	*41,9%*	*40,4%*	*1,5 p.p.*

[1] Lucro bruto foi ajustado devido à unificação de práticas contábeis do Grupo relacionadas à contabilização do AVP de fornecedores, que passou a ser feito pelo giro dos produtos no estoque no 4T22 e não mais sobre a compra da matéria-prima. Essa mudança teve impacto negativo de R$ 9,2 milhões no 4T22, que foi ajustado ao lucro bruto para fins de comparação com os 9 meses anteriores de 2022 e 4T21.

No 4T22, o lucro bruto ajustado totalizou R$ 253,1 milhões, alta de 12,5% *vs*. 4T21. A margem bruta ajustada aumentou 2,7 p.p. Vale ressaltar que a expansão da margem bruta foi limitada por dois fatores exógenos:

• **Copa do Mundo**, que afetou principalmente as vendas do varejo físico, cuja margem bruta é a maior entre os canais. O digital ampliou participação na receita (+2,0 p.p.), porém foi mais agressivo no nível de descontos tanto no site próprio quanto nas vendas para *marketplaces*.

• **Temperaturas mais frias** do que a média no período.

Projetos estruturantes:

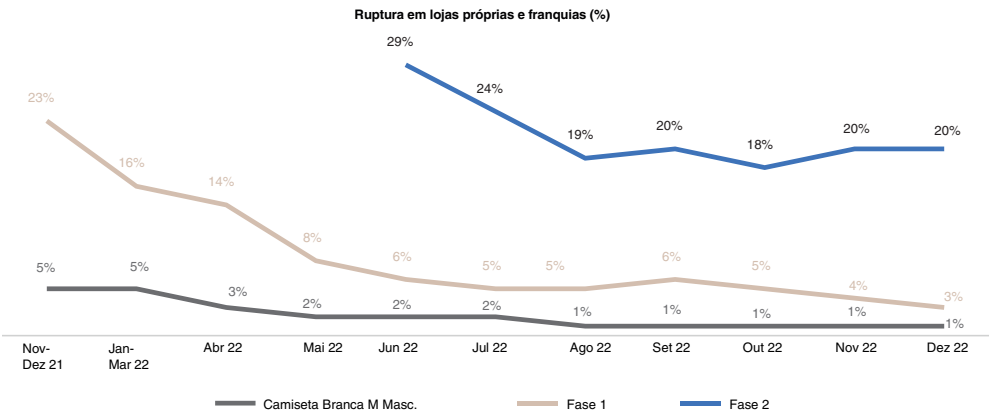
Os projetos estruturantes evoluíram em linha com o planejado, conforme abaixo:

• Readequação do sortimento e ajuste na pirâmide;
• Redução de rupturas em loja;
• Implementação do modelo de *push and pull* nas lojas próprias e web;
• Modelo de recomendação de compras;
• Adequação de capacidade e contratação de *sourcing.*

No 4T22, as ações implementadas pelos projetos estruturantes possibilitaram um incremento de 6,5 p.p. do giro a preço cheio dos produtos de *newness* e *core* na coleção de Alto Verão. Esse aumento de giro é resultado da readequação do sortimento e ajuste da pirâmide, bem como da ferramenta de recomendação de compras. Já nos produtos em que utilizamos o modelo preditivo de vendas a partir dos dados do Provão, tivemos um giro 3,8 p.p. acima do giro médio do canal de lojas próprias.

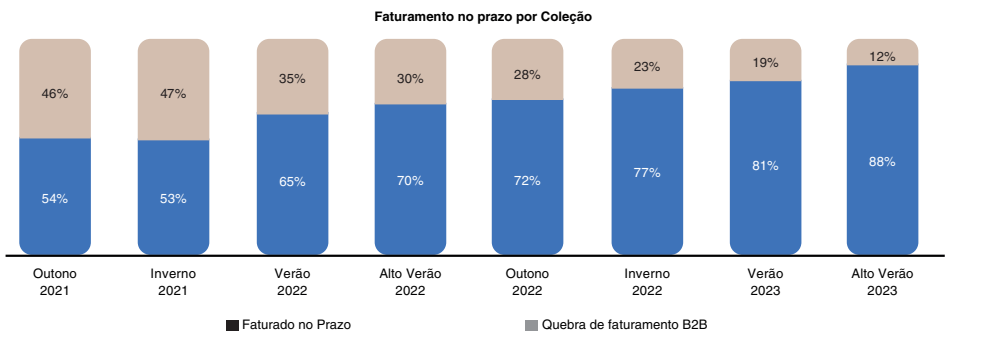
Além disso, finalizamos a implementação do modelo *push and pull* para 100% do sortimento das lojas próprias e e-commerce. Com isso, a partir da coleção do Outono 2023, os canais próprios farão o compartilhamento do *buffer* e o reabastecimento de maneira reativa às vendas, capturando os ganhos de redução das rupturas e otimizando os níveis de estoque.

Em relação à ruptura de itens básicos, foi obtida uma redução de 37% em lojas próprias e franquias *vs*. 4T21, resultado que garantiu um nível saudável de estoques nas lojas para o mês de dezembro. O trabalho de formação de estoques reguladores e a gestão da cobertura no centro de distribuição e na ponta possibilitaram que as lojas próprias atingissem um patamar de ruptura inferior a 1% para os itens mais básicos (Fase 1). Já a Fase 2, devido à data de início do projeto mais tardia e às características dos produtos que a compõem, tende a registrar uma redução de ruptura mais expressiva a partir do 1T23.

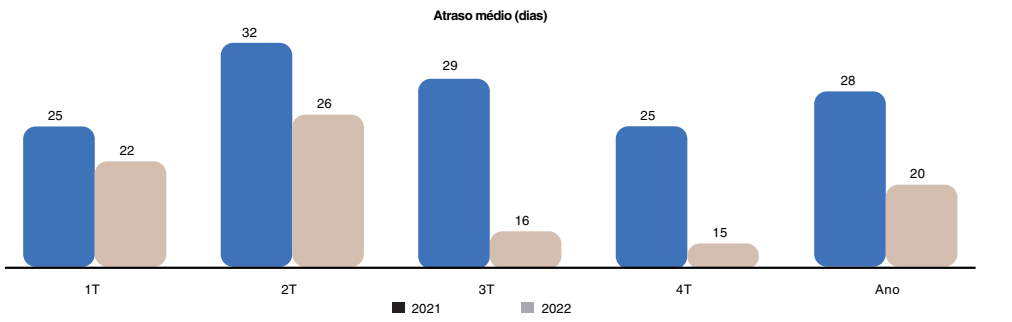


Fase 1: *Buffer* de reposição automática (~14% da receita) e Fase 2: grupo de produtos adicionados ao projeto em agosto/22 (~10% da receita).

O faturamento no prazo por coleção evolui de forma consistente desde o início de 2022. No 4T22, foi faturado 88% da coleção de Alto Verão *vs*. 70% no mesmo período do ano anterior. Esse resultado reflete o planejamento adequado da capacidade da indústria, a implementação de uma nova metodologia de priorização e a melhor utilização de gargalos da cadeia. Estes avanços permitiram trabalhar com 100% de venda ilimitada para produtos fabricados internamente, melhorando a experiência de compra B2B e possibilitando melhor faturamento.

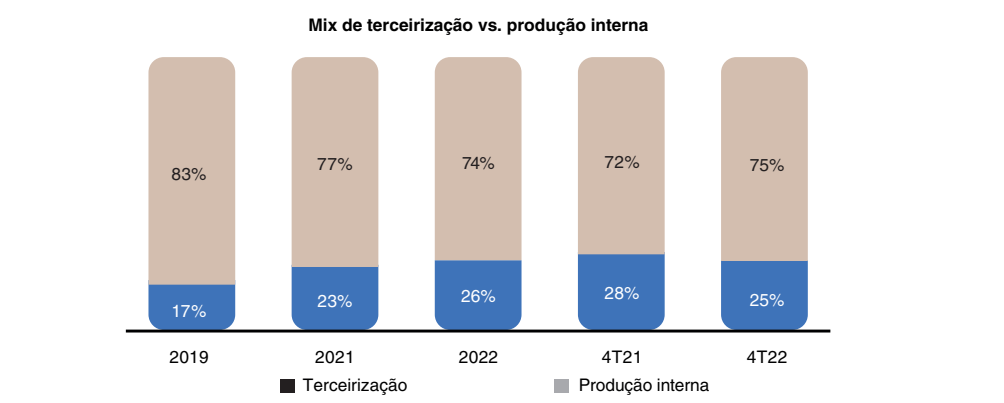


O atraso médio de entrega em 2022 teve redução em todos os meses e melhora progressivamente quando comparado a 2021. O 4T22 teve um atraso médio de 15 dias *vs*. 25 dias no 4T21. No consolidado do ano de 2022, o atraso foi de 20 dias *vs*. 28 dias em 2021. A redução do atraso médio de entrega possibilita que as coleções tenham maior aderência ao planejamento, maior coesão em loja e, por consequência, um aumento do giro a preço cheio.



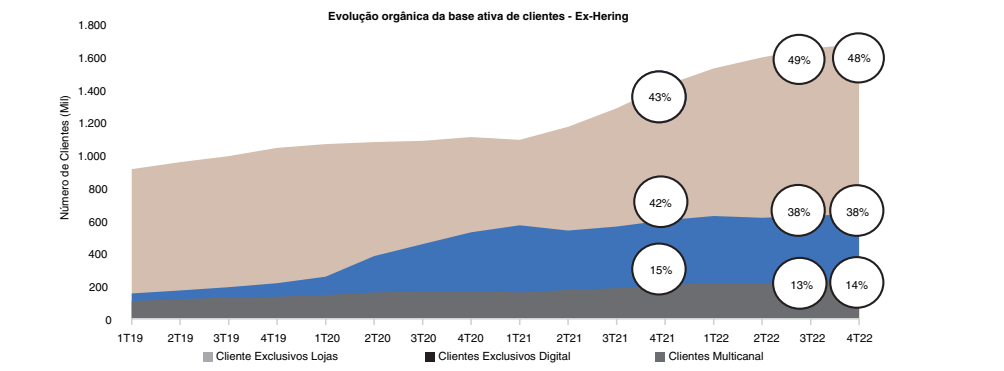
No ano de 2022, conforme já pontuado nas divulgações anteriores, ampliamos substancialmente a compra de produto acabado (terceirização), visando privilegiar a melhoria dos níveis de entrega no *sell-in* e uma menor ruptura no *sell-out*, como pode ser observado nos quadros acima. Em 2022, o *share* de produto acabado na cadeia da Hering foi de 26% *vs*. 23% em 2021. No 4T22, esse *share* foi de 25% *vs*. 28% no 4T21.

O plano de recuperação de eficiência operacional para 2023 visa reduzir o *share* de produto acabado a partir de iniciativas como expansão da industrialização, operação logística para outros estados e países, unificação dos times de compras para gerar ganhos em negociação e redução de custos.

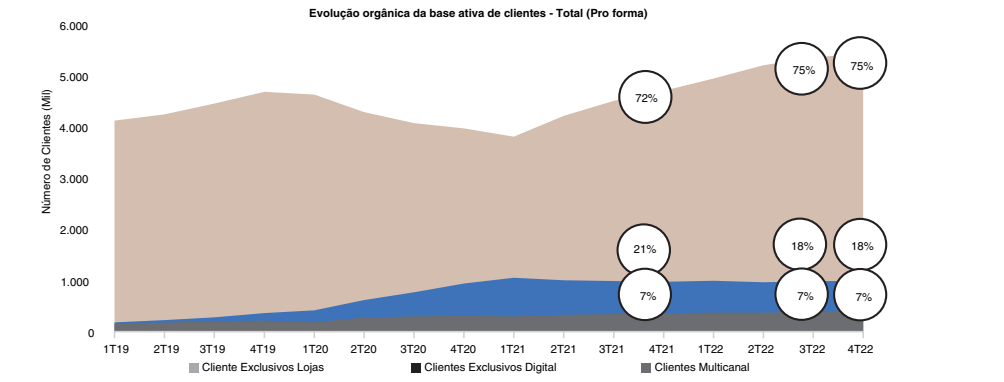


BASE DE CLIENTES

No 4T22, nossas marcas seguiram com forte aquisição de clientes. A base ativa ex-Hering cresceu 17,8% *vs*. 4T21 e atingiu 1,7 milhão de clientes, explicada principalmente pelo aumento da base ativa do varejo físico (+30,4% *vs*. 4T21). Já a base multicanal e a digital cresceram, respectivamente, 12,3% e 6,7% *vs*. 4T21.



A base ativa da Hering cresceu 14,6% *vs*. 4T21, que combinada ao Grupo SOMA, **totaliza 5,4 milhões de clientes**.



PERFORMANCE DOS CANAIS

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA BRUTA POR CANAIS (PRO FORMA)

Receita bruta por canal - Consolidada (Pro forma)

R$ Milhões						
Receita por canal			**4T22 vs.**			**2022 vs.**
Consolidado	**4T22**	**4T21**	**4T21**	**2022**	**2021**	**2021**
Receita total	**1.613,9**	**1.437,5**	**12,3%**	**5.649,6**	**4.290,8**	**31,7%**
Varejo	**968,3**	**854,4**	**13,3%**	**3.138,6**	**2.422,1**	**29,6%**
Físico	611,4	576,8	6,0%	1.889,7	1.348,1	40,2%
Digital	356,9	277,6	28,6%	1.248,9	1.074,0	16,3%
Sell-in	**645,6**	**583,1**	**10,7%**	**2.511,0**	**1.868,7**	**34,4%**
Atacado	387,3	320,5	20,8%	1.671,9	1.187,3	40,8%
Franquia	251,5	257,8	-2,4%	812,9	658,4	23,5%
Outros	6,8	4,8	41,7%	26,2	23,0	13,9%

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA BRUTA POR CANAIS (EX-HERING)

Receita bruta por canal - Ex-Hering

R$ Milhões						
Receita por canal			**4T22 vs.**			**2022 vs.**
Ex-Hering	**4T22**	**4T21**	**4T21**	**2022**	**2021**	**2021**
Receita total	**926,4**	**789,9**	**17,3%**	**3.319,2**	**2.441,4**	**36,0%**
Varejo	**729,0**	**643,0**	**13,4%**	**2.406,8**	**1.850,4**	**30,1%**
Físico	447,6	423,5	5,7%	1.427,9	994,4	43,6%
Digital	281,4	219,5	28,2%	978,9	856,0	14,4%
Sell in	**197,4**	**146,9**	**34,4%**	**912,4**	**591,0**	**54,4%**
Atacado	193,0	146,9	31,4%	898,8	591,0	52,1%
Franquia[1]	4,4	0,0	n.a.	13,6	0,0	n.a.

[1] Receita bruta referente a franquias da Maria Filó.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

Varejo

No 4T22, a receita bruta ex-Hering do varejo (físico + digital) totalizou R$ 729,0 milhões, alta de 13,4% *vs*. 4T21 e um *share* da receita bruta de 78,7% (-2,7 p.p. *vs*. 4T21).

O canal digital foi destaque, com alta de +28,2% *vs*. 4T21, e alcançou *share* de 30,4% (+2,6 p.p.) da receita. Em meio ao cenário mais desafiador decorrente da Copa do Mundo, o digital foi mais promocional do que em 2021. As vendas do varejo físico tiveram alta de 5,7% *vs*. 4T21. O canal reduziu em 5,3 p.p. seu *share* na receita *vs*. 4T21, impactado pela redução do fluxo de pessoas observado durante a Copa do Mundo, conforme já detalhado. Essa queda de participação do varejo físico e ampliação do nível de demarcação do digital foram os principais responsáveis pelo recuo de margem no trimestre.

Atacado

A receita bruta ex-Hering do atacado totalizou R$ 193,0 milhões, com crescimento de 31,4% *vs*. 4T21 e participação de 20,8% na receita bruta (+2,2 p.p. *vs*. 4T21). A Companhia segue com ganho de *market share* nesse canal, decorrente da satisfação das multimarcas com o nível de serviço e a confiança no giro dos produtos.

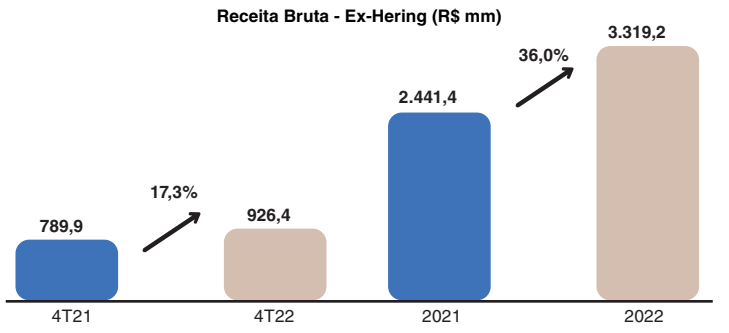
INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Indicadores financeiros e operacionais – Ex-Hering

R$ Milhões Indicadores Financeiros	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021	2022 vs. 2021
Receita bruta	926,4	789,9	17,3%	3.319,2	2.441,4	36,0%
Receita líquida	767,4	658,0	16,6%	2.865,6	2.078,6	37,9%
Receita líquida ajustada	767,4	658,0	16,6%	2.865,6	2.068,3	38,5%
Lucro bruto	488,6	431,2	13,3%	1.928,3	1.398,2	37,9%
Lucro bruto ajustado [1]	488,6	431,2	13,3%	1.928,3	1.387,9	38,9%
Margem bruta ajustada	*63,7%*	*65,5%*	*-1,8 p.p.*	*67,3%*	*67,1%*	*0,2 p.p.*

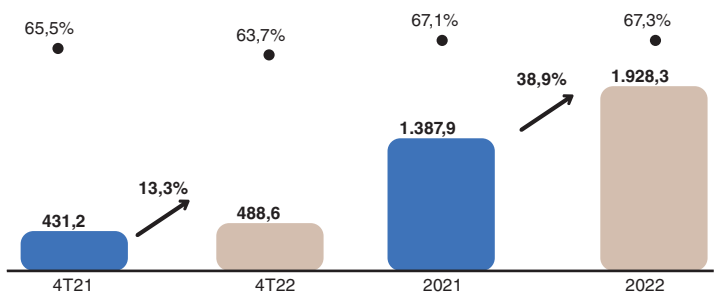
[1] Reversão de ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS, no montante de R$ 10,3 milhões, em função de decisão judicial favorável à Companhia no 2T21.

Receita Bruta - Ex-Hering (R$ mm)



No 4T22, a receita bruta ex-Hering totalizou R$ 926,4 milhões, com um crescimento de 17,3% *vs*. 4T21. Em 2022, a receita bruta ex-Hering totalizou R$ 3.319,2 milhões, alta de 36,0% *vs*. 2021.

Lucro bruto e margem bruta – Ex-Hering (R$ mm)



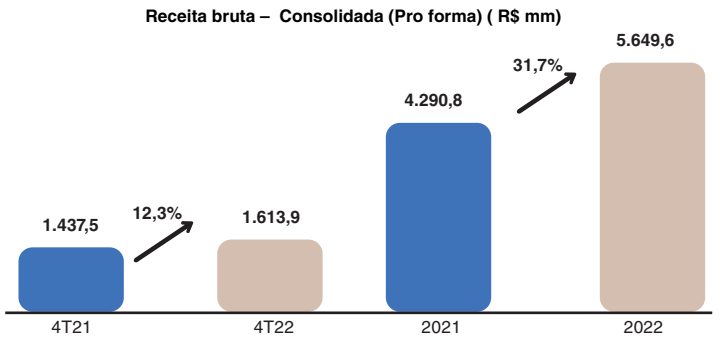
No 4T22, o lucro bruto ex-Hering totalizou R$ 488,6 milhões, alta de 13,3% *vs*. 4T21. A margem bruta foi de 63,7%, 1,8 p.p. abaixo do 4T21, impactada principalmente pelo período da Copa do Mundo, conforme já explicado. No ano, a margem bruta aumentou 0,2p.p., atingindo 67,1% em 2022.

Indicadores financeiros e operacionais – Consolidado (Pro forma)

R$ Milhões Indicadores Financeiros	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021 (Pro forma)	2022 vs. 2021
Receita bruta	1.613,9	1.437,5	12,3%	5.649,6	4.290,8	31,7%
(-) Deduções	(256,4)	(220,3)	16,4%	(779,1)	(619,0)	25,9%
Receita líquida	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	3.671,8	32,6%
Receita líquida ajustada[1]	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	3.661,5	33,0%
(-) CMV total	(625,1)	(605,5)	3,2%	(2.110,4)	(1.686,3)	25,1%
Lucro bruto	732,5	611,7	19,7%	2.760,1	1.985,5	39,0%
Lucro bruto ajustado[1]	741,7	656,1	13,0%	2.769,3	2.032,1	36,3%
Margem bruta ajustada	*54,6%*	*53,9%*	*0,7 p.p.*	*56,9%*	*55,5%*	*1,4 p.p.*
EBITDA	188,8	96,0	96,7%	709,0	327,4	116,6%
EBITDA ajustado[1]	210,7	150,5	40,0%	735,4	384,4	91,3%
Margem EBITDA ajustado	*15,5%*	*12,4%*	*3,1 p.p.*	*15,1%*	*10,5%*	*4,6 p.p.*
EBIT	109,1	33,5	225,7%	446,9	130,6	242,2%
(-) Resultado financeiro	(56,3)	(18,9)	197,6%	(163,4)	5,8	n.a.
(-) IR/CSLL	19,6	30,2	-35,1%	51,7	158,3	-67,3%
Lucro líquido	72,4	44,8	61,7%	335,2	294,7	13,7%
Lucro líquido ajustado[1]	99,3	87,0	14,2%	384,0	221,9	73,1%
Margem líquida ajustada	*7,3%*	*7,1%*	*0,2 p.p.*	*7,9%*	*6,1%*	*1,8 p.p.*

[1] Demonstramos nas seções Lucro bruto, EBITDA ajustado e Lucro líquido ajustado – consolidado os eventos não recorrentes que compõem o EBITDA e o lucro líquido.

Receita bruta – Consolidada (Pro forma) (R$ mm)



No 4T22, a receita bruta consolidada totalizou R$ 1.613,9 milhão, alta de 12,3%. Em 2022, a receita bruta consolidada totalizou R$ 5.649,6 milhões, expansão de 31,7% *vs.* 2021.

Lucro bruto ajustado – Consolidado (Pro forma)

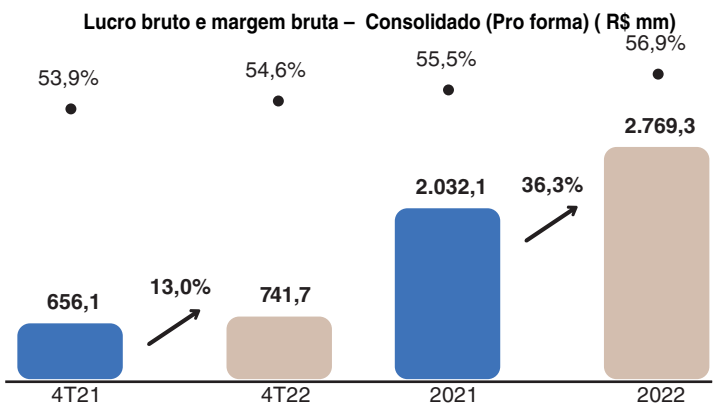
R$ Milhões Conciliação do Lucro Bruto Ajustado	Impacto (DRE)	4T22	4T21	2022	2021 (Pro forma)
Lucro bruto	Linha	732,5	611,7	2.760,1	1.985,5
Reversão de indébito fiscal[1]	Deduções da Receita	0,0	0,0	0,0	(10,3)
Mais valia Hering [2]	CMV	0,0	44,4	0,0	56,9
Ajuste a valor presente (AVP) Hering [3]	CMV	9,2	0,0	9,2	0,0
Lucro bruto ajustado		741,7	656,1	2.769,3	2.032,1
Margem bruta ajustada		*54,6%*	*53,9%*	*56,9%*	*55,5%*

[1] Reversão de ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS, em função de decisão judicial favorável à Companhia no 2T21.

[2] Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – Combinação de negócios no 4T21.

[3] Lucro bruto foi ajustado devido à unificação de práticas contábeis do Grupo relacionadas à contabilização do AVP de fornecedores, que passou a ser feito pelo giro dos produtos no estoque no 4T22 e não mais sobre a compra da matéria-prima. Essa mudança teve impacto negativo de R$ 9,2 milhões no 4T22, que foi ajustado ao lucro bruto para fins de comparação com os 9 meses anteriores de 2022 e 4T21.

Lucro bruto e margem bruta – Consolidado (Pro forma) (R$ mm)



No 4T22, o lucro bruto consolidado somou R$ 741,7 milhões, alta de 13,0% *vs*. 4T21 e uma expansão da margem bruta de 0,7 p.p. no mesmo período. Em 2022, o lucro bruto totalizou R$ 2.769,3 milhões, alta de 36,3% *vs.* 2021 e uma expansão da margem bruta de 1,4 p.p. *vs.* 2021.

Despesas – Consolidado (Pro forma)

R$ Milhões Desp. Gerais e Adm.	4T22	% da Receita Líquida	4T21	% da Receita Líquida	4T22 vs. 4T21	2022	% da Receita Líquida	2021	% da Receita Líquida	2022 vs. 2021
Desp. gerais e adm.	(530,5)	39,1%	(514,4)	42,3%	3,1%	(2.017,8)	41,4%	(1.649,2)	44,9%	22,4%
Pessoal	(206,0)	15,2%	(223,8)	18,4%	-8,0%	(804,6)	16,5%	(682,7)	18,6%	17,9%
Ocupação	(41,8)	3,1%	(31,7)	2,6%	31,9%	(147,8)	3,0%	(105,0)	2,9%	40,8%
Marketing	(98,3)	7,2%	(84,2)	6,9%	16,7%	(346,1)	7,1%	(275,4)	7,5%	25,7%
Serviços de terceiros	(97,1)	7,1%	(63,9)	5,2%	51,9%	(332,1)	6,8%	(247,2)	6,7%	34,3%
Fretes	(42,8)	3,2%	(39,3)	3,2%	8,9%	(167,0)	3,4%	(133,4)	3,6%	25,2%
Outras	(44,5)	3,3%	(71,5)	5,9%	-37,8%	(220,2)	4,5%	(205,5)	5,6%	7,2%
Outras despesas	(21,1)	1,6%	(9,1)	0,7%	131,9%	(64,2)	1,3%	(39,0)	1,1%	64,6%
Total	**(551,6)**	**40,6%**	**(523,5)**	**43,0%**	**5,4%**	**(2.082,0)**	**42,7%**	**(1.688,2)**	**46,0%**	**23,3%**

No 4T22, as despesas totalizaram R$ 551,6 milhões, 40,6% da receita líquida do trimestre.

i. Pessoal: Queda é explicada pelo maior nível de provisionamento da despesa de Participação de Resultados – PLR no 4T21, uma vez que os valores não foram provisionados ao longo do ano de 2021 e foram consolidados no 4T21. Em 2022, a despesa com PLR foi provisionada trimestralmente e não mais ajustada ao EBITDA. Importante destacar que, excluindo o efeito da PLR, a despesa de pessoal teria um incremento devido ao impacto da normalização de benefícios e plano de saúde às práticas de mercado, tornando a Companhia mais atrativa e garantido maior retenção de talentos.

ii. Ocupação: Crescimento é explicado principalmente pelo aumento do perfil de contratos com maior participação do aluguel variável (não impactado pelo IFRS16) e pelo incremento de lojas durante o ano de 2022.

iii. Marketing: Aumento de despesas com marketing, principalmente relacionadas aos investimentos da fase pré-operacional da FARM Global no mercado europeu.

iv. Serviços de terceiros: Impactada pela reclassificação de despesas de Hering, que no 4T21 estavam alocadas na linha "Outras". Essas contas somavam R$ 13,6 milhões no 4T21. Ajustando esse valor para bases comparáveis, teríamos um aumento de 25,2% nessa linha vs. o mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada principalmente pela maior despesa com comissões para representantes do atacado, proveniente do alto crescimento da receita do canal, e pelo aumento de despesas com provedor logístico da FARM Global (3PL), que ampliou sua estrutura com a contratação dos serviços de um centro de distribuição na Holanda e a mudança para o México para proporcionar maior suporte e eficiência às operações nos Estados Unidos.

v. Provisões extraordinárias e não-recorrentes no montante de R$ 9,1 milhões: (i) na linha de Outras Despesas, montante de R$ 4,9 milhões relacionado à contingência trabalhista, extraordinária e sem efeito caixa que não impactou o 4T22; (ii) na linha de despesas de Serviço de Terceiros no montante de R$ 4,2 milhões referente ao processo de contestação de vendas no e-commerce (*chargeback*) relacionados aos períodos anteriores ao 4T22, que foram provisionados agora, uma vez que estavam em processo de discussão junto à adquirente. Como essas provisões não afetam a base de resultado do 4T22, as mesmas foram ajustadas para fins de EBITDA ajustado, conforme abertura na tabela abaixo:

EBITDA ajustado – Consolidado (Pro forma)

R$ Milhões Conciliação do EBITDA Ajustado	Impacto (DRE)	4T22	4T21	2022	2021 (Pro forma)
EBITDA	Linha	188,8	96,0	709,0	327,4
Reversão de indébito fiscal [1]	Deduções da Receita	0,0	0,0	0,0	(10,3)
Mais valia Hering [2]	CMV	0,0	44,4	0,0	56,9
Ajuste a valor presente (AVP) Hering [3]	CMV	9,2	0,0	9,2	0,0
Despesas na aquisição da Hering [4]	Despesas	0,0	10,1	0,0	20,0
Provisão de chargeback[5]	Despesas	4,2	0,0	0,0	0,0
Provisão de contingência judicial [6]	Despesas	4,9	0,0	4,9	0,0
ILP [7]	Despesas	3,6	0,0	12,3	0,0
Reversão de indébito fiscal [8]	Despesas	0,0	0,0	0,0	(9,6)
EBITDA ajustado		210,7	150,5	735,4	384,4
Margem EBITDA ajustada		*15,5%*	*12,4%*	*15,1%*	*10,5%*

[1] Reversão de ICMS na de base cálculo de PIS/COFINS, em função de decisão judicial favorável à Companhia no 2T21.

[2] Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – Combinação de negócios no 4T21.

[3] Ajuste devido à unificação de práticas contábeis do Grupo relacionadas à contabilização do AVP de fornecedores, que passou a ser feito pelo giro dos produtos no estoque no 4T22 e não mais sobre a compra da matéria-prima. Essa mudança teve impacto negativo de R$ 9,2 milhões no 4T22, que foi ajustado ao lucro bruto para fins de comparação com os 9 meses anteriores de 2022 e 4T21.

[4] Despesas *one-off* com assessorias e auditorias relacionadas à aquisição da Hering no 4T21.

[5] Provisão extraordinária relacionada ao processo de contestação de vendas no e-commerce (*chargeback*) referentes a períodos anteriores ao 4T22.

[6] Provisões extraordinárias, não-recorrentes, sem efeito caixa, referentes a contingência trabalhista.

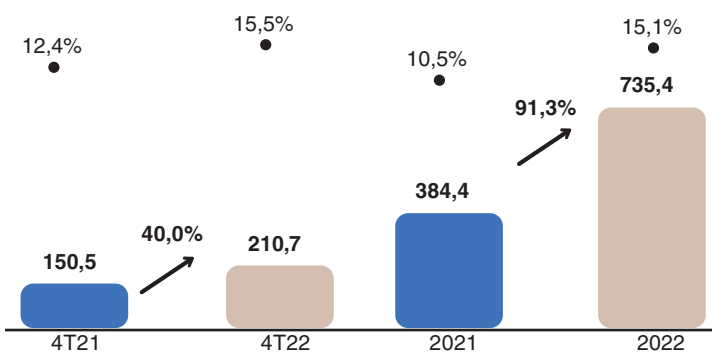
[7] Despesa referente ao reconhecimento mensal do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

[8] Reversão de ICMS na de cálculo de PIS/COFINS, em função de decisão judicial favorável à Hering no 1T21.

O EBITDA ajustado totalizou R$ 210,7 milhões, com um crescimento de 40,0% *vs*. 4T21. A margem EBITDA foi de 15,5%, com aumento expressivo de 3,1 p.p. *vs*. 4T21, fruto principalmente de importante melhoria na performance da Hering, que retomou níveis saudáveis de rentabilidade.

Em 2022, o EBITDA ajustado totalizou R$ 735,4 milhões, crescimento de 91,3% *vs*. 2021. A margem EBITDA foi de 15,1%, expansão de 4,6 p.p. *vs.* o mesmo período em 2021.

EBITDA ajustado e margem EBITDA – Consolidado (Pro forma) (R$ mm)



Lucro líquido ajustado – Consolidado (Pro forma)

R$ Milhões Conciliação do Lucro Líquido Ajustado	Impacto (DRE)	4T22	4T21	2022	2021 (Pro forma)
EBITDA	Linha	188,8	96,0	709,0	327,4
D&A		(79,7)	(62,5)	(262,1)	(196,8)
Resultado financeiro		(56,3)	(18,9)	(163,4)	5,8
IR/CSLL		19,6	30,2	51,7	158,3
Lucro líquido		72,4	44,8	335,2	294,7
Ajustes ao EBITDA		21,9	54,5	26,4	57,0
Mais valia Hering – Amortização [1]	D&A	18,8	9,4	47,5	12,5
Atualização Monet. indébitos tributários [2]	Res. Financeiro	0,0	0,0	0,0	(37,2)
Reversão de IR/CS atualizações monetárias [3]	Res. Financeiro	0,0	0,0	0,0	(94,1)
IR/CSLL sobre ajustes	IR/CSLL	(13,8)	(21,7)	(25,1)	(11,0)
Lucro líquido ajustado		99,3	87,0	384,0	221,9
Margem líquida		*7,3%*	*7,1%*	*7,9%*	*6,1%*

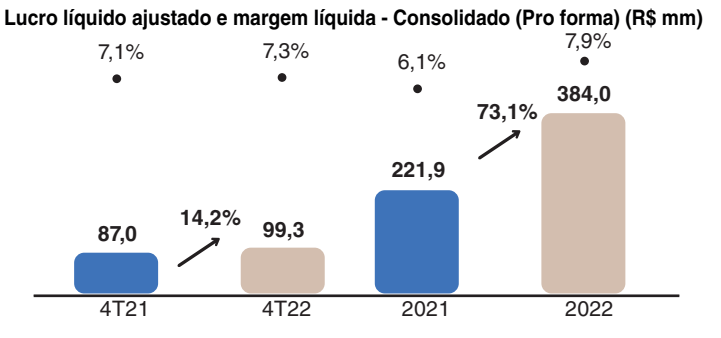
[1] Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – Combinação de negócios.

[2] Atualização monetária referente a processos de indébitos de ICMS na base de PIS/COFINS.

[3] Reversão de juros moratórios auferidos desde 31/10/2014, em set/21. O STF julgou o RE nº 1.063.187/SC estabelecendo com efeito de repercussão geral inconstitucionalidade da incidência do IR/CS sobre atualização monetária à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário.

O lucro líquido ajustado totalizou R$ 99,3 milhões, com um crescimento de 14,2% *vs*. 4T21. A margem líquida foi de 7,3%, o que representou variação de +0,2 p.p. *vs*. 4T21. Em 2022, o indicador totalizou R$ 384,0 milhões, crescimento de 73,1% *vs.* 2021. A margem líquida foi de 7,9%, +1,8 p.p. *vs*. o período anterior.

Lucro líquido ajustado e margem líquida - Consolidado (Pro forma) (R$ mm)



continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

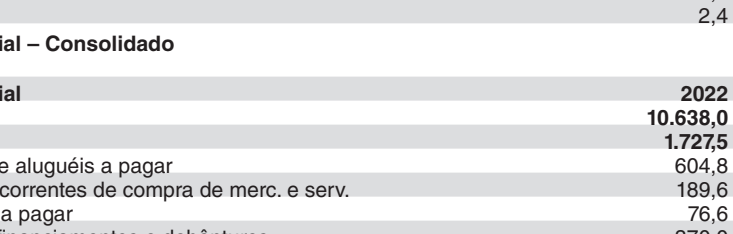
CNPJ: 10.285.590/0001-08

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Posição de caixa e endividamento

O Grupo SOMA encerrou o ano de 2022 com caixa de R$ 337,6 milhões e dívida líquida de R$ 580,3 milhões. Após a aquisição da Hering, em setembro de 2021, a Companhia, em linha com o plano estratégico, vem realizando progressiva desalavancagem. Em 31 de dezembro de 2022, atingiu 0,79x no indicador Dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM. Cabe lembrar, que se considerarmos os recebíveis de cartão de crédito livres como caixa, dada a sua liquidez, estaríamos falando de caixa líquido ao final de 2022.

A dívida bruta totalizou R$ 917,9 milhões no 4T22. Apresentamos abaixo o cronograma de amortização da dívida:



CAPEX

Em 2022, o capex totalizou R$ 209,6 milhões, com destaque para os investimentos em tecnologia e lojas.

R$ Milhões CAPEX	2022	2021
Tecnologia	102,5	60,9
Lojas	49,4	53,8
Estruturas de apoio	25,7	35,6
Outros	32,0	16,6
Total	**209,6**	**166,9**

ANEXO I

Balanço patrimonial – Consolidado

Ativo

Balanço patrimonial	2022	2021
Ativo	**10.638,0**	**10.008,4**
Circulante	**3.338,3**	**2.799,0**
Caixa e equivalentes de caixa	337,6	224,0
Contas a receber	1.345,8	1.211,7
Estoques	1.207,6	931,0
Tributos a recuperar	315,2	312,3
Derivativos	–	1,9
Adiantamento a fornecedores	90,9	87,8
Outros ativos	41,2	30,3
Não Circulante	**7.299,7**	**7.209,4**
TVM	11,1	11,1
Contas a receber	0,5	0,9
Depósitos judiciais	45,5	54,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	323,1	287,3
Tributos a recuperar	495,3	457,0
Investimentos	–	4,2
Imobilizado	832,9	836,6
Intangível	5.331,6	5.307,6
Direito de uso de imóveis	257,3	247,5
Outros ativos	2,4	2,7

Balanço patrimonial – Consolidado

Passivo

Balanço patrimonial	2022	2021
Passivo	**10.638,0**	**10.008,4**
Circulante	**1.727,5**	**1.264,7**
Fornecedores e aluguéis a pagar	604,8	466,3
Obrigações decorrentes de compra de merc. e serv.	189,6	120,0
Arrendamento a pagar	76,6	72,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	370,0	194,3
Salários e encargos a pagar	144,2	125,4
Contas a pagar combinação de negócios	22,3	22,3
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	79,6	72,0
Tributos a recolher	95,1	64,6
Derivativos	0,4	1,3
Outros	144,9	126,1
Não circulante	**1.505,6**	**1.597,6**
Arrendamento a pagar	210,3	202,9
Empréstimos, financiamentos e debêntures	547,5	590,4
Tributos a recolher	8,4	13,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	249,1	322,3
Provisão para contingências	360,8	316,6
Contas a pagar combinação de negócios	96,1	118,9
Outros	33,4	33,3
Patrimônio líquido	**7.404,9**	**7.146,1**
Capital social	4.047,1	4.047,1
Ajuste de avaliação patrimonial	(12,4)	(9,3)
Reservas de capital	2.886,0	2.879,7
Reservas de lucros	484,2	228,6

ANEXO II

Indicadores financeiros e operacionais - Consolidado

Dado societário: O exercício de 2021 consolida aos resultados da Companhia apenas os resultados da Hering dos meses de setembro de 2021 a dezembro de 2021, após sua aquisição.

R$ Milhões Indicadores financeiros	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	2022	2021	2022 vs. 2021
Receita bruta	1.613,9	1.437,5	12,3%	5.649,6	3.268,0	72,9%
(-) Impostos diretos	(256,4)	(220,3)	16,4%	(779,1)	(476,3)	63,6%
Receita líquida	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	2.791,7	74,5%
Receita líquida ajustada	1.357,5	1.217,2	11,5%	4.870,5	2.781,4	75,1%
(-) CMV total	(625,1)	(605,5)	3,2%	(2.110,4)	(1.173,2)	79,9%
Lucro bruto	732,5	611,7	19,7%	2.760,1	1.618,5	70,5%
Lucro bruto ajustado	741,7	656,1	13,0%	2.769,3	1.665,1	66,3%
Margem bruta ajustada	*54,6%*	*53,9%*	*0,7 p.p.*	*56,9%*	*59,9%*	*-3 p.p.*
EBITDA	188,8	96,0	96,7%	709,0	342,0	107,3%
EBITDA ajustado[1]	210,7	150,5	40,0%	735,4	408,7	79,9%
Margem EBITDA ajustada	*15,5%*	*12,4%*	*3,1 p.p.*	*15,1%*	*14,7%*	*0,4 p.p.*
EBIT	109,1	33,5	225,7%	446,9	199,8	123,7%
(-) Resultado financeiro	(56,3)	(18,9)	197,6%	(163,4)	(19,8)	725,3%
(-) IR/CSLL	19,6	30,2	-35,1%	51,7	119,8	-56,8%
Lucro líquido	72,4	44,8	61,7%	335,2	299,8	11,8%
Lucro líquido ajustado[1]	99,3	87,0	14,2%	384,0	252,5	52,1%
Margem líquida ajustada	*7,3%*	*7,1%*	*0,2 p.p.*	*7,9%*	*9,1%*	*-1,2 p.p.*

[1]Demonstramos nas seções EBITDA Ajustado – Consolidado e Lucro Líquido Ajustado – Consolidado, abaixo, os eventos não recorrentes que compõem o EBITDA e o lucro líquido.

EBITDA ajustado – Consolidado

Dado societário: O exercício de 2021 consolida aos resultados da Companhia apenas os resultados da Hering dos meses de setembro de 2021 a dezembro de 2021, após sua aquisição.

R$ Milhões Conciliação do EBITDA Ajustado	Impacto (DRE)	4T22	4T21	2022	2021
EBITDA	Linha	188,8	96,0	709,0	342,0
Reversão de indébito fiscal [1]	Deduções da Receita	0,0	0,0	0,0	(10,3)
Mais valia Hering [2]	CMV	0,0	44,4	0,0	56,9
Ajuste a valor presente (AVP) Hering [3]	CMV	9,2	0,0	9,2	0,0
Despesas na aquisição da Hering [4]	Despesas	0,0	10,1	0,0	20,0
Provisão de *chargeback*[5]	Despesas	4,2	0,0	0,0	0,0
Provisão de contingência judicial [6]	Despesas	4,9	0,0	4,9	0,0
ILP – Despesas [7]	Despesas	3,6	0,0	12,3	0,0
EBITDA ajustado		210,7	150,5	735,4	408,7
Margem EBITDA ajustada		*15,5%*	*12,4%*	*15,1%*	*14,7%*

[1] Reversão de ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS, em função de decisão judicial favorável à Companhia no 2T21.

[2] Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 - Combinação de negócios no 4T21.

[3] Ajuste devido à unificação de práticas contábeis do Grupo relacionadas à contabilização do AVP de fornecedores, que passou a ser feito pelo giro dos produtos no estoque no 4T22 e não mais sobre a compra da matéria-prima. Essa mudança teve impacto negativo de R$ 9,2 milhões no 4T22, que foi ajustado ao lucro bruto para fins de comparação com os 9 meses anteriores de 2022 e 4T21.

[4] Despesas *one-off* com assessorias e auditorias relacionadas à aquisição da Hering.

[5] Provisão extraordinária relacionada ao processo de contestação de vendas no e-commerce (*chargeback*) referentes a períodos anteriores ao 4T22.

[6] Provisões extraordinárias, não-recorrentes sem efeito caixa, referentes a contingência trabalhista.

[7] Despesa referente ao reconhecimento mensal do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Lucro líquido ajustado – Consolidado

Dado societário: O exercício de 2021 consolida aos resultados da Companhia apenas os resultados da Hering dos meses de setembro de 2021 a dezembro de 2021, após sua aquisição.

R$ Milhões Conciliação do Lucro Líquido Ajustado	Impacto (DRE)	4T22	4T21	2022	2021
EBITDA	Linha	188,8	96,0	709,0	342,0
D&A		(79,7)	(62,5)	(262,1)	(142,2)
Resultado financeiro		(56,3)	(18,9)	(163,4)	(19,8)
IR/CSLL		19,6	30,2	51,7	119,8
Lucro líquido		72,4	44,8	335,2	299,8
Ajustes ao EBITDA		21,9	54,5	26,4	66,6
Mais valia Hering – Amortização [1]	D&A	18,8	9,4	47,5	12,5
Atualização Monet. indébitos tributários [2]	Res. Financeiro	0,0	0,0	0,0	(8,3)
Reversão de IR/CS atualizações monetárias [3]	Res. Financeiro	0,0	0,0	0,0	(94,1)
IR/CSLL sobre ajustes	IR/CSLL	(13,8)	(21,7)	(25,1)	(24,1)
Lucro líquido ajustado		99,3	87,0	384,0	252,5
Margem líquida		*7,3%*	*7,1%*	*7,9%*	*9,1%*

[1] Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – Combinação de negócios.

[2] Atualização monetária referente a processos de indébitos de ICMS na base de PIS/COFINS.

[3] Reversão de ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS, em função de decisão judicial favorável à Companhia.

[4] Reversão de juros moratórios auferidos desde 31/10/2014, em set/21. O STF julgou o RE nº 1.063.187/SC estabelecendo com efeito de repercussão geral inconstitucionalidade da incidência do IR/CS sobre atualização monetária à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário.

ANEXO III

Demonstrativo de fluxo de caixa

R$ milhões Fluxo de Caixa	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**335,2**	**299,8**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa das atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	–	(0,2)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	175,7	60,4
Depreciação e amortização - direito de uso de imóveis	86,3	71,8
Resultado na alienação de imobilizados e intangíveis	1,0	3,4
Encargos financeiros	116,2	21,8
Provisão para contingência	5,2	2,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40,3	5,2
Provisão para perdas na realização dos estoques	9,4	3,0
Variação do valor justo de derivativos	1,0	0,2
Incentivos de longo prazo	12,3	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59,8)	(45,8)
Lucro líquido ajustado	**722,8**	**421,9**
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos		
Contas a receber	(176,3)	(368,9)
Estoques	(296,2)	(80,8)
Tributos a recuperar	(47,4)	(155,5)
Outros ativos	1,7	86,5
Depósitos judiciais	9,2	(18,7)
Fornecedores	142,0	48,5
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	69,7	(33,8)
Impostos, taxas e contribuições	25,7	12,5
Obrigações trabalhistas e sociais	18,8	3,4
Outros passivos	82,1	66,9
Caixa gerado nas operações	**552,1**	**(18,0)**
Juros pagos	(95,1)	(13,6)
Juros pagos sobre arrendamentos	(33,6)	5,7
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**423,4**	**(25,9)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em investida	–	(1,8)
Aquisição de empresas	(22,8)	(1.563,7)
Títulos e valores mobiliários	(0,1)	(11,1)
Caixa advindo da incorporação e combinação de negócios	–	143,8
Aquisições de imobilizado e Intangível	(209,6)	(166,9)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(232,5)**	**(1.599,7)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	844,7
Captação de empréstimos	317,4	563,9
Amortização de empréstimos	(205,9)	(148,0)
Arrendamentos pagos	(116,9)	(38,3)
Aquisição/alienação de ações em tesouraria	–	(22,0)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(72,0)	(23,5)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(77,4)**	**1.142,9**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**113,5**	**(482,7)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	224,1	706,8
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	337,6	224,1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**113,5**	**(482,7)**

ANEXO IV

Com a adoção da norma contida no IFRS 16, em janeiro de 2019, linhas das demonstrações de resultado sofrem alguns efeitos. Abaixo são listadas as principais alterações nas linhas do resultado, considerando os valores com a norma, sem a norma e sua diferença (impacto) na linha em questão.

Conciliação dos efeitos do IFRS 16 – Consolidado

Efeitos do IFRS 16 no 4T22	Com IFRS 16	Sem IFRS 16	Diferença
Despesas operacionais	(530,5)	(566,5)	36,0
Depreciação e amortização	(79,7)	(57,6)	(22,1)
Resultado financeiro	(56,3)	(44,7)	(11,6)
IR/CSLL	19,6	20,9	(1,3)
Lucro líquido	72,4	73,5	(1,0)
EBITDA	188,8	152,8	36,0

Efeitos do IFRS 16 em 2022	Com IFRS 16	Sem IFRS 16	Diferença
Despesas operacionais	(2.017,8)	(2.134,7)	116,9
Depreciação e amortização	(262,1)	(175,8)	(86,3)
Resultado financeiro	(163,4)	(135,6)	(27,8)
IR/CSLL	51,7	53,2	(1,5)
Lucro líquido	335,2	336,5	(1,3)
EBITDA	709,0	592,1	116,9

ANEXO V

Lojas

# Lojas Marca	4T22	4T21	4T22 vs. 4T21	3T22	4T22 vs. 3T22
Animale	68	70	-2	67	+1
Cris Barros	10	11	-1	12	-2
Fábula	21	17	+4	21	–
Farm	89	82	+7	86	+3
Farm Global	3	2	+1	3	–
Foxton	29	25	+4	25	+4
Maria Filó (lojas próprias)	36	40	-4	36	–
Maria Filó (franquia)	20	20	–	21	-1
NV	16	10	+6	13	+3
Off Premium	13	13	–	13	–
Subtotal (ex-Hering)	**305**	**290**	**+16**	**297**	**+8**
Hering (lojas próprias) [1]	73	73	–	73	–
Hering (franquia)	716	713	+3	701	+15
Total	**1.094**	**1.076**	**+19**	**1.071**	**+23**

[1] Inclui 3 lojas da Dzarm no 4T22 e 2 no 3T22 e no 4T21.

ANEXO VI

Glossário

Termo	Definição
EBITDA	Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização
EBITDA ajustado	Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização com ajustes de impactos não recorrentes
Same Store Sales (SSS)	Comparação que considera apenas vendas nas mesmas lojas em operação por um ano ou mais.
Sell out	Comercialização direta dos produtos ao cliente final
Sell in	Comercialização dos produtos a um distribuidor ou revendedor
Base ativa de clientes	Quantidade de clientes que fizeram compra nos últimos 12 meses
Ex-Hering	Termo utilizado para analisar a evolução dos resultados, excluindo os resultados relacionados à Hering
Showroom	Evento para exposição das peças de coleção das marcas às multimarcas revendedoras
Awareness	Consciência de marca. A marca sendo reconhecida pelos consumidores
Lojas pop-ups	Modalidade de lojas temporárias que abrem com prazo para fechamento
Sourcing	Designação para cadeia de fornecedores
Brandbook	Conjunto de informações que estabelecem a essência e a cultura da marca
Adcost	Despesas com mídias digitais
Market share	Participação relativa no mercado no qual a Companhia ou a marca atua
Ticket médio	Valor médio pago por pedido dos clientes
B2B	Abreviação de *business to business*, interação comercial entre duas empresas
B2C	Abreviação de *business to consumer*, interação entre o consumidor final e a empresa
Omnicanalidade	Integração de todos os canais de contato disponíveis de uma empresa, de modo inter-relacionado, permitindo ao cliente iniciar a comunicação em um canal e continuá-la em outro
Outsourcing	Terceirização
Best-sellers	Itens mais vendidos
Sortimento	Portfólio de produtos comercializados pela marca
ILP	Pacote de remuneração de Incentivos de Longo Prazo
Live commerce	Modalidade de vendas por meio de *lives* em redes sociais

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	100.937	55.105	337.557	224.061
Contas a receber de clientes	5	463.310	406.318	1.345.769	1.211.688
Estoques	6	286.736	212.225	1.207.610	930.975
Tributos a recuperar	7	82.580	78.610	315.243	312.343
Derivativos	23.3	–	–	–	1.860
Adiantamentos a fornecedores		1.499	1.763	90.908	87.830
Outros ativos		10.247	5.032	41.205	30.269
Total do ativo circulante		**945.309**	**759.053**	**3.338.292**	**2.799.026**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	30.772	59.462	11.118	11.068
Contas a receber de clientes	5	–	–	545	860
Partes relacionadas	8	125.635	146.687	–	–
Depósitos judiciais	17	4.900	5.951	45.510	54.589
Impostos diferidos	15	81.941	93.502	323.086	287.268
Tributos a recuperar	7	–	–	495.280	457.034
Investimentos	9	6.451.269	6.310.904	–	4.156
Imobilizado	10	110.138	77.336	832.900	836.621
Intangível	11	604.141	345.270	5.331.625	5.307.603
Direito de uso de imóveis	12.5	123.982	110.421	257.273	247.471
Outros ativos		–	–	2.410	2.718
Total do ativo não circulante		**7.532.778**	**7.149.533**	**7.299.747**	**7.209.388**
Total do ativo		**8.478.087**	**7.908.586**	**10.638.039**	**10.008.414**

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e aluguéis a pagar	13	74.326	39.957	604.791	466.295
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	14	–	–	189.605	119.953
Arrendamentos a pagar	12.5	40.072	36.847	76.566	72.383
Empréstimos e financiamentos	12.2	50.364	48.372	369.976	194.348
Salários e encargos a pagar		47.710	39.260	144.187	125.426
Contas a pagar por combinação de negócios	3	22.326	22.326	22.326	22.326
Dividendos a pagar	18	79.607	71.200	79.607	72.037
Tributos a recolher	16	19.794	19.339	95.054	64.556
Derivativos	23.3	–	–	406	1.259
Outros passivos		29.864	41.460	145.003	126.093
Total do passivo circulante		**364.063**	**318.761**	**1.727.521**	**1.264.676**
Não circulante					
Arrendamentos a pagar	12.5	103.408	91.910	210.273	202.907
Empréstimos e financiamentos	12.2	47.532	50.059	547.461	590.363
Partes relacionadas	8	428.325	148.811	–	–
Contas a pagar por combinação de negócios	3	96.086	118.858	96.086	118.858
Tributos a recolher	16	3.616	6.526	8.428	13.218
Impostos diferidos	15	–	–	249.104	322.335
Provisão para contingências	17	15.031	9.926	360.814	316.621
Outros passivos		15.097	17.581	33.423	33.282
Total do passivo não circulante		**709.095**	**443.671**	**1.505.589**	**1.597.584**
Patrimônio líquido	18				
Capital social		4.047.129	4.047.129	4.047.129	4.047.129
Reservas de capital		2.885.997	2.879.747	2.885.997	2.879.747
Reservas de lucros		484.171	228.590	484.171	228.590
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.368)	(9.312)	(12.368)	(9.312)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		**7.404.929**	**7.146.154**	**7.404.929**	**7.146.154**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.478.087**	**7.908.586**	**10.638.039**	**10.008.414**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de vendas	19	1.574.966	1.152.311	4.870.520	2.791.678
Custo das mercadorias e produtos vendidos		(1.041.089)	(783.573)	(2.110.437)	(1.173.210)
Lucro bruto		**533.877**	**368.738**	**2.760.083**	**1.618.468**
Receitas (despesas operacionais)	20				
Despesas com vendas		(524.258)	(421.717)	(1.618.885)	(988.238)
Despesas administrativas		(193.904)	(155.978)	(598.766)	(365.513)
Outras despesas operacionais, líquidas		(42.703)	(52.805)	(95.633)	(65.214)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	396.343	340.349	–	211
		(364.522)	**(290.151)**	**(2.313.284)**	**(1.418.754)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**169.355**	**78.587**	**446.799**	**199.714**
Receitas financeiras	21	198.092	237.341	82.913	66.882
Despesas financeiras	21	(51.415)	(36.598)	(246.237)	(86.634)
Lucro antes dos impostos sobre renda		**316.032**	**279.330**	**283.475**	**179.962**
Imposto de renda e contribuição social	15	19.156	20.460	51.713	119.828
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores		**335.188**	**299.790**	**335.188**	**299.790**
Lucro básico por ação (em R$)	22	0,43	0,62	0,43	0,62
Lucro diluído por ação (em R$)	22	0,42	0,62	0,42	0,62

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	335.188	299.790	335.188	299.790
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.056)	1.811	(3.056)	1.811
Total do resultado abrangente atribuível aos controladores	**332.132**	**301.601**	**332.132**	**301.601**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas	**2.065.537**	**1.541.646**	**5.626.441**	**3.269.892**
Vendas de mercadorias e produtos, deduzido de devoluções	2.072.403	1.529.845	5.649.522	3.267.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.866)	11.801	(23.081)	1.927
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.319.368)**	**(1.052.941)**	**(3.031.671)**	**(1.813.717)**
Custos das mercadorias e produtos vendidos	(1.041.089)	(783.573)	(2.110.437)	(1.173.210)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(267.077)	(259.239)	(905.646)	(624.646)
Perda / Recuperação de valores ativos	(11.202)	(10.129)	(15.588)	(15.861)
Valor adicionado bruto	**746.169**	**488.705**	**2.594.770**	**1.456.175**
Retenções	**(67.315)**	**(66.348)**	**(231.164)**	**(132.242)**
Depreciação e amortização	(67.315)	(66.348)	(231.164)	(132.242)
Valor adicionado líquido	**678.854**	**422.357**	**2.363.606**	**1.323.933**
Valor adicionado recebido em transferência	**594.435**	**577.690**	**82.913**	**67.093**
Resultado de equivalência patrimonial	396.343	340.349	–	211
Receitas Financeiras	198.092	237.341	82.913	66.882
Valor adicionado total	**1.273.289**	**1.000.047**	**2.446.519**	**1.391.026**
Distribuição do valor adicionado	**1.273.289**	**1.000.047**	**2.446.519**	**1.391.026**
Pessoal e encargos	**257.764**	**194.902**	**836.574**	**499.458**
Remuneração direta	200.979	160.767	672.157	423.039
Benefícios	38.342	17.479	113.948	40.765
F.G.T.S.	18.443	16.656	50.469	35.654
Impostos, taxas e contribuições	**525.907**	**392.118**	**880.716**	**408.191**
Federais	177.698	109.062	306.223	3.535
Estaduais	334.611	273.941	556.378	394.306
Municipais	13.598	9.115	18.115	10.350
Remuneração de capitais de terceiros	**154.430**	**113.237**	**394.041**	**183.587**
Despesas financeiras	51.415	36.598	246.237	86.634
Despesas com ocupação	103.015	76.639	147.804	96.953
Remuneração de capitais próprios	**335.188**	**299.790**	**335.188**	**299.790**
Dividendos	79.607	71.200	79.607	71.200
Lucros retidos	255.581	228.590	255.581	228.590

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	**335.188**	**299.790**	**335.188**	**299.790**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa das atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(396.343)	(340.349)	–	(211)
Depreciação e amortização - Imobilizado e Intangível	21.398	14.809	175.727	60.389
Depreciação e amortização - Direito de uso de imóveis	45.917	51.539	86.310	71.848
Resultado na alienação de imobilizados e intangíveis	259	1.068	1.048	3.356
Encargos financeiros	9.595	7.337	116.232	21.755
Provisão para contingências	5.105	4.039	5.239	2.304
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.067	(1.749)	40.308	5.229
Provisão para perdas na realização dos estoques	1.372	1.113	9.380	3.024
Variação do valor justo de derivativos, líquido	–	449	1.007	192
Remuneração baseada em ações	12.332	–	12.332	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.060	(9.163)	(59.789)	(45.781)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos				
Contas a receber de clientes	(71.059)	(131.229)	(176.333)	(368.871)
Estoques	(58.414)	(47.694)	(296.202)	(80.848)
Tributos a recuperar	(3.515)	(51.817)	(47.430)	(155.503)
Outros ativos	(5.702)	(2.690)	1.698	86.521
Depósitos judiciais	1.194	27.262	9.222	(18.692)
Fornecedores	33.257	(11.550)	141.957	48.481
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	–	–	69.652	(33.833)
Impostos, taxas e contribuições	(2.481)	1.216	25.708	12.460
Obrigações trabalhistas e sociais	6.776	7.590	18.761	3.406
Outros passivos	25.617	31.261	82.116	66.958
Partes relacionadas	300.479	(15.655)	–	–
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**287.102**	**(164.423)**	**552.131**	**(18.026)**
Juros pagos	(9.116)	(9.112)	(95.155)	(13.566)
Juros pagos e descontos recebidos sobre arrendamentos	(22.889)	(1.401)	(33.600)	5.660
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**255.097**	**(174.936)**	**423.376**	**(25.932)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em investida	(103)	(875.316)	–	(1.805)
Aquisições de empresas	(22.772)	(54.000)	(22.772)	(1.563.717)
Títulos e valores mobiliários	28.690	(59.462)	(50)	(11.068)
Caixa advindo da incorporação e combinação de negócios	154	11.932	–	143.837
Aquisições de imobilizado	(43.929)	(47.890)	(98.723)	(103.762)
Aquisições de intangível	(30.792)	(14.718)	(110.878)	(63.147)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(68.752)**	**(1.039.454)**	**(232.423)**	**(1.599.662)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital, líquido de custos de emissão	–	844.706	–	844.706
Captação de empréstimos	47.420	–	317.422	563.885
Amortização de empréstimos	(48.577)	(129.303)	(205.915)	(148.033)
Arrendamentos pagos	(68.156)	(42.571)	(116.927)	(72.244)
Aquisição de ações em tesouraria	–	(21.953)	–	(21.953)
Dividendos pagos	(71.200)	–	(72.037)	(23.477)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	**(140.513)**	**650.879**	**(77.457)**	**1.142.884**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**45.832**	**(563.511)**	**113.496**	**(482.710)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55.105	618.616	224.061	706.771
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.937	55.105	337.557	224.061
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**45.832**	**(563.511)**	**113.496**	**(482.710)**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.423.888**	**(9.374)**	**155.743**	**–**	**–**	**(11.123)**	**–**	**1.559.134**
Emissão de ações para aquisição da NV (Nota 3)	124.046	–	–	–	–	–	–	124.046
Aumento de capital - *Follow-on*	883.436	–	–	–	–	–	–	883.436
Gastos com emissão de ações - *Follow-on*	(38.730)	–	–	–	–	–	–	(38.730)
Emissão de ações para aquisição da Hering (Nota 3)	1.654.489	–	2.755.331	–	–	–	–	4.409.820
Variação cambial de controlada no exterior	–	–	–	–	–	1.811	–	1.811
Transações com acionistas (Nota 18)	–	(21.953)	–	–	–	–	–	(21.953)
Cancelamento de ações em tesouraria	–	31.327	(31.327)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	299.790	299.790
Constituição de reserva legal (Nota 18)	–	–	–	–	14.990	–	(14.990)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18)	–	–	–	–	–	–	(71.200)	(71.200)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	213.600	–	–	(213.600)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.047.129**	**–**	**2.879.747**	**213.600**	**14.990**	**(9.312)**	**–**	**7.146.154**
Variação cambial de controlada no exterior	–	–	–	–	–	(3.056)	–	**(3.056)**
Plano de remuneração com base em ações (Nota 24)	–	–	6.250	–	–	–	–	**6.250**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	335.188	**335.188**
Constituição de reserva legal (Nota 18)	–	–	–	–	16.760	–	(16.760)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18)	–	–	–	–	–	–	(79.607)	**(79.607)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	238.821	–	–	(238.821)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.047.129**	**–**	**2.885.997**	**452.421**	**31.750**	**(12.368)**	**–**	**7.404.929**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo de Moda Soma S.A. ("Companhia", "Soma" ou "Controladora" e, em conjunto com as suas controladas, "Companhia", "Grupo" ou "Grupo de Moda Soma") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Pasteur 154, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa do Brasil, a B3, sob o código SOMA3 desde 31 de julho de 2020.

A Companhia atua exclusivamente na confecção/fabricação de peças de vestuário e acessórios, bem como na comercialização varejista e atacadista, em lojas físicas e no mercado eletrônico, destes itens e mercadorias em geral, contando com 358 lojas próprias e 736 franquias em 31 de dezembro de 2022 (343 lojas próprias e 733 franquias em 31 de dezembro de 2021), distribuídas por todos os Estados do Brasil e, internacionalmente, nos Estados Unidos (Farm), Uruguai, Bolívia e Paraguai (Cia. Hering). A composição das lojas segue abaixo:

	2022	2021
ANIMALE	68	70
FARM	89	82
FARM RIO	3	2
Fábula	21	17
Foxton	29	25
CRIS BARROS	10	11
OFF PREMIUM	13	13
MARIA FILÓ	56	60
cia Hering	16	10
	789	786
Total	**1.094**	**1.076**

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria da moda. As vendas geralmente aumentam em datas comemorativas de grande impacto no varejo e lançamento de novas coleções.

1.2. *Follow-on* e aquisição da Cia Hering

Os acionistas do Grupo Soma comunicaram ao mercado em 09 de julho de 2021, mediante aprovação no Conselho de Administração, a realização de oferta restrita pública de distribuição primária de 46.012.270 ações da Companhia. Com base no preço da ação de R$ 19,20 em 20 de julho de 2021, houve um aumento de capital de R$ 883.436, mediante emissão das novas ações ordinárias. O total dos recursos captados, líquidos dos custos da transação no valor de R$ 38.730 foi de R$ 844.706. As ações emitidas no âmbito da oferta restrita passaram a ser negociadas na B3 a partir de 22 de julho de 2021.

Os recursos oriundos dessa oferta foram aportados na Cidade Maravilhosa e, posteriormente, utilizados para aquisição de 100% de participação da Cia Hering ("Hering"), empresa com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina e Goiás. A Hering foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

Conforme detalhado na Nota 3, o valor da aquisição, corroborado por consultores independentes, totalizou R$ 5,9 bilhões, sendo R$ 1,5 bilhão em dinheiro e R$ 4,4 bilhões com emissão de ações, equivalente a 1,625107 ação ordinária da Companhia para cada ação da Hering.

A aquisição ocorreu por meio da controlada Cidade Maravilhosa e, após certas etapas societárias previstas no acordo entre as partes, os acionistas da Hering passaram a deter participação direta de 32,8% no Grupo Soma, sendo 8,1% dos antigos acionistas controladores do grupo Hering e 24,7% correspondentes a ações negociadas no mercado (*free float*).

Como consequência desta transação, a Hering encerrou a negociação de suas ações na B3 em 29 de setembro de 2021.

Essa aquisição está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia para expansão e incremento do portfólio de marcas e produtos de forma complementar, bem como a captura de sinergias entre as partes, derivadas principalmente da redução de custos e riscos operacionais, logísticos e administrativos.

1.3. COVID-19

A Companhia foi fortemente afetada pela pandemia em 2020. Ao longo de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, com o relaxamento dos requerimentos de isolamento social, as operações voltaram à normalidade.

A Administração mantém constante monitoramento sobre os assuntos relacionados a pandemia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade de suas operações.

2.3. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

2.4. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos contábeis dessas transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de divulgação, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos, de acordo com as diretrizes constantes do CPC 48 (IFRS 9).

Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência.

Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de *impairment* conforme requerido pelo CPC 01/IAS36. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de *impairment* anualmente ou quando da identificação de eventos que possam indicar possíveis necessidades de provisão para impairment.

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações são realizadas de forma prospectiva.

Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes e fornecedores

Conforme CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia deve avaliar as características que definem a constituição de ajuste a valor presente em seus ativos e passivos.

No contas a receber de clientes, a Companhia avaliou que não existem componentes de financiamento atrelados as vendas, motivo pelo qual não realizou ajustes contábeis das receitas de vendas de mercadorias e produtos e dos correspondentes recebíveis, respectivamente.

Nos fornecedores, como há componentes financeiros nas transações, a Companhia realiza o reconhecimento do ajuste a valor presente, que tem como contrapartida a conta de Estoques. Os valores transitam pelo resultado financeiro de acordo com o prazo médio de pagamento aos fornecedores e no custo de mercadoria vendida de acordo com o giro médio do estoque.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou cada uma de suas marcas como unidade geradora de caixa.

Provisão para contingências e passivos contingentes em combinação de negócios

A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão para contingências estão descritos na Nota 17.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o valor justo puder ser mensurado com confiabilidade.

2.7. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.7.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração
CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27/IAS 16 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido
CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contrato oneroso - custo de cumprimento do contrato
Melhoras anuais ciclo 2018-2020	Alterações diversas no IFRS 1, IFRS9, IFRS 16 e IAS 41

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o *International Accounting Standards Board* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC:

Pronunciamento	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Implementação CPC 50/IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Alterações relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento	01/01/2023
Alterações ao CPC 26(R1)/IAS1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Covenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Esclarecimento como um vendedor-arrendatário avalia subsequentemente as transações de venda e relocação	01/01/2024
Alterações ao CPC 36(R3)/ IFRS 10 e ao CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

2.8. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual (direta e indireta) na data do balanço é como segue:

Controladas	% de participação (direto e indireto) 31/12/2022	31/12/2021
Cidade Maravilhosa (a)	100%	100%
AF Fabril (b)	-	100%
Plantage Inc. (c)	100%	100%
MF 2008 (d)	-	100%
ByNV Comércio Varejista de Artigos e Vestuário (ByNV) (e)	100%	100%
FIDC (f)	100%	100%
Soma Ventures (g)	100%	100%
Cia Hering (h)	100%	100%
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação dos serviços financeiros Ltda. (h)	100%	100%
Hering Internacional SAFI (h)	100%	100%
GMSH (i)	100%	100%
Soma Brands International GMBH (j)	100%	-

(a) Seu objeto social é a confecção/fabricação de peças de vestuário e acessórios, bem como a venda pelo atacado de mercadorias em geral.
(b) Seu objeto social é a confecção/fabricação de peças de vestuário e acessórios, bem como a venda pelo atacado de mercadorias em geral. Em 01 de outubro de 2022 foi incorporada integralmente na investida Cidade Maravilhosa.
(c) Seu objeto social é o comércio varejista de artigos de vestuário, acessórios, assim como mercadorias em geral. Ela possui sede no Estado de Delaware, Estados Unidos.
(d) Seu objeto social é a comercialização varejista e atacadista de mercadorias em geral. Essa Companhia foi adquirida em 04 de maio de 2020. Em 01 de janeiro de 2021, foi feita a cisão parcial dessa Companhia, sendo mantida a operação fabril e de venda de atacado, que foi incorporada pela Cidade Maravilhosa em 01 de janeiro de 2022.
(e) Empresa adquirida em 12 de março de 2021. Seu objeto social é a comercialização varejista de artigos de vestuário e acessórios. A empresa foi parcialmente incorporada em 01 de abril de 2022 pela investida Cidade Maravilhosa.
(f) Fundo constituído em 01 de março de 2021. A Companhia estruturou um programa de intermediação de venda de recebíveis sob o qual os fornecedores diretos da Companhia podem transferir recebíveis faturados originados de operações com empresas do Grupo Soma para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Rio Capital. O escopo da transação consiste na cessão de direitos creditórios pelos fornecedores da Companhia, sobre as faturas a receber das empresas do Grupo. O FIDC se constitui em um condomínio fechado, com a totalidade das cotas pertencentes à Companhia e é apresentado na rubrica de títulos e valores mobiliários.
(g) Holding fundada em maio de 2021, com intuito de ser veículo de investimento e aceleração de marcas em estágio inicial com grande potencial de crescimento.
(h) Empresa adquirida em 2021. Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista.
(i) Holding fundada em julho de 2021, cujo objeto social é comércio de roupas em países estrangeiros.
(j) Holding fundada em dezembro de 2022, cujo objeto social é comércio de roupas em países estrangeiros.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:
(a) Os saldos de transações realizadas entre as empresas consolidadas são eliminados; e
(b) Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados;

Todas as empresas controladas da Companhia têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis significativas da Controladora.

2.9. Informações por segmento

O Grupo opera apenas no segmento de varejo. Além da análise do segmento como um todo, os tomadores de decisões da Companhia analisam as vendas por meio das marcas e dos diferentes canais de venda, quais sejam, lojas, e-commerce, atacado e varejo.

2.10. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Evidencia a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas como parte de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.11. Determinação de Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de resultado.

3. Combinação de negócios

3.1. Políticas contábeis

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o ganho é contabilizado no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação.

3.2. Detalhamento das aquisições

a) Descrição das aquisições

Hering

Em 26 de abril de 2021, por meio de controlada Cidade Maravilhosa, a Companhia celebrou Acordo de Associação e Outras Avenças com a Hering, tendo sido finalizada a transação no dia 17 de setembro de 2021, por meio da qual o Grupo Soma adquiriu 100% de participação na Hering (que inclui, além da controladora Hering, as subsidiárias HGR Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. e Hering Internacional SAF).

A Hering é uma empresa brasileira especializada no setor de vestuário e possui 788 lojas em todo o Brasil. Sua sede e principais fábricas estão localizadas em Blumenau - SC. Atualmente, a Hering possui 3 marcas: Hering, Hering Kids e DZARM. A aquisição tem por objetivo consolidar o Grupo como uma plataforma de marcas do varejo da moda, ampliando o mercado endereçável de todas as suas companhias, conectando diferentes audiências e abrindo um novo espaço e oportunidades de crescimento dado o portifólio altamente complementar das suas empresas.

ByNV

Em 12 de março de 2021, a Companhia adquiriu 100% da empresa ByNV, marca no ramo do varejo de moda que possuía naquela data 4 lojas situadas na cidade de São Paulo, SP e 1 em Campinas, SP.

O saldo a pagar pela Companhia decorrente da aquisição da ByNV em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 118.412, sendo R$ 22.326 a curto prazo e R$ 96.086 a longo prazo.

No primeiro e terceiro trimestres de 2022, a Companhia finalizou as mensurações dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócios da ByNV e da Hering, respectivamente, e não foram identificadas alterações significativas em relação às mensurações preliminares reconhecidas em 2021, as quais não produziram efeito no resultado, patrimônio líquido, índices operacionais ou de liquidez da Companhia. As alterações foram reconhecidas em 30 de setembro de 2022.

Abaixo o resumo dos valores de aquisição das combinações de negócios:

Empresas controladas adquiridas	Hering	ByNV
Data de Aquisição	17/09/2021	12/03/2021
Valor da aquisição:		
Em caixa	1.509.718	140.000 (ii)
Emissões de Ações do Grupo Soma	4.409.820 (i)	124.046 (iii)
Consideração Contingente	–	54.358 (iv)
Ajuste de Preço da Aquisição	–	826 (v)
Valor total da aquisição	**5.919.538**	**319.230**

(i) O valor da emissão considerou a cotação de R$ 17,15 por ação.
(ii) R$ 42.000 pago na data de fechamento; R$ 10.000 pago após a data de apuração do ajuste de preço de compra; R$ 78.000 a ser pago em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas; e R$ 10.000 a ser pago em 5 parcelas anuais iguais e sucessivas. Todas as parcelas são corrigidas por 100% do CDI.
(iii) Emissão de 8.461.538 novas ações ordinárias da Companhia ao preço da ação de R$ 14,66 em favor dos antigos acionistas da ByNV.
(iv) Valor justo da consideração contingente a ser paga, até o limite máximo de R$ 75.000, caso a margem bruta ajustada, conforme definido contratualmente, em 2025, seja superior a R$ 250.000.
(v) Ajuste no preço decorrente de alterações no capital de giro e dívida líquida da adquirida.

b) Valores justos finais dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nas datas de aquisição:

	Valores justos Hering	ByNV
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	141.748	2.089
Contas a receber de clientes	482.861	33.424
Estoques	597.505	12.913
Tributos a recuperar	532.710	–
Impostos diferidos ativos	110.661	–
Intangível	897.502	251.118
Imobilizado	680.126	961
Direito de uso de arrendamento	85.641	7.584
Demais ativos	61.207	19.543
Total ativos adquiridos	**3.589.961**	**327.632**
Passivos		
Fornecedores	(353.218)	(18.129)
Empréstimos a pagar	(102.443)	(125)
Dividendos a pagar	(838)	(23.476)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(85.500)	(8.757)
Arrendamentos a pagar	(88.134)	(7.584)
Impostos diferidos passivos	(320.821)	–
Provisão para contingências	(345.003)	–
Demais passivos	(66.748)	(20.498)
Total dos passivos assumidos	**(1.362.705)**	**(78.569)**
Total dos ativos líquidos adquiridos	**2.227.256**	**249.063**
Total da contraprestação paga	**5.919.538**	**319.230**
Ágio apurado	**3.692.282**	**70.167**

Resumo das principais alocações de valor justo:

Hering

Ativo	Ajuste a valor justo	Vida útil remanescente (anos)	Metodologia de avaliação
Marca	536.735	Indefinida	*Royalty Relief*
Carteira de clientes – franquia	142.140	21,33	MPEEM (i)
Carteira de clientes – multimarcas	32.482	9,33	MPEEM (i)
Fundo de comércio	80.902	5,00	Avaliação a mercado
Ativos fixos	297.480	(ii)	Abordagem de custo
Terrenos	120.295	N/A	Avaliação a mercado
Estoques	56.919	0,38	Avaliação a mercado
Passivo contingente	323.361	N/A	Valor justo (iii)

(i) Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos.
(ii) Não houve alterações relevantes em relação as vidas úteis utilizadas pela adquirida. Vide as vidas úteis utilizadas pela Companhia na Nota 10.
(iii) Os passivos contingentes anteriormente não reconhecidos na adquirida foram avaliados e reconhecidos a valor justo, quando classificados como obrigação presente e mensuráveis com confiabilidade, conforme requerido pelo CPC 15 / IFRS 3.

Foram registrados impostos diferidos sobre os ajustes de valor justo, considerando que, atualmente, a Administração não tem intenção de incorporá-la.

ByNV

Ativo	Ajuste a valor justo	Vida útil remanescente (anos)	Metodologia de avaliação
Marca NV	247.175	Indefinida	*Royalty Relief*

A Administração incorporou, parcialmente, a ByNV em 1 de abril de 2022, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais e irá incorporar o restante da Companhia em 2023. Dessa forma, considerou as bases fiscais dos ativos e passivos iguais às bases contábeis. Mediante a sua incorporação, utilizará a dedutibilidade da amortização do ágio para fins fiscais, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados às marcas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

4.1. Políticas contábeis:

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa em espécie, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os títulos e valores mobiliários são aplicações com vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação. As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo por meio do resultado, sendo as variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado.

4.2. Composição:

	Taxa média ponderada a.a	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos		21.805	8.660	147.723	75.109
Aplicações financeiras		79.132	46.445	189.834	148.952
Compromissadas	91,31%	12.845	10.117	27.277	19.871
CDB	101,29%	66.287	36.328	162.557	129.081
Caixa e equivalentes de caixa		**100.937**	**55.105**	**337.557**	**224.061**
Fundos de investimentos (i)	CDI + 5,77%	30.772	59.462	6.822	5.267
Renda fixa	–	–	–	–	424
CDB	100,5%	–	–	4.296	5.377
Títulos e valores mobiliários		**30.772**	**59.462**	**11.118**	**11.068**

(i) O saldo da controladora corresponde às quotas do FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

5. Contas a receber de clientes:

5.1. Políticas contábeis:

Está registrada e mantida no balanço pelo valor de realização líquido das comissões pagas às administradoras de cartões de crédito. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos. Os títulos antecipados somente são baixados quando todos os riscos e benefícios relativos à operação são liquidados.

5.2. Composição:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Duplicatas a receber	18.838	10.932	748.584	616.961
Recebíveis de cartões de créditos	445.936	387.079	671.049	642.861
Cheques a receber	10.405	13.310	10.470	13.541
Ajuste a valor presente	–	–	(2.078)	(2.185)
Total do contas a receber bruto	**475.179**	**411.321**	**1.428.025**	**1.271.178**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.869)	(5.003)	(81.711)	(58.630)
	463.310	**406.318**	**1.346.314**	**1.212.548**
Circulante	**463.310**	**406.318**	**1.345.769**	**1.211.688**
Não circulante		**–**	**545**	**860**

Abaixo, segue a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
A vencer	466.688	402.201	1.312.834	1.179.277
Vencidos				
Até 30 dias	1.624	1.259	33.860	20.433
Entre 31 e 60 dias	939	412	13.554	11.945
Entre 61 e 180 dias	1.033	1.876	17.618	11.905
Mais de 181 dias	4.895	5.573	52.237	49.803
Total de vencidos	**8.491**	**9.120**	**117.269**	**94.086**
Total bruto sem ajuste a valor presente	**475.179**	**411.321**	**1.430.103**	**1.273.363**

A movimentação da provisão para créditos com liquidação duvidosa está assim demonstrada:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Início do exercício	**(5.003)**	**(16.289)**	**(58.630)**	**(22.391)**
Incorporações e aquisições	–	(515)	–	–
Aquisição Hering	–	–	–	(41.236)
Baixas	7.201	10.052	17.227	15.257
Adições	(14.067)	1.749	(40.308)	(10.260)
Final do exercício	**(11.869)**	**(5.003)**	**(81.711)**	**(58.630)**

6. Estoques:

6.1. Políticas contábeis:

São avaliados ao custo médio de aquisição e formação, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização e do ajuste ao valor presente, quando aplicável.

O ajuste a valor presente é calculado a partir das compras de estoques, utilizando a taxa média de desconto de 1,50% a.m. em 31 de dezembro de 2022 (0,59% a.m. em 31 de dezembro de 2021).

As perdas estimadas são calculadas com base nos níveis históricos de perdas da Companhia, que é concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações da estimativa.

As provisões para perdas decorrentes da baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base no ciclo de suas coleções, em análise mercadológica e nas expectativas de perdas da Administração. Os montantes provisionados, no entendimento da Administração da Companhia, são suficientes para cobrir perdas futuras com itens que não possuem movimentação há mais de 180 dias e por eventuais vendas futuras abaixo do preço de custo.

6.2. Composição:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Produtos acabados	280.624	208.997	690.801	524.959
Produtos em processo	–	–	292.086	229.860
Matérias-primas	–	–	241.354	189.225
Outros	14.652	10.396	40.309	20.684
Total dos valores brutos	**295.276**	**219.393**	**1.264.550**	**964.728**
(-) Ajuste a valor presente	**–**	**–**	(13.807)	**–**
(-) Provisão para perdas na realização dos estoques	(8.540)	(7.168)	(43.133)	(33.753)
Total dos valores líquidos	**286.736**	**212.225**	**1.207.610**	**930.975**

6.3. Movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Início do exercício	**(7.168)**	**(4.961)**	**(33.753)**	**(19.835)**
Incorporações e aquisições	–	(1.094)	–	(1.281)
Aquisição Hering	–	–	–	(9.613)
Adições	(1.372)	(1.113)	(9.380)	(3.024)
Final do exercício	**(8.540)**	**(7.168)**	**(43.133)**	**(33.753)**

7. Tributos a recuperar:

7.1. Políticas contábeis:

Os tributos a recuperar compreendem antecipações, pagamentos a maior em exercícios anteriores ou créditos a compensar decorrentes do regime não-cumulativo dos impostos indiretos e estão registrados pelo valor estimado de recuperação.

7.2. Composição:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
ICMS	20.850	20.587	287.731	212.920
IR e CSLL (a)	54.308	21.151	383.499	312.522
PIS e COFINS (b)	7.413	36.866	117.779	221.447
Outros	9	6	21.514	22.488
	82.580	**78.610**	**810.523**	**769.377**
Circulante	**82.580**	**78.610**	**315.243**	**312.343**
Não circulante	**–**	**–**	**495.280**	**457.034**

(a) A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição do IRPJ e CSLL incidentes sobre os juros moratórios auferidos, inclusive aqueles decorrentes da repetição ou ressarcimento de tributos. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, em favor do contribuinte, com efeito de repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Considerando essa decisão, a Companhia e suas controladas concluíram que o ganho das ações é praticamente certo e,

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

portanto, reconheceram os créditos tributários no valor de R$ 94.107 (consolidado), correspondentes ao IRPJ e CSLL pagos sobre a correção pela Selic de processos ganhos e reconhecidos em anos anteriores.
(b) Saldo referente a créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estes saldos estão sendo compensados com outros tributos federais.

8. Partes relacionadas

8.1. Políticas contábeis

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, são eliminados. As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com aquelas adotadas pela Controladora.

8.2. Transações e saldos

As transações comerciais seguem a política de transações com partes relacionadas do Grupo, que define, esclarece e exemplifica temas relacionados a conflito de interesses, transações no curso normal dos negócios, condições de mercado nas operações, dentre outros.
Além disso, a política do Grupo define os critérios a serem seguidos nas transações. A principal transação com partes relacionadas refere-se a compra de produtos acabados da Cidade Maravilhosa pela controladora Soma. A Companhia possui 100% de participação nas investidas, dessa forma, essas transações são integralmente eliminadas no consolidado.
Os principais saldos de ativos e passivos e os valores registrados no resultado do exercício das transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme resumidas a seguir:

	Controladora					
	Saldos a receber		Saldos a pagar		Transações de compras	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações comerciais						
Cidade Maravilhosa (a)	50.744	41.936	368.811	143.063	1.267.463	1.083.955
Hering	46	–	–	–	–	–
ByNV (a)	–	–	59.333	–	214.313	–
AF Fabril (a)	–	–	–	5.748	–	61.295
	50.790	**41.936**	**428.144**	**148.811**	**1.481.776**	**1.145.250**
Outras operações com controladas						
Cidade Maravilhosa (b)	57.214	90.379	–	–	–	–
Maria Filó (c)	–	14.207	–	–	–	–
AF Fabril (c)	–	165	–	–	–	–
ByNV (c)	17.631	–	181	–	–	–
	74.845	**104.751**	**181**	**–**	**–**	**–**
Total	**125.635**	**146.687**	**428.325**	**148.811**	**1.481.776**	**1.145.250**

(a) Compra de mercadorias para revenda.
(b) Em 08 de setembro de 2019, a controlada Cidade Maravilhosa realizou emissão privada de nota promissória em sete séries sob forma nominativa, no valor de R$150.000, com vencimentos semestrais a partir de agosto de 2020 até agosto de 2023, a uma taxa de juros de CDI + 2,5% a.a., integralmente adquirida pela Companhia.
(c) Mútuo entre as partes, sem prazo de vencimento, juros e correção monetária.

8.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração", integrantes da diretoria estatutária e membros dos Conselhos e Comitês. Essa remuneração totalizou R$ 17.917 e R$ 12.374, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

9. Investimentos

9.1. Políticas contábeis

A Companhia possui investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. O lucro não realizado decorrente das operações de compra e venda de produtos entre as partes relacionadas é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial e no momento de consolidação.
Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

9.2. Composição:

	Controladora	
	2022	2021
Participação em controladas	**2.610.934**	**2.561.966**
Ágios gerados em aquisições:		
Reset (Incorporada pela Plantage em 2018)	–	4.227
Fábula	1.732	1.732
Wardrobe	47.932	47.932
Maria Filó	28.222	28.222
ByNV (Nota 3)	70.167	70.167
Hering (Nota 3)	3.692.282	3.596.658
	3.840.335	3.748.938
Total dos investimentos	**6.451.269**	**6.310.904**

9.3. Movimentação dos saldos dos investimentos:

Descrição	Cidade Maravilhosa (a)	Plantage Inc.	Soma Brands	AF Fabril e Wardrobe (b)	Maria Filó (c)	ByNV (d)	GMSH	Soma Ventures	Total
31 de dezembro de 2020	**247.756**	**48.654**	**–**	**89.048**	**165.439**	**–**	**–**	**–**	**550.897**
Resultado de equivalência patrimonial	253.446	51.508	–	(9.611)	(6.096)	52.634	–	(1.532)	340.349
Incorporação de controladas	–	–	–	(75.663)	(110.856)	–	–	–	(186.519)
Aquisição de controladas	–	–	–	–	–	319.230	–	–	319.230
Ajuste de conversão em controlada no exterior	–	1.811	–	–	–	–	–	–	1.811
Aumento de capital	5.259.821	–	–	–	–	23.200	310	1.805	5.285.136
31 de dezembro de 2021	**5.761.023**	**101.973**	**–**	**3.774**	**48.487**	**395.064**	**310**	**273**	**6.310.904**
Resultado de equivalência patrimonial	315.204	73.380	–	(16.817)	–	23.899	–	676	396.343
Incorporação de controladas	36.034	–	–	13.043	(48.487)	(268.089)	–	–	(267.499)
Ajuste de conversão em controlada no exterior	–	(2.520)	–	–	–	–	–	–	(2.520)
Aumento de capital (e)	–	–	13.938	–	–	–	103	–	14.041
Integralização por meio de transferência de capital entre controladas (e)	–	(172.833)	172.833	–	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2022	**6.112.261**	**–**	**186.771**	**–**	**–**	**150.874**	**413**	**949**	**6.451.269**

(a) A aquisição da Hering, conforme descrito na Nota 3, foi efetuada por meio da Cidade Maravilhosa e recebeu os recursos pelo aumento de capital demonstrado acima.
(b) A investida foi parcialmente cindida, sendo a parcela incorporada pela Companhia em 1 de janeiro de 2021 referente a operação de varejo da Wardrobe.
(c) Em 04 de maio de 2020 a Companhia adquiriu 100% das empresas MF 2008 e Modas Ltda. ("Maria Filó"). Em janeiro de 2021 foi realizada uma cisão parcial da MF 2008 e incorporação da parcela cindida pela Controladora. Em janeiro de 2022, o restante da parcela cindida foi incorporada pela Cidade Maravilhosa.
(d) Aquisição da ByNV, conforme descrito na Nota 3. Em abril de 2022 foi realizada a incorporação parcial da Companhia pela Controladora com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais.
(e) Aporte de capital realizado por meio de transferência de parcela do intangível correspondente a marca Farm no exterior e transferência da Plantage Inc.

9.4. Informação do investimento em controladas

31 de dezembro de 2022

Controladas diretas	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido (**)
Cidade Maravilhosa	100%	4.710.552	6.175.045	336.149
ByNV	100%	7.950	79.479	23.899
GMSH	100%	413	413	–
Soma Ventures	100%	1.804	949	676
Soma Brands	100%	186.771	186.771	–

31 de dezembro de 2021

Controladas diretas	% Participação	Capital Social	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido (prejuízo) (**)
Cidade Maravilhosa	100%	4.704.203	5.797.432	264.874
Plantage Inc	100%	65.782	101.973	51.508

31 de dezembro de 2021

Controladas diretas	% Participação	Capital Social	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido (prejuízo) (**)
AF Fabril	100%	5.562	10.856	(9.611)
MF 2008	100%	38.987	48.487	(6.096)
ByNV	100%	23.310	395.064	52.634
GMSH	100%	310	310	–
Soma Ventures	100%	1.805	273	(1.532)

(*) A diferença entre o patrimônio líquido e o investimento na controladora referem-se ao lucro não realizado nas operações de vendas entre partes relacionadas.
(**) A diferença entre o resultado líquido e a equivalência patrimonial na controladora referem-se ao lucro não realizado nas operações de vendas entre partes relacionadas no exercício.

10. Imobilizado

10.1. Políticas contábeis

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por desvalorização, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear para distribuir o valor do custo do bem ao longo da vida útil estimada. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação ou vida útil das benfeitorias, dos dois o menor. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores sejam mensurados de forma confiável. Os gastos com manutenção e reparos que não aumentem significativamente a vida útil do bem são considerados como despesas e alocados diretamente no resultado do exercício.

10.2. Composição e movimentação

	Controladora					
	Máquinas	Móveis e utensílios	Instalações e benfeitorias	Veículos	Computadores e acessórios	Total
Taxa de depreciação a.a.	10%	10%	20%	20%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**803**	**3.569**	**24.578**	**11**	**452**	**29.413**
Adições	135	3.765	40.725	160	3.105	47.890
Adições oriundas de incorporação	159	859	9.176	–	388	10.582
Baixas	(12)	(237)	(818)	–	(1)	(1.068)
Depreciação	(433)	(1.003)	(7.405)	(16)	(624)	(9.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**652**	**6.953**	**66.256**	**155**	**3.320**	**77.336**
Adições	209	3.987	33.734	–	5.999	43.929
Adições oriundas de incorporação	77	485	892	–	24	1.478
Baixas	(4)	(235)	–	–	(20)	(259)
Depreciação	(25)	(1.401)	(9.541)	(32)	(1.347)	(12.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**909**	**9.789**	**91.341**	**123**	**7.976**	**110.138**
Saldos em 31 de dezembro de 2021						
Custo	3.670	16.399	170.128	598	12.435	203.230
(-) Depreciação acumulada	(3.018)	(9.446)	(103.872)	(443)	(9.115)	(125.894)
Valor residual	**652**	**6.953**	**66.256**	**155**	**3.320**	**77.336**
Saldos em 31 de dezembro de 2022						
Custo	3.960	20.926	204.698	654	18.466	248.704
(-) Depreciação acumulada	(3.051)	(11.137)	(113.357)	(531)	(10.490)	(138.566)
Valor residual	**909**	**9.789**	**91.341**	**123**	**7.976**	**110.138**

	Consolidado							
	Máquinas	Móveis e utensílios	Instalações e benfeitorias	Veículos	Computadores e acessórios	Terrenos	Imobilização em andamento	Total
Taxa de depreciação a.a.	10%	10%	20%	20%	20%	0%	n/a	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**3.041**	**8.254**	**52.853**	**–**	**8.474**	**–**	**–**	**72.622**
Adições	854	11.684	62.100	160	13.037	–	15.927	103.762
Aquisição ByNV	57	610	–	79	215	–	–	961
Aquisição Hering	–	11.537	500.334	185	8.954	156.362	17.532	694.904
Transferências	–	37	8.239	–	7	–	(8.283)	–
Baixas	(12)	(263)	(2.939)	(141)	(1)	–	–	(3.356)
Depreciação	(918)	(3.093)	(23.171)	(71)	(5.019)	–	–	(32.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.022**	**28.766**	**597.416**	**212**	**25.667**	**156.362**	**25.176**	**836.621**
Adições	2.285	15.448	67.320	32	13.639	–	–	98.724
Variação alocação PPA Hering	–	–	(6.349)	–	–	(10.649)	–	(16.998)
Transferências	–	21	24.906	–	249	–	(25.176)	–
Baixas	(4)	(477)	(462)	1	(26)	–	–	(968)
Depreciação	(303)	(9.256)	(64.686)	(108)	(10.126)	–	–	(84.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5.000**	**34.502**	**618.145**	**137**	**29.403**	**145.713**	**–**	**832.900**
Saldos em 31 de dezembro de 2021								
Custo	7.340	36.488	719.390	875	43.625	156.362	25.176	989.256
(-) Depreciação acumulada	(4.318)	(7.722)	(121.974)	(663)	(17.958)	–	–	(152.635)
Valor residual	**3.022**	**28.766**	**597.416**	**212**	**25.667**	**156.362**	**25.176**	**836.621**
Saldos em 31 de dezembro de 2022								
Custo	9.621	51.480	800.494	908	57.487	145.713	–	1.065.703
(-) Depreciação acumulada	(4.621)	(16.978)	(182.349)	(771)	(28.084)	–	–	(232.803)
Valor residual	**5.000**	**34.502**	**618.145**	**137**	**29.403**	**145.713**	**–**	**832.900**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 inexistem ônus de qualquer natureza sobre os bens do imobilizado. Não foram identificados indicativos que pudessem demandar constituição de provisão para redução do imobilizado ao seu valor de recuperação naquelas datas.

11. Intangível

11.1. Políticas contábeis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada (calculada pelo método linear) e perdas no valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, com exceção dos previstos pela norma, não são capitalizados, sendo os respectivos gastos registrados no resultado, quando incorridos.
Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.
Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

11.2. Composição e movimentação

	Controladora				
	Licenças e softwares	Direito de uso de ponto comercial	Marcas e patentes	Ágio	Total
Taxa de amortização a.a.	20%	Média 20%	n/a	n/a	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.188**	**7.263**	**68.456**	**107.793**	**190.700**
Adições	12.976	1.742	–	–	14.718
Adições oriundas de incorporação	–	3.225	65.801	76.154	145.180
Amortização	(3.804)	(1.524)	–	–	(5.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**16.360**	**10.706**	**134.257**	**183.947**	**345.270**
Adições	28.544	2.248	–	–	30.792
Adições oriundas de incorporação	–	–	245.717	5.401	251.118
Baixas	(49)	–	–	–	(49)
Transferências para aporte (*)	–	–	(13.938)	–	(13.938)
Amortização	(7.411)	(1.641)	–	–	(9.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**37.444**	**11.313**	**366.036**	**189.348**	**604.141**
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Custo	27.342	46.475	134.257	183.947	392.021
(-) Amortização acumulada	(10.982)	(35.769)	–	–	(46.751)
Valor residual	**16.360**	**10.706**	**134.257**	**183.947**	**345.270**

	Controladora				
	Licenças e softwares	Direito de uso de ponto comercial	Marcas e patentes	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Custo	56.316	48.855	366.036	189.348	660.555
(-) Amortização acumulada	(18.872)	(37.542)	–	–	(56.414)
Valor residual	**37.444**	**11.313**	**366.036**	**189.348**	**604.141**

(*) Transferência de parcela do intangível correspondente a marca Farm no exterior para aporte de capital na investida Soma Brands International GMBH (Nota 9.3).

	Consolidado					
	Licenças e softwares	Direito de uso de ponto comercial	Marcas e patentes	Carteiras de clientes	Ágio	Total
Taxa de amortização a.a.	20%	Média 20%	n/a	5% e 16%	n/a	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**28.898**	**9.234**	**138.030**	**–**	**189.816**	**365.978**
Adições	59.564	3.583	–	–	–	63.147
Aquisição da ByNV	–	–	251.118	–	70.167	321.285
Aquisição da Hering	97.793	134.863	536.775	219.221	3.596.658	4.585.310
Amortização	(25.374)	(2.743)	–	–	–	(28.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**160.881**	**144.937**	**925.923**	**219.221**	**3.856.641**	**5.307.603**
Adições	106.827	4.048	–	–	–	110.875
Atualização PPA	–	(46.551)	–	(44.599)	95.624	4.474
Baixas	(79)	–	–	–	–	(79)
Amortização	(60.877)	(20.181)	(45)	(10.145)	–	(91.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**206.752**	**82.253**	**925.878**	**164.477**	**3.952.265**	**5.331.625**
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Custo	200.924	185.290	925.923	219.221	3.856.641	5.387.999
(-) Amortização acumulada	(40.043)	(40.353)	–	–	–	(80.396)
Valor residual	**160.881**	**144.937**	**925.923**	**219.221**	**3.856.641**	**5.307.603**
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Custo	306.522	142.787	925.923	174.622	3.952.265	5.502.119
(-) Amortização acumulada	(99.770)	(60.534)	(45)	(10.145)	–	(170.494)
Valor residual	**206.752**	**82.253**	**925.878**	**164.477**	**3.952.265**	**5.331.625**

a) Licenças e softwares
Representam gastos com aquisição de softwares e licenças, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. As principais adições do exercício referem-se ao desenvolvimento de sites e softwares e aos investimentos em projetos realizados no SomaLabs (projetos voltados ao desenvolvimento de recursos de otimização de vendas no ambiente *e-commerce*).
b) Direito de uso de ponto comercial
Os direitos de uso são valores pagos a shopping centers para instalação das lojas, e são amortizados de acordo com o período do contrato de locação das respectivas lojas.
c) Marcas e patentes
As marcas e patentes são substancialmente relacionadas ao valor justo estimado das marcas Farm, Fábula, Cris Barros, Maria Filó, ByNV e Hering registradas quando das respectivas combinações de negócios. As marcas e patentes possuem prazo de vida útil indefinida e têm sua recuperabilidade avaliada anualmente (teste de *impairment*).
d) Ágio
Os saldos do ágio correspondem ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Plantage e Cidade Maravilhosa (ano de 2004)	109.435	109.435
Reset (ano de 2016)	4.227	4.227
Wardobre (ano de 2018)	47.932	47.932
Maria Filó (ano de 2020)	28.222	28.222
ByNV (ano de 2021 - Nota 3)	70.167	70.167
Hering (ano de 2021 - Nota 3)	3.692.282	3.596.658
	3.952.265	**3.856.641**

Os ágios possuem prazo de vida útil indefinida e têm sua recuperabilidade avaliada anualmente (teste de *impairment*).
e) Carteira de clientes
A carteira de clientes deriva do relacionamento da companhia com os seus clientes, que para um negócio tem valor, pois representa uma fonte de renda estável e recorrente. O saldo que a Companhia apresenta de carteira de clientes é proveniente da combinação de negócios com Hering (Nota 3).
Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma eventual necessidade de reversão ou complemento do *impairment* na data de apresentação do relatório.
O cálculo do valor recuperável dos ágios e marcas foram estimados com base em fluxos de caixa descontados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. A metodologia utilizada foi a do Valor em uso. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração.

	Consolidado
Taxa de desconto	11,0%
Taxa de crescimento da perpetuidade	5,3%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média para os próximos cinco anos)	25,0% a.a.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma possível alavancagem da dívida de 14,9% em sua estrutura de capital, a uma taxa de juros de mercado média de 8,3% ao ano. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para um período e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a Administração acredita estar consistente com as premissas que um participante de mercado utilizaria. O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelo crescimento da receita projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados e abertura de novas lojas para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
O valor recuperável estimado para cada uma das UGCs foi superior ao seu valor contábil, motivo pelo qual nenhuma provisão para perdas por *impairment* foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

12. Empréstimos e arrendamento mercantil

12.1. Políticas contábeis

12.1.1. Empréstimos

Os empréstimos estão inicialmente mensurados pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método dos juros efetivos.
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

12.1.2. Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
Passivos de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo seu valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e por valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a sua taxa de juros implícita não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por conta dos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações, mudanças no prazo nos pagamentos do arrendamento ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório, considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia acessa anualmente a taxa incremental sobre empréstimos para registrar os passivos de arrendamento ao valor presente.

12.2. Composição de empréstimos

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Empréstimos de capital de giro em:					
.Moeda estrangeira	(a)	–	–	–	86.668
.Moeda nacional	(b)(d)	47.532	–	149.586	103.068
Debêntures	(c)	51.087	100.118	780.868	613.806
Custos/encargos sobre empréstimos		(723)	(1.687)	(13.017)	(18.831)
		97.896	**98.431**	**917.437**	**784.711**
Circulante		**50.364**	**48.372**	**369.976**	**194.348**
Não circulante		**47.532**	**50.059**	**547.461**	**590.363**

(a) Captações na modalidade da Resolução 4131 do Banco Central, com proteção das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os encargos financeiros médios equivalem a aproximadamente 128% da taxa CDI. O prazo das operações varia entre 12 a 24 meses.

(b) Em abril de 2021, a controlada Hering efetuou captação de empréstimo no valor de R$ 100.000, com taxa média de CDI + 1,98% a.a., prazo de 2 anos, pagamento de juros semestrais e principal ao fim do contrato, para reforço da liquidez da empresa e de projetos estratégicos.

(c) A Companhia, em 15 de agosto de 2019, emitiu a primeira série de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R$ 170.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de sua emissão. Elas remuneram pela variação do CDI + 2,20% a.a.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia emitiu, pela Cidade Maravilhosa, sua segunda série de debêntures simples, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R$ 500.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de sua emissão e remuneram pela variação do CDI + 2,73% a.a.

Em 18 de março de 2022, a Companhia emitiu, pela Cidade Maravilhosa, sua terceira série de debêntures simples, do tipo quirografária, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R$ 270.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de emissão e remuneram pela variação do CDI + 2,10 % a.a.

(d) O financiamento junto à FINEP foi contratado pela Companhia em 15 de dezembro de 2022 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP. O valor total do contrato é de R$ 79.547, tendo sido liberado até 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 47.422 e a primeira parcela a ser paga em um prazo de 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. Em conexão com este empréstimo, a Companhia contratou uma fiança bancária junto ao Banco Bradesco que permanece em vigor até a completa liquidação do financiamento junto à FINEP.

A composição do não circulante por ano de vencimento é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	1.299	230.331
2025	7.795	237.093
2026 a 2030	38.438	80.037
	47.532	**547.461**

Em 31 de dezembro de 2022 os empréstimos e debêntures da Companhia estão garantidos por contas a receber de cartões e duplicatas no valor de R$ 27.817 (R$ 31.312 em 31 de dezembro de 2021).

12.3 Movimentação de empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**227.798**	**257.246**
Incorporações de controladas	1.187	102.568
Captações	–	580.000
Apropriação de juros	7.792	21.989
Apropriação de variação cambial	68	622
Amortização de juros	(9.776)	(10.398)
Amortização de variação cambial	(482)	(3.168)
Amortização de principal	(129.303)	(148.033)
Custos/encargos de transação	1.147	(16.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**98.431**	**784.711**
Captações	47.420	317.422
Apropriação de juros	9.738	125.917
Amortização de juros	(10.079)	(107.633)
Amortização de principal	(48.577)	(205.915)
Amortização de variação cambial	–	(9.542)
Apropriação de variação cambial	–	7.784
Custos/encargos de transação	963	4.693
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**97.896**	**917.437**

12.4. Condições restritivas financeiras (covenants)

A Companhia possui debentures que contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme descritos abaixo:

Operação	1ª emissão GMS	1ª emissão Cidade Maravilhosa	2ª emissão Cidade Maravilhosa
Cláusulas restritivas	**Anual** **Indicadores:** - menor ou igual a 2,0x até a data de vencimento	**Semestral** **Indicadores:** EBITDA/Dívida Líquida - até 3,0x em 2022 - até 2,5x em 2023 - até 2,0x em 2024 até a data de vencimento **Indicadores:** EBITDA/Resultado Financeiro - maior que 2,5x em 2022 - maior que 3,5x em 2023 até a data de vencimento	**Anual** **Indicadores:** - menor ou igual a 2,0x até a data de vencimento

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia cumpriu todos os covenants estabelecidos em contratos. A Companhia possui covenants não financeiro no qual possui obrigação de divulgar as Demonstrações Contábeis de sua Controlada Cidade Maravilhosa até 31 de março de cada ano.

12.5. Composição de arrendamento mercantil

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios, centros de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de cinco a dez anos.

A Companhia determina sua taxa incremental composta por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Prazo dos contratos (anos)	Taxa % a.a.
1	15,27%
2	14,65%
3	14,78%
4	14,92%
5	14,99%
6	15,07%
7	15,10%
8	15,15%
9	15,19%
10	15,22%

A taxa incremental deve representar o que um arrendatário teria de pagar na data de início do contrato de arrendamento para um empréstimo com prazo e garantia semelhantes para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente econômico idêntico. A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Direito de uso		Arrendamentos a pagar	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**98.811**	**150.602**	**110.355**	**165.552**
Incorporação e cisão da Maria filó e Wardrobe	18.433	–	19.582	–
Aquisição da ByNV	–	7.584	–	7.584
Aquisição da Hering	–	85.641	–	88.134
Apropriação de juros	–	–	16.057	23.307
Amortização do direito de uso	(51.539)	(71.848)	–	–
Pagamento de passivo de arrendamento	–	–	(43.972)	(66.584)
Descontos obtidos	–	–	(17.458)	(17.647)
Adições	44.716	75.492	44.193	74.944
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**110.421**	**247.471**	**128.757**	**275.290**
Incorporação ByNV	7.596	–	8.107	–
Apropriação de juros	–	–	22.889	33.600
Amortização do direito de uso	(45.917)	(86.310)	–	–
Pagamento passivo de arrendamento	–	–	(68.156)	(116.927)
Adições	51.882	96.112	51.883	94.876
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**123.982**	**257.273**	**143.480**	**286.839**
Circulante	**–**	**–**	**40.072**	**76.566**
Não circulante	**–**	**–**	**103.408**	**210.273**

A composição por ano de vencimento e maturidade dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 está disposta a seguir:

	Controladora	Consolidado
2024	34.165	64.108
2025	31.547	58.688
2026 em diante	37.696	87.477
	103.408	**210.273**

Fluxo de pagamentos futuros	2024	2025	2026 em diante
Controladora			
Fluxo de desembolso com AVP	32.853	30.443	36.388
Cenário com inflação (*)	34.165	31.547	37.696
Consolidado			
Fluxo de desembolso com AVP	61.646	56.634	84.442
Cenário com inflação (*)	64.108	58.688	87.477

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus.

13. Fornecedores

13.1. Políticas contábeis

Contas a pagar a fornecedores a prazo são registrados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1,26% a.m. em 31 de dezembro de 2022 (0,59% a.m. em 31 de dezembro de 2021). O saldo de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

13.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	50.643	21.126	487.192	336.054
Fornecedores estrangeiros	607	362	105.553	115.818
Aluguéis a pagar	23.076	18.469	24.784	20.282
Ajuste a valor presente	–	–	(12.738)	(5.859)
	74.326	**39.957**	**604.791**	**466.295**

14. Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços

As controladas Cidade Maravilhosa, Hering e Plantage Inc., firmaram contrato com bancos para estruturar com os seus fornecedores que quisessem e aceitassem a operação de risco sacado, assim conhecida no mercado. Abaixo composição por entidade financeira:

	2022	2021
Itaú	134.245	119.953
Santander	11.954	–
Safra	43.406	–
Total	**189.605**	**119.953**

Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias feitas a Companhia aos bancos, mantendo os valores e os prazos originais acordados, sem direito de regresso a uma taxa de juros de até 1,49% a.m. Os bancos, por sua vez, passam a ser credores destes títulos, sendo o prazo médio de pagamento pela Companhia de 71 dias. Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores e aluguéis a pagar para a rubrica em epígrafe, onde permanecem até sua liquidação.

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1. Políticas contábeis

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais de IRPJ, quando aplicável.

A capacidade de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é analisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o montante considerado como não recuperável é baixado. A avaliação da Administração está suportada por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados no patrimônio líquido.

Conforme determinado pela Lei Complementar 160/2017 todos os benefícios tratados como subvenção para investimento podem ser excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Para isto, os referidos benefícios das controladas da Companhia não devem ser distribuídos aos sócios. As controladas reconhecem o resultado destes benefícios fiscais em reserva especial de incentivo fiscal, no patrimônio líquido.

15.2. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora							
	31/12/2020	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Efeito PL	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2021	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Efeito PL	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2022
Ativo (passivo)									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**5.538**	(3.662)	–	(175)	**1.701**	2.335	–	–	**4.036**
Provisão para perdas na realização dos estoques	**1.687**	378	–	372	**2.437**	466	–	–	**2.903**
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	**56.347**	(1.235)	19.988	–	**75.100**	(4.472)	–	–	**70.628**
Provisão para contingências	**2.001**	1.374	–	–	**3.375**	3.523	–	–	**6.898**
IFRS 16 - Arrendamentos	**2.977**	3.035	–	2.190	**8.202**	(103)	–	498	**8.597**
Marcas, mais-valia do imobilizado e intangível	**–**	6.836	–	(6.836)	**–**	–	–	–	**–**
Ágio - Goodwill amortizado	**(4.276)**	(7.545)	–	–	**(11.820)**	(10.745)	–	–	**(22.565)**
Provisão de gratificação	**–**	9.430	–	–	**9.430**	(5.960)	–	–	**3.470**
Outros	**3.132**	552	–	1.394	**5.077**	2.897	–	–	**7.974**
Saldo ativo (passivo)	**67.406**	**9.163**	**19.988**	**(3.055)**	**93.502**	**(12.059)**	**–**	**498**	**81.941**

	Consolidado							
	31/12/2020	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Efeito PL	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2021	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Efeito PL	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2022
Ativo (passivo)									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**7.613**	(1.189)	–	4.761	**11.185**	9.337	–	–	**20.522**
Provisão para perdas na realização dos estoques	**6.744**	2.339	–	2.393	**11.476**	1.988	–	–	**13.464**
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	**114.771**	15.407	19.988	59.041	**209.207**	14.910	–	–	**224.117**
Provisão para contingências	**2.811**	1.323	–	6.819	**10.953**	22.806	–	–	**33.759**
Passivos contingentes - combinação de negócios	**–**	–	–	96.698	**96.698**	–	–	13.245	**109.943**
Provisões para despesas administrativas/ comerciais	**–**	5.107	–	11.999	**17.106**	4.205	–	–	**21.311**
IFRS 16 - Arrendamentos	**5.989**	3.868	–	–	**9.857**	(67)	–	–	**9.790**
Marcas, mais-valia do imobilizado e intangível	**(8.008)**	30.459	–	(466.780)	**(444.329)**	16.130	–	36.016	**(392.183)**
Ágio - Goodwill amortizado	**(4.276)**	(7.545)	–	–	**(11.820)**	(10.745)	–	–	**(22.565)**
Provisão de gratificação	**–**	12.830	–	–	**12.830**	(743)	–	–	**12.087**
Eliminação dos lucros não realizados	**18.778**	6.817	–	–	**25.595**	7.793	–	–	**33.388**
IRPJ e CSLL sobre SELIC no indébito tributário	**–**	–	–	–	**–**	5.348	–	–	**5.348**
Outros	**14.162**	(12)	–	2.026	**16.175**	(11.174)	–	–	**5.001**
Saldo ativo (passivo)	**158.584**	**69.404**	**19.988**	**(283.043)**	**(35.067)**	**59.788**	**–**	**49.261**	**73.982**

15.3. Conciliacão da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**316.032**	**279.330**	**283.475**	**179.962**
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(107.451)**	**(94.972)**	**(96.382)**	**(61.187)**
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	134.756	117.609	–	–
Efeito de subvenção governamental	–	–	148.846	99.538
Resultados auferidos no exterior líquido dos pagamentos realizados	(2.795)	(19.213)	–	–
Processo - Indébito IRPJ/CSLL sob Selic - Constituição / (Reversão) (*)	(7.243)	11.297	(7.243)	94.107
Multas, brindes, doações, ILP e outras	1.889	(1.097)	6.492	(11.816)
Impactos decorrentes de incorporações e futuras incorporações	–	6.836	–	(814)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	**19.156**	**20.460**	**51.713**	**119.828**
Corrente	**31.215**	**11.297**	**(8.074)**	**50.424**
Diferido	**(12.059)**	**9.163**	**59.787**	**69.404**

(*) Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, em favor do contribuinte, com efeito de repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário (Vide Nota 7).

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia estima que, o crédito fiscal diferido oriundo do prejuízo fiscal e base negativa serão consumidos conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	–	25.229
2024	–	32.837
2025	301	11.544
2026	4.758	58.935
2027	9.650	39.653
2028 em diante	55.919	55.919
	70.628	**224.117**

16. Tributos a recolher

16.1. Políticas contábeis

Os tributos a recolher compreendem pagamentos de tributos em função do regime tributário em que a Companhia está enquadrada que deve ser realizado periodicamente, onde os principais incidentes a todas as empresas são ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

16.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Parcelamentos fiscais	6.439	9.406	14.045	18.694
ICMS	15.455	15.114	31.713	35.084
PIS e COFINS	–	–	2	2.265
Imposto de renda e contribuição social	107	83	38.260	11.146
Outros	1.409	1.262	19.462	10.585
	23.410	**25.865**	**103.482**	**77.774**
Circulante	**19.794**	**19.339**	**95.054**	**64.556**
Não circulante	**3.616**	**6.526**	**8.428**	**13.218**

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

17.1. Políticas contábeis

Movimentação e composição da provisão para contingências:

	Controladora					Consolidado				
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Imobiliárias	Total	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Imobiliárias	Total
31 de dezembro de 2020	**1.803**	**1.452**	**2.631**	**–**	**5.886**	**1.803**	**3.311**	**3.154**	**–**	**8.268**
Adições (reversões)	(618)	362	5.457	–	5.201	(765)	(1.435)	6.057	–	3.857
Aquisição Hering	–	–	–	–	–	6.845	2.831	11.966	–	21.642
Pagamentos	(28)	(156)	(977)	–	(1.161)	(38)	(156)	(1.359)	–	(1.553)
Passivos contingentes (a)	–	–	–	–	–	141.518	118.948	23.941	–	284.407
31 de dezembro de 2021	**1.157**	**1.658**	**7.111**	**–**	**9.926**	**149.363**	**123.499**	**43.759**	**–**	**316.621**
Adições (reversões)	273	(456)	8.505	109	8.431	3.387	(2.645)	8.239	109	9.090
Pagamentos	(266)	(795)	(2.265)	–	(3.326)	(332)	(809)	(2.709)	–	(3.850)
Variação alocação PPA Hering	–	–	–	–	–	43.630	(7.646)	2.969	–	38.953
31 de dezembro de 2022	**1.164**	**407**	**13.351**	**109**	**15.031**	**196.048**	**112.399**	**52.258**	**109**	**360.814**

(a) Valores referentes a mensuração do valor justo dos passivos contingentes assumidos na combinação de negócios da Hering (Nota 3).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda foi avaliado como possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	2.580	1.487	137.237	129.845
Tributárias	48.332	48.241	468.281	462.092
Trabalhistas	7.747	6.233	26.764	43.770
Imobiliário	–	660	17	660
	58.659	**56.621**	**632.299**	**636.367**

A Controlada Hering possui um Processo Administrativo Sancionador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em função de recompra de ações anteriores a combinação de negócios com a Companhia. O processo foi classificado pelos assessores jurídicos da Companhia como possível de perda a qual está estimada entre R$ 14.000 e R$ 42.000.

A Companhia, lastreada em opinião de seus assessores externos, usufrui em 2022 dos valores não pagos referentes ao tributo instituído pela Lei Complementar 190/2022, pela observância do princípio da anterioridade. O valor envolvido, no período de 01 de abril de 2022 a 31 de dezembro de 2022, foi de R$ 47.182 e tem prognóstico de êxito possível.

Os principais processos avaliados como perda possível são:

Cíveis

O principal processo cível é a discussão na controlada Hering contra a Massa Falida do Banco Santos requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao banco. Em contrapartida, a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a controlada Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo pede a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim e suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R$ 50.003, valor garantido judicialmente com carta fiança no valor atualizado da dívida acrescido de 30% exigidos em Lei, conforme determinação judicial. O quarto processo tem por pedido a condenação da controlada ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito (ação monitória), cujo valor cobrado, à

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

17.2. Composição e movimentação

Os saldos de depósitos judiciais e provisão para contingências possuem o seguinte detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais				
Tributários	1.890	1.197	31.644	40.195
Cíveis e trabalhistas	3.010	4.754	13.866	14.394
	4.900	**5.951**	**45.510**	**54.589**
Provisão para contingências				
Cíveis	1.164	1.157	10.900	7.845
Tributárias	407	1.658	1.097	4.551
Trabalhistas	13.351	7.111	25.348	19.818
Imobiliárias	109	–	109	–
Passivos contingentes avaliados a valor justo na aquisição da Hering (Nota 3)	–	–	323.360	284.407
	15.031	**9.926**	**360.814**	**316.621**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continua

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

época do ajuizamento da ação perfazia R$ 26.916. Essa ação encontra-se em fase de cumprimento provisório de sentença. O juízo foi garantido em 29 de setembro de 2020 com seguro garantia judicial, contratado junto à BMG Seguros S.A., correspondente ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei. Intimada do início do cumprimento provisório de sentença, a Hering apresentou impugnação, que foi rejeitada. Em seguida, apresentou embargos, que também foram rejeitados. Diante do proferimento das decisões, a controlada Hering protocolizará agravo de instrumento no prazo legal.
Em resumo, a pretensão da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2022, totaliza R$ 279.876. A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R$ 162.192 e possível para R$ 117.684.

Tributárias

(i) Discussões judiciais na controlada Maria Filó, sendo o principal deles um auto de infração lavrado em razão de cobrança retroativa de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, no valor de R$ 16.273. Conforme previsto em contrato, em caso de eventual perda relacionada a quaisquer dos processos existentes anteriores a aquisição da Maria Filó pela Companhia, a Companhia será reembolsada integralmente pelos antigos acionistas.
(ii) Processo na controlada Hering na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R$ 88.056 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R$ 34.040. Na esfera judicial contra a União Federal litiga em exigências de INSS, no montante atualizado de R$ 43.650, e PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R$ 199.109 ambos os valores assegurados por Seguro Garantia. Na esfera judicial contra o Estado de Goiás, litiga em exigências de ICMS no montante atualizado de R$ 7.279, valores assegurados por depósitos judiciais.
(iii) As demais empresas do Grupo possuem processos relacionados à cobrança de ICMS, totalizando R$ 50.988.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social e reserva de capital

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuído:

	Quantidade de ações		Valores	
	2022	2021	2022	2021
Bloco de Controle	289.228.956	291.605.896	1.491.623	1.503.881
Free float / Outros	495.518.417	493.141.477	2.555.506	2.543.248
	784.747.373	**784.747.373**	**4.047.129**	**4.047.129**

Em 14 de setembro de 2021 o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 1.654.489 devido a emissão de 257.132.433 novas ações ordinárias emitidas na combinação de negócios com a Hering, conforme descrito na Nota 3.
O aumento da reserva de capital, no montante de R$ 2.755.331, tem origem na diferença positiva entre o valor de fechamento das ações da Companhia na data de efetivação do aumento de capital e o preço de emissão das ações conforme ata da AGE de 14 de setembro de 2021.
Em 22 de julho de 2021, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 883.436 devido a emissão de 46.012.270 novas ações ordinárias em função do Follow-on realizado nessa data. Os custos dessa operação totalizaram R$ 38.730.
Em 12 de março de 2021, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 124.046 devido a emissão de 8.461.538 novas ações ordinárias emitidas para aquisição da ByNV, conforme descrito na Nota 3.

b) Ações em tesouraria

As compras e vendas de ações em tesouraria estão alinhadas com a estratégia traçada pela Administração e se referem ao plano de remuneração baseado em ações. Em junho de 2021, as ações em tesouraria foram impactadas em função de um acordo entre a Companhia e um ex-executivo no valor de R$ 21.953. Em 4 de agosto de 2021 ocorreu o cancelamento total das ações em tesouraria da Companhia.

c) Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros, constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos contábeis e aumentar o capital.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A Companhia reconhece como ajuste de avaliação patrimonial as diferenças cambiais sobre a conversão de operações de suas investidas no exterior.

f) Dividendos Mínimos Obrigatórios

Os dividendos da Controladora foram calculados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**335.188**	**299.790**
(-) Constituição de reserva legal de 5%	16.760	14.990
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**318.428**	**284.800**
Dividendos mínimos obrigatórios de 25% em 31.12.2022 e 31.12.2021	**79.607**	**71.200**
Dividendos por ação	0,1014	0,0907

A composição e movimentação dos dividendos a pagar podem ser demonstradas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020	–	–
Dividendos a pagar provenientes de combinação de negócios	–	24.314
Dividendos pagos em 2021	–	(23.477)
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2021	71.200	71.200
Dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021	**71.200**	**72.037**
Dividendos pagos em 2022	(71.200)	(72.037)
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2022	79.607	79.607
Dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022	**79.607**	**79.607**

(*) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. O qual foi realizado em junho de 2022.

19. Receita líquida de vendas

19.1. Políticas contábeis

O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:
(i) A identificação do contrato com o cliente;
(ii) A identificação das obrigações de desempenho;
(iii) A determinação do preço da transação;
(iv) A alocação do preço da transação; e
(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.
Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.
A receita bruta é apresentada deduzida dos impostos sobre vendas, das devoluções, se houver dos descontos incondicionais e do ajuste ao valor presente, e no consolidado inclui também as eliminações de receitas entre partes relacionadas. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas operacionais, na rubrica "Outras despesas operacionais".
A Companhia opera com e-commerce, atacado e uma cadeia de lojas para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, por intermédio de dinheiro e cartões de débito, e a prazo por meio de cartões de crédito e boletos.

19.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vendas brutas de mercadoria e produtos	2.159.064	1.607.934	5.920.541	3.490.456
(-) Impostos sobre vendas	(497.437)	(377.534)	(779.002)	(476.287)
(-) Devoluções	(86.661)	(78.089)	(271.019)	(222.491)
	1.574.966	**1.152.311**	**4.870.520**	**2.791.678**

20. Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(315.322)	(249.728)	(804.569)	(539.301)
Ocupação	(103.015)	(72.876)	(147.804)	(90.883)
Serviços de terceiros	(43.292)	(41.263)	(332.098)	(180.368)
Propaganda e publicidade	(109.082)	(101.312)	(346.094)	(218.804)
Fretes e embalagens	(51.407)	(42.077)	(166.954)	(96.152)
Depreciação e amortização	(21.398)	(14.809)	(144.853)	(60.389)
Amortização - IFRS 16	(45.917)	(51.539)	(86.310)	(71.848)
Comissão de cartão de crédito	(37.612)	(25.068)	(52.257)	(27.478)
Remuneração baseada em ações	(12.331)	–	(12.331)	–
Outros	(21.489)	(31.828)	(220.014)	(133.742)
	(760.865)	**(630.500)**	**(2.313.284)**	**(1.418.965)**

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Descontos recebidos (i)	173.430	189.684	1.260	2.901
Descontos obtidos com arrendamentos	–	17.458	–	17.647
Juros sobre aplicações financeiras	14.925	14.024	76.365	27.433
Correção monetária sobre créditos tributários (ii)	2.038	10.281	2.777	10.434
Valor justo do *swap* cambial	–	–	–	7.593
Remuneração FIDC	5.475	5.562	–	–
Outras receitas financeiras	2.224	332	2.511	874
	198.092	**237.341**	**82.913**	**66.882**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(9.738)	(7.954)	(125.917)	(31.582)
Juros sobre arrendamento	(22.889)	(16.057)	(33.600)	(23.307)
Ajuste a valor justo de derivativos (Nota 23.3)	–	–	(1.590)	(1.742)
Tributos	(12.972)	(10.101)	(14.578)	(10.849)
Ajuste a valor presente	–	–	(47.456)	(6.149)
Outras despesas financeiras (iii)	(5.816)	(2.486)	(23.096)	(13.005)
	(51.415)	**(36.598)**	**(246.237)**	**(86.634)**
	146.677	**200.743**	**(163.324)**	**(19.752)**

(i) São receitas decorrentes de antecipações de pagamentos de compras de mercadorias, principalmente realizadas com controladas.
(ii) Referem-se, principalmente, a atualização monetária dos créditos de ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins, conforme descrito na Nota 7.
(iii) Referem-se, principalmente, a descontos concedidos a terceiros.

22. Resultado por ação

a) Básico

O lucro básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, deduzido as ações em tesouraria.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	335.188	299.790
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	784.747	483.293
Lucro básico por ação, (em Reais)	**0,43**	**0,62**

b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação como apurada anteriormente, supondo-se a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	335.188	299.790
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	784.747	483.293
Ajuste por plano de remuneração baseado em ações	5.236	–
Quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado diluído por ação (em milhares)	789.983	483.293
Lucro diluído por ação, (em Reais)	**0,42**	**0,62**

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

23.1. Políticas contábeis

O IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado.
Ativos financeiros - Custo amortizado
São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado
São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.
Ativos financeiros - Mensuração inicial
No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente
• Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
• Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.
Redução ao valor recuperável
A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.
Passivos financeiros - Reconhecimento inicial
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).
Passivos financeiros - Mensuração subsequente
• Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
• Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

23.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Valor justo hierárquico

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:
Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Controladora

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2022	Saldo contábil 2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	100.937	55.105
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	30.772	59.462
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	463.310	406.318
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	4.900	5.951
			599.919	**526.836**
Passivos financeiros				
Fornecedores e aluguéis a pagar	Custo amortizado	–	74.326	39.957
Empréstimos e financiamentos a pagar	Custo amortizado	–	97.896	98.431
Salários e encargos	Custo amortizado	–	47.710	39.260
Contas a pagar por combinações de negócios	Custo amortizado (*)	–	118.412	141.184
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	–	143.480	128.757
			481.824	**447.589**

Consolidado

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2022	Saldo contábil 2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	337.557	224.061
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.118	11.068
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	1.346.314	1.212.548
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	45.510	54.589
Derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	–	1.860
			1.740.499	**1.504.126**
Passivos financeiros				
Fornecedores e aluguéis a pagar	Custo amortizado	–	604.791	466.295
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias e serviços	Custo amortizado	–	189.605	119.953
Empréstimos e financiamentos a pagar	Custo amortizado	–	917.437	784.711
Salários e encargos	Custo amortizado	–	144.187	125.426
Contas a pagar por combinações de negócios	Custo amortizado (*)	–	118.412	141.184
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	–	286.839	275.290
Derivativos passivos	Valor justo por meio do resultado		406	1.259
			2.261.677	**1.914.118**

(*) O valor da contraprestação contingente da combinação de negócios da ByNV está reconhecido a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros contabilizados aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, descontos a valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

23.2. Gestão de risco

Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante o ano findo em 31 de dezembro de 2022.
Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia de risco cambial e risco de taxa de juros.
A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.
O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas.
A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	100.937	55.105	337.557	224.061
	100.937	**55.105**	**337.557**	**224.061**
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	–	–	(189.605)	(119.953)
Empréstimos e financiamentos	(97.896)	(98.431)	(917.437)	(784.711)
Derivativos líquidos - swap	–	–	(406)	601

A análise de sensibilidade do câmbio é demonstrada como segue:

Swap cambial	Risco	Cenário Provável	Cenário III - Valorização da moeda 25%	Cenário IV - Valorização da moeda 50%	Cenário I - Desvalorização da moeda 25%	Cenário II - Desvalorização da moeda 50%
Taxa de câmbio em 31/12/2022		5,2177	5,2177	5,2177	5,2177	5,2177
Taxa de câmbio estimada para o exercício 2023		5,6021	7,0026	8,4031	4,2016	2,8010
Empréstimos em moeda estrangeira	Variação US$	(5.439)	(29.948)	(54.456)	19.069	43.578
Swaps (ponta ativa em moeda estrangeira)	Variação US$	1.755	26.312	50.869	(22.802)	(47.359)
Efeito líquido		**(3.684)**	**(3.636)**	**(3.587)**	**(3.733)**	**(3.781)**

Risco de juros
A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos junto a bancos de primeira linha no Brasil, em sua maioria indexados à variação do CDI. O risco da operação deriva da possibilidade de variações relevantes no CDI.
A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2022, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	Cenário I atual	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa do CDI (a.a.)	13,65%	17,06%	20,48%
Despesas com juros projetadas (*)	(221.905)	(255.120)	(287.721)

(*) Calculados até o término de cada contrato indexado.
Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.
A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação a contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamentos a pagar	(143.480)	(128.757)	(286.839)	(275.290)
	(241.376)	**(227.188)**	**(1.394.287)**	**(1.179.353)**
Dívida líquida	**(140.439)**	**(172.083)**	**(1.056.730)**	**(955.292)**
Total do patrimônio líquido	7.404.929	7.146.154	7.404.929	7.146.154
Índice de alavancagem (%)	**(1,90%)**	**(2,41%)**	**(14,27%)**	**(13,37%)**

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

a) Riscos de mercado

Risco cambial
O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte-americano.
Atualmente a Companhia detém passivos em moeda estrangeira registrados na rubrica de fornecedores.
Todos os empréstimos realizados pela Companhia em moeda estrangeira são protegidos via *hedge,* os quais mitigam a exposição da Companhia a variação cambial.
O saldo das operações em moeda estrangeira abertas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de, respectivamente, US$ 20.230 e US$ 4.501.

O risco de crédito da Companhia em depósitos e aplicações financeiras é mitigado pela Política de Investimentos Financeiros, que permite apenas aplicações em bancos de primeira linha.
No âmbito do contas a receber de clientes a mitigação vem do fato de que a maior parte do contas a receber é junto às principais adquirentes de cartão de crédito, que reduzem significativamente os níveis de risco e são constantemente monitorados pela Companhia.

b) Risco de liquidez

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.
A Administração possui políticas e diretrizes para a melhor decisão ao nível de alocação do caixa livre da Companhia.
Desta forma, são segregados os ativos permitidos e suas condições adicionais, onde as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa devem possuir retorno esperado ao piso estabelecido, além de rentabilidade bruta desconsiderando impacto de impostos de 100% do CDI, sem prazo de carência para resgate e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
O perfil de investimento permitido se limita aos seguintes tipos de aplicação financeira: Títulos públicos federais, CDB, Letras Financeiras e Operações compromissadas. Qualquer outro tipo de aplicação não listada na política da Companhia deve passar por aprovação prévia do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças do Grupo.
A Companhia mantém um caixa mínimo obrigatório, o qual é calculado trimestralmente a partir de premissas da Companhia, sendo obrigatório que 100% do caixa mínimo de liquidez seja investido em ativos com liquidez diária.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das demonstrações contábeis e a data contratual do vencimento.

Controladora

	Posição 31/12/2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	74.326	74.326	74.326	–	–	–	–
Contas a pagar por combinação de negócios	118.412	118.412	22.326	22.326	22.326	22.326	29.108
Arrendamentos a pagar	143.480	164.692	13.776	19.516	36.719	42.676	52.005
Empréstimos	97.896	113.964	28.706	697	27.550	4.069	52.942
	434.114	**471.394**	**139.134**	**42.539**	**86.595**	**69.071**	**134.055**

Consolidado

	Posição 31/12/2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	794.396	794.396	794.396	–	–	–	–
Contas a pagar por combinação de negócios	118.412	118.412	22.326	22.326	22.326	22.326	29.108
Arrendamentos a pagar	286.839	329.246	27.541	39.016	73.407	85.316	103.966
Empréstimos	917.437	1.123.643	193.149	108.103	184.601	291.076	346.714
	2.117.084	**2.365.697**	**1.037.412**	**169.445**	**280.334**	**398.718**	**479.788**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

continuação

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ: 10.285.590/0001-08

23.3. Derivativos

Swap de dívida em moeda estrangeira

A Companhia mantém contratos de *swaps* para proteger sua exposição em dólares norte-americanos. Os swaps trocam o fluxo de juros e principal em moeda estrangeira por reais mais um percentual do CDI. No consolidado a posição líquida desses derivativos estão registradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente no passivo e ativo por R$ 406 e R$ 601.

23.4. Variações no passivo consolidado geradas por atividades de financiamento

	31/12/2020	Captações	Juros e variação monetária	Pagamento de aquisições e principal	Pagamento de juros	Destinação de dividendos	Pagamento de dividendos	Aquisições	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	257.246	563.885	22.611	(148.033)	(13.566)	–	–	102.568	784.711
Arrendamentos a pagar	165.552	74.944	5.660	(66.584)	–	–	–	95.718	275.290
Contas a pagar por combinação de negócios	–	–	–	(1.563.717)	–	–	–	1.704.901	141.184
Dividendos a pagar	–	–	–	–	–	71.200	(23.477)	24.314	72.037
	422.798	**638.829**	**28.271**	**(1.778.334)**	**(13.566)**	**71.200**	**(23.477)**	**1.927.501**	**1.273.222**

	31/12/2021	Captações	Juros e variação monetária e cambiais, líquidos	Pagamento de aquisições e principal	Pagamento de juros	Destinação de dividendos	Pagamento de dividendos	Proveniente de aquisições	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	784.711	317.422	116.375	(205.915)	(95.156)	–	–	–	917.437
Arrendamentos a pagar	275.290	94.876	33.600	(116.927)	–	–	–	–	286.839
Contas a pagar por combinações de negócios	141.184	–	–	(22.772)	–	–	–	–	118.412
Dividendos a pagar	72.037	–	–	–	–	79.607	(72.037)	–	79.607
	1.273.222	**412.298**	**149.975**	**(345.614)**	**(95.156)**	**79.607**	**(72.037)**	**–**	**1.402.295**

24. Remuneração baseada em ações

24.1. Políticas contábeis

O incentivo dos executivos através de remuneração baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções são outorgadas, em conta específica no passivo em contrapartida no resultado do exercício, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o executivo adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original.

24.2. Características e composição

A Companhia oferece a pessoas consideradas estratégicas no negócio, plano de opção de compra de ações. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga e a despesa é registrada ao longo do período de maturação (*vesting period*). Cabe ao Conselho de Administração fixar os critérios para seleção dos beneficiários e premissas do plano.

Em 03 de fevereiro de 2022, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária dois modelos de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, o Modelo de Opções de Compra de Ações e o Modelo de Outorga de Ações Restritas, e determinou os termos e condições para a outorga das opções, sem custos para as pessoas abrangidas, em consonância ao previsto no artigo 168, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração, o 1º programa de Opção de Compra de Ações. Foram outorgadas no 1º programa um total de até 5.236.439 ações ordinárias, correspondentes a 0,67% do capital social da Companhia na data da reunião. O valor justo médio estimado é de R$ 10,38 por opção.

O preço de exercício a ser pago pelo beneficiário do programa, em caso de exercício das opções, será realizado pelo valor de R$ 12,71 por ação. Elas serão exercíveis em 3 lotes pelos beneficiários entre os anos de 2024 e 2028. O percentual de desistência estimado é de 10%.

Para a mensuração do valor justo, considerou-se o modelo de *Black-Scholes-Merton*. As principais premissas utilizadas para o cálculo do valor justo do programa e expectativa de exercício das opções pelos associados até 2028 estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de Opções	Taxa livre de risco % a.a	Volatilidade do preço da ação %	*Dividend Yield %*
2024	1.221.836	8,96	46,76	0,69
2025	1.658.206	9,34	46,76	0,69
2026	2.007.302	9,52	46,76	0,69
2027	261.822	9,72	46,76	0,69
2028	87.273	9,83	46,76	0,69
	5.236.439			

Os custos de remuneração das opções no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R$ 12.331, registrados em outras despesas operacionais tendo como contrapartida as rubricas reserva de capital e outras contas a pagar, respectivamente por R$6.249 e R$6.082.

25. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	2022	2021
Lojas e Sede Administrativa	Incêndio, Desastres naturais, Despesas fixas, Alagamento, Letreiros, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, *Lockout*, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil.	30.000	31.513
Centros de distribuição e Indústria	Incêndio, Alagamento, Letreiros, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, *Lockout*, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil.	208.498	66.752
Veículos	Incêndio, colisão, roubo, furto, assistência, acidentes pessoais - coberturas para passageiros e terceiros.	100% tabela FIPE	
Responsabilidade civil e D&O	Custos de Defesa e honorários dos advogados dos segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral. Multas e penalidades cíveis e administrativas.	60.000	57.000
Estoque da Animale Oro	Roubos de as mercadorias do estoque de revenda, as matérias primas consistidas de pedras e metais, preciosos e semipreciosos, joias, pérolas e relógios, óculos pertencentes a terceiros.	1.700	2.400

26. Evento subsequente

No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

Diretoria Estatutária
Rodrigo Cardozo Martins - Diretor de Controladoria
Anderson Brito Vivas - Contador - CRC-RJ 116.265/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do Grupo de Moda Soma S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 154. CEP: 22.290-240, Botafogo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.285.590/0001-08, declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

Roberto Jatahy - Diretor Presidente
Gabriel Lobo - Diretor **Marcello Bastos -** Diretor
Gustavo Fonseca - Diretor **Alisson Calgaroto -** Diretor
Rodrigo Martins - Diretor **Tiago Dowsley -** Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do Grupo de Moda Soma S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 154. CEP: 22.290-240, Botafogo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.285.590/0001-08, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

Roberto Jatahy - Diretor Presidente
Gabriel Lobo - Diretor **Marcello Bastos -** Diretor
Gustavo Fonseca - Diretor **Alisson Calgaroto -** Diretor
Rodrigo Martins - Diretor **Tiago Dowsley -** Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Grupo de Moda Soma S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis da Companhia, incluindo as respectivas Notas Explicativas e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022. Com base nas análises efetuadas e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 06 de março de 2013, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, e sem ressalvas, que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que os documentos referidos acima estão em condições de serem apreciados e votados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

Luiz Claudio Fontes - Presidente
Vitor Hidalgo Bonfim José Luiz de Souza Gurgel

PARECER DO COMITÊ DE RISCOS, AUDITORIA E FINANÇAS

Os membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Grupo de Moda Soma S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da Companhia e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e por seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, que tais documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e sua submissão à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser convocada.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

Edison Ticle de A. Melo e Souza Filho - Coordenador e Membro do Comitê
Marcel Sapir - Membro do Comitê Mauro Moreira - Membro do Comitê

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas do
Grupo de Moda Soma S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo de Moda Soma S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo de Moda Soma S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

1. Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A. possuem contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota 11.

Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota explicativa 19, as receitas da Companhia e suas controladas são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio de suas lojas físicas, vendas diretas a terceiros ou *e-commerce*, e as modalidades de pagamento aceitas pela Companhia e suas controladas são cheque, cartão de crédito e débito, dinheiro, pix e boleto bancário. O alto volume de vendas e a quantidade de lojas requerem controles e processos que garantam a integridade das operações.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (vi) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de varejo. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos ajuste de auditoria que não foi registrado pela diretoria tendo em vista a sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Estoques

Conforme descrito na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de estoques consolidados no montante de R$1.207.610 mil. Os estoques da Companhia e suas controladas são compostos de matéria prima, produtos em processo e produtos acabados de peças de vestuário e acessórios. As matérias-primas são em sua grande maioria importadas dos grandes centros da Ásia e os produtos em processo referem-se aos itens do estoque que foram remetidos a confecções terceirizadas ou em produção nas unidades fabris.

A Companhia e suas controladas possuem um número significativo de lojas, além dos centros de distribuição, o que requer processos e controles sobre a existência física dos estoques. Além disso, o grande volume de compras e vendas de mercadorias faz com que a valorização dos estoques se torne complexa e relevante.

Devido ao montante envolvido, elevado número de entradas e saídas, envolvimento de terceiros na confecção e estoques divididos entre diversas localidades, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques de lojas e centros de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio dos itens selecionados; (iv) confirmação dos principais saldos com confecções terceirizadas; (v) avaliação dos critérios utilizados pela diretoria para cálculo da provisão para perdas na realização dos estoques e revisão dos cálculos efetuados; e (vi) avaliação da necessidade de provisão para perdas na realização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os estoques, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP- 015199/O
Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC RJ-101080/O

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

GNI21 RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 34.398.837/0001-52

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	Passivo	2021
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3	Contas a pagar por aquisições	800
Total do ativo circulante	3	Total do passivo circulante	800
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Investimentos	17.815	Contas a pagar por aquisições	1.600
		Adiantamento para futuro aumento de capital	14.760
Total do ativo não circulante	17.815	Total do passivo não circulante	16.360
		Patrimônio líquido	
		Capital social	
		Reserva de lucros	658
		Total do patrimônio líquido	658
Total do ativo	17.818	**Total do passivo e patrimônio líquido**	17.818

Demonstrações Financeiras do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021
Custos e despesas operacionais	
Equivalência Patrimonial	658
Total dos custos e despesas operacionais	658
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	658
Resultado financeiro líquido	-
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	658
Impostos sobre o lucro	-
Lucro líquido do exercício	658

Otávio de Garcia Lazcano
Diretor

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC-RJ 068910/O-6

SINDICATO DOS CORRETORES E DAS EMPRESAS CORRETORAS DE SEGUROS, DE RESSEGUROS, DE VIDA, DE CAPITALIZAÇÃO E DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ Nº 33.915.117/0001-54

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Corretores e das Empresas Corretoras de Seguros, de Resseguros, de Vida, de Capitalização e de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - SINCOR/RJ, no uso de suas atribuições, serve-se da presente, para convocar os Corretores de Seguros, pessoas físicas e jurídicas, para comparecerem à AGE, a ser realizada em 21 de março de 2023, às 13:30 horas, e em segunda e última convocação às 14:00 horas, com qualquer número de corretores de seguros presentes, na Sede do Sindicato, Rua dos Mercadores, 10, Centro, nesta Cidade. A Ordem do Dia: **1)** Examinar e deliberar as Cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho propostas pelo SINSEC - Sindicato dos Securitários do Estado do Rio de Janeiro, referente ao ano de 2023; **2)** Examinar e deliberar as Cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho propostas pelo SINTRES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 14 de março de 2023. Henrique Jorge Duarte Brandão - Presidente.

SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS

CNPJ: 44.019.198/0001-20 - NIRE: 33.3.0027025-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. São convidados os senhores acionistas de SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se em 30 de março de 2023, às 10:00 horas, em 1ª convocação, na sede social na Rua da Glória, nº 122, salas 701 e 702, Glória, nesta Capital, CEP 20.241-180, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, cujas cópias e documentos se encontram na sede da sociedade à disposição dos acionistas; **b)** Deliberação e destinação do resultado do exercício **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alteração dos estatutos sociais no que se refere a representação da sociedade, para aumentar a alçada dos demais Diretores, sem a necessidade da assinatura do Diretor Presidente. Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão - Diretor Presidente.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.

CNPJ: 14.821.124/0001-42

CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A., na qualidade de emissora de ações ordinárias ("Companhia"), vem convocar os titulares de ações ("Acionistas"), nos termos do art. 124 da Lei 6404/76, para reunião em Assembleia Geral de Acionistas ("Assembleia Geral de Acionistas"), a ser realizada no dia 23 de março de 2023, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, sendo certo que o link de acesso, bem como as orientações gerais para participação, serão enviados, oportunamente, pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), a fim de que os acionistas examinem, discutam e deliberem, na Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada às 10:00 (dez horas), sobre: (i) aumento de capital da Companhia, com consequente reforma do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia.

SUDELETRO S.A.

CNPJ 33.102.153/0001-07

Convocação: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO/AGE a realizar-se em 31/03/2023, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi, 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; B) Destinação dos Resultados; C) Eleição da Diretoria para o próximo triênio, Fixação dos Honorários da Diretoria; D) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 13/03/2023. a) Silvia Véras de Lacerda Guimarães - Presidente.

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.

CNPJ 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 166, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº. 01.629.083/0001-45

CONVOCAÇÃO. Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco I, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 03/04/2023, em 1a convocação, visando deliberar sobre a Eleição dos membros do Conselho de Administração da Cia. Rio de Janeiro, RJ, 13 de março de 2023. Benony Schmitz Filho - Presidente do Conselho de Administração.

LAR DE TEREZA - INSTITUIÇÃO ESPÍRITA-CRISTÃ DE ESTUDO E CARIDADE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Superior do Lar de Tereza - Instituição Espírita-Cristã de Estudo e Caridade, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os seus membros, no gozo de seus direitos, para, nos termos dos artigos 16, 17 e 24 do Estatuto Social do Lar de Tereza, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 26/04/2022, se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária – AGO**, a ser realizada por videoconferência, no próximo dia 28/03/2023**,** em primeira convocação às 19horas e 30 minutos**,** com a maioria absoluta dos membros fundadores e efetivos, e em segunda e última convocação às 20h, com qualquer número dos referidos membros, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomada de contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, relativas ao exercício de 2022, após conhecidos os pareceres do Conselho Superior e do Conselho Fiscal sobre essas matérias, conforme previsto no inciso I, do art.23, do Estatuto Social do Lar de Tereza; **2.** Eleição para membros do Conselho Superior e Diretoria. **3**. Assuntos Gerais. Obs.: o link da reunião será enviado para todos os membros. SIMONE ANTAKI MOUSSATCHÉ - Presidente do Conselho Superior. Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

ICTSI RIO BRASIL TERMINAL1 S/A

CNPJ: 02.373.517/0002-32

AUDITORIA AMBIENTAL

A ICTSI RIO BRASIL TERMINAL1 S/A torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 07/02/2023, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2022, referente às atividades de operações portuárias de embarque, desembarque, movimentação, armazenagem e conferência aduaneira de contêineres e cargas soltas (exportação e importação), bem como descarregamento de granéis sólidos não perigosos (calcário dolomítico e calcítico, cloreto de potássio, uréia, nova NPK 16-30-16 (fertilizante mineral misto) e gypsita (sulfato de cálcio)), em uma área total de 188.037,30 m2, englobando: armazéns de importação, perdimento, bagagem e produtos químicos (exceto inflamáveis e informa que este estará à disposição para consulta na av. Rio de Janeiro, s/nº - Terminal de Conteiner 1 - Caju, no Município do Rio de Janeiro, no período de 06/03/2023 a 31/03/2023, no horário das 9h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD-07/014.277/2018)**.**

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias 77, sala 1701, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

VIAÇÃO MAUÁ S.A.

CNPJ 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

LRS PARTICIPAÇÕES INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ Nº. 10.551.544/0001-03 - NIRE 33.3.0028900-3

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.

CNPJ 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 136, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40 - NIRE 33.300.014.004

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2023. Data, Horário e Local: 03/02/2023, às 11:00, na Avenida República do Chile nº 330, 24 e 25 andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-170. **Mesa:** Presidente: James Wayne Weakley, representado por seu procurador, Sr. David Legher Aguilar; Secretária: Sra. Bruna Lazaroff. **Presença:** presentes os membros representando a totalidade do Conselho de Administração da Companhia, com utilização de videoconferência, conforme relação abaixo. **Convocação:** dispensadas as evidências de cumprimento das formalidades de convocação para a Reunião, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia: (i)** Formalizar a constituição da filial localizada na cidade de Vitória, na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, salas 507, 508 e 509 do Edifício Global Tower, Enseada do Suá, Vitória, Espirito Santo, CEP: 29050-335; **(ii)** Formalizar a constituição da filial localizada na cidade de Salvador, na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1201 e 1204, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790; **(iii)** Formalizar a constituição da filial localizada na cidade de Salvador, na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1202 e 1203, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790; **(iv)** Formalizar a constituição da filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, Salas A3, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.250-040; e **(v)** outros assuntos de interesse geral da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** os membros do Conselho de Administração decidiram por unanimidade e sem ressalvas, em observância ao Estatuto Social da Companhia: **(i)** aprovar a constituição da filial da cidade de Vitória, na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, salas 507, 508 e 509 do Edifício Global Tower, Enseada do Suá, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29050-335; **(ii)** aprovar a constituição da filial localizada na cidade de Salvador, na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1201 e 1204, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790; **(iii)** aprovar a constituição da filial localizada na cidade de Salvador, na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1202 e 1203, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790; **(iv)** aprovar a constituição da filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, Salas A3, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.250-040; **(v)** observadas as alterações acima deliberadas e objetivando consolidar a relação de filiais, os membros do Conselho de Administração aprovaram, ainda, a nova versão do quadro de filiais, na forma abaixo:

Relação de Filiais - Identificação atual:

33.061.813/0002-21	Rua Mena Barreto, nº 114/ Botafogo, CEP 22271-100, Rio de Janeiro/RJ
33 .061.813/0004-93	Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 240, 5º andar, conjuntos 51 e 52, Cidade Monções, CEP 04571-020, São Paulo/SP
33.061.813/0005-74	Rua Ramos Batista, 198, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, São Paulo/SP
33.061.813/0007-36	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1645, 12º andar, Conjuntos 121 e 122, Brooklin Novo, CEP 04571-011, São Paulo/SP
33.061.813/0008-17	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1645, 5º andar, Conjuntos 51 e 52, Brooklin Novo, CEP 04571-011, São Paulo/ SP
33.061.813/0021-94	Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.055, sala 04-112, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04538-133
33.061.813/0026-07	Avenida das Nações Unidas, nº 12901, Sala 133,conjunto N-2302, localizadas no 23º pavimento do CENU torre norte, Brooklin Paulista, CEP 04578-910, São Paulo/SP
33.061.813/0029-41	Avenida João Wallig, nº 1.800, Salas 4001 e 4004 (Shopping Center Iguatemi), Passo da Areia, CEP 91349-900, Porto Alegre/RS
33.061.813/0059-67	Rua Senador José Henrique, nº 231 - 22º andar, salas 2201 a 2206, Ilha do Leite, CEP 50070-460, Recife/PE
33.061.813/0034-09	Praça Senador Salgado Filho, nº 1, salas 101 a 116 e lojas 301 a 304, Centro, CEP 20021-340, Rio de Janeiro/RJ
33.061.813/0035-90	Avenida Paulista, nº 2.537, 8º andar, sala 106, Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01311-300
33.061.813/0042-19	Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, sala 16W101 e 16W103, Conjuntos 11, 21, 22, 161, 162, 171, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, São Paulo/ SP
33.061.813/0043-08	SCS, Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco A, salas 102 e 803, CEP 70308-200, Asa Sul, Brasília/DF
33.061.813/0044-80	Avenida Carlos Gomes, nº 222, Sala 401, Boa Vista, CEP 90480-000, Porto Alegre/RS
33.061.813/0050-29	Rua Heitor Stockler de França, nº 396, Torre 2, 703 e 704, Centro Cívico, CEP 80030-030, Curitiba/PR
33.061.813/0054-52	Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, conjuntos 1 e 2 - Torre B1 Aroeira - Vila Gertrudes - São Paulo/SP, CEP: 04794-000
33.061.813/0055-33	Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, conjuntos 1 e 2 - Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo/SP
33 .061.813/0113-47	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., nº 126, Unidade do Shopping, Unidades 1, 2 e 3, Lâmina I, 3º Pavimento, Salas 301, 302 e 303, Del Castilho, CEP 20765-000, Rio de Janeiro/RJ
33.061.813/0116-90	Avenida Maurílio Biagi, 800, nº 31 e 32 - 3º pavimento - Edifício Corporate, Santa Cruz do José Jacques, CEP 14020-750, Ribeirão Preto/SP
33.061.813/0117-70	Avenida Rondon Pacheco, nº 4600, Bairro Tibery, CEP 38405-142, Uberlândia/MG
33.061.813/0119-32	Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 11° andar, Salas 1101, 1102, 1103 e 1104 e 14° andar, 1401,1402,1403 e 1404, Vila da Serra, CEP 34006-056, Nova Lima/MG
33.061.813/0120-76	Av. Batel, nº 1230, Sobreloja, Batel, CEP 80250-180, Curitiba/PR
33.061.813/0121-57	Rua dos Inconfidentes, nº 1190, 2º Andar, Savassi, CEP 30140-907, Belo Horizonte/MG
33.061.813/0122-38	Rua Paisagem nº 220, Sala 31, Vila da Serra, CEP 34006-059, Nova Lima/MG
33.061.813/0056-14	Avenida Dr. Carlos Grimaldi, nº 1701, conjunto 3A - 3º pavimento, Jardim Conceição/Souzas - Condomínio Galleria Corporate, CEP 13091-000, Campinas/SP
33.061.813/0057-03	Avenida Jamel Cecilio, nº 2929, Quadra B 27 - salas 1201 a 1204 e 1301 a 1304, Edifício Brookfield Towers, torre B - Jardim Goiás, CEP 74810-100, Goiânia/GO
33.061.813/0060-09	Rua Desembargador Moreira, nº 1300, salas 901 a 921 - Bairro Aldeota, CEP 60170-002, Fortaleza/CE
Em constituição	Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, salas 507, 508 e 509 do Edifício Global Tower, Enseada do Suá, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29050-335
Em constituição	Formalizar a constituição da filial localizada na cidade de Salvador, na Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1201 e 1204, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790
Em constituição	Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1.225, Salas 1202 e 1203, STIEP, Salvador, Bahia, CEP: 41.770-790
Em constituição	Praia de Botafogo, nº 501 - 5° andar, Salas A3, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.250-040

(vi) os administradores da Companhia ficam desde já autorizados, pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a tomar todas as providências cabíveis para a efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo todas as providências relacionadas às comunicações perante as repartições públicas competentes, se e quando for o caso. **Leitura e Lavratura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo havido qualquer manifestação, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Sr. James Wayne Weakley, representado por seu procurador, David Legher Aguilar; Secretária: Bruna Lazaroff; **Conselheiros Presentes: (a)** Sr. James Wayne Weakley, representado por seu procurador, David Legher Aguilar; **(b)** Sr. Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo, representado por seu procurador, Sr. Gustavo Santos Raposo; e **(c)** Sr. David Legher Aguilar. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2023. **Mesa: James Wayne Weakley** - Presidente da Mesa, p.p. David Legher Aguilar; **Bruna Lazaroff -** Secretária. **Conselheiros presentes: James Wayne Weakley** - Membro do Conselho de Administração, p.p. David Legher Aguilar; **David Legher Aguilar** - Membro do Conselho de Administração. **Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo** - Membro do Conselho de Administração, p.p. Gustavo Raposo. JUCERJA sob os nºs 33901900084, 00005360281, 32900770917, 29902060052, 29902060061 em 08/03/2023.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.

CNPJ 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

JUSTIÇA

Eventos no Rio marcam o legado de Marielle Franco

Em busca por justiça, o Instituto Marielle Franco organizou uma agenda cheia de eventos que foi realizada ao longo do dia, no Rio de Janeiro. O Festival Justiça por Marielle e Anderson começou, às 18h, na Praça Mauá, zona portuária da cidade, com a presença da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, irmã da vereadora. O evento marca meia década desde o assassinato ainda sem resolução da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes.

Pela manhã, foi inaugurada a escultura "Marielle Gigante", de 11 metros de altura, no Museu de Arte do Rio (MAR), e a exposição A Voz de Marielle, no Museu do Amanhã, instalação que usa tecnologia de realidade aumentada e reconhecimento facial para conectar imagens da vereadora com seus discursos, além de obras em homenagem à vereadora.

Também pela manhã, foi celebrada uma missa por Marielle e Anderson na Igreja Nossa Senhora do Parto, próxima à estátua de Marielle, instalada no Buraco do Lume, no centro do Rio. Os padres Luciano e Vanderson levaram à homilia uma mensagem voltada para a necessidade de se colocar a Justiça como uma questão de alcançar a paz, não como vingança, lembrando que Marielle levou sua mensagem para sua comunidade, para o Rio de Janeiro e agora leva para o mundo.

Estiveram presentes na missa os pais de Marielle, Marinete e Antônio Francisco; a viúva, Mônica Benício; e a filha, Luyara Santos, assim como a esposa de Anderson do Carmo, Agatha Arnaus, e muitos amigos que lotaram a igreja.

Na parte da tarde, houve o lançamento do sétimo Boletim de Segurança Pública na Maré, da Redes da Maré, e à noite, das 18h às 23h, a Praça Mauá foi ocupada pelos shows do Festival com artistas como Djonga, Luedji, Azula, Baile Black Bom e Bia Ferreira, além das participações especiais de Marcelo D2 e Criolo.

"Agora, com a mudança no governo, crescem as esperanças de que as autoridades responsáveis cumprirão seu papel", afirma o Instituto Marielle pelas redes sociais, acrescentando que cinco anos sem respostas é tempo demais.

O Festival conta com apoio logístico do Pier Mauá, Museu do Amanhã, Porto Maravilha, MAR, Prefeitura do Rio e do Comitê Justiça por Marielle e Anderson.

Na segunda-feira (13), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou uma mensagem à Câmara dos Deputados pedindo urgência para votar o projeto que cria o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento a Violência Política de Gênero e Raça, a ser celebrado em 14 de março.

O projeto proposto pelo Palácio do Planalto tem o objetivo de "conscientizar a sociedade a respeito das violências sofridas pelas mulheres no ambiente político, em especial, mulheres negras".

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 93C6-3D10-B5CF-261E.

Infracommerce CXAAS S.A.

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300577.361

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") que será realizada às 14h00 do dia 5 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os itens da Ordem do Dia descritos neste Edital. **1. Considerações sobre a Ordem do Dia:** A Assembleia está sendo convocada principalmente no contexto do aviso de fato relevante divulgado pela Companhia em 9 de janeiro de 2023, por meio do qual foram divulgadas informações sobre a aquisição pela Companhia, por meio de determinadas operações, da Ecomsur Holding SpA ("Ecomsur"), atual razão social da Ecomsur Holding S.A., sociedade constituída e sediada no Chile. Dessa maneira, os principais itens da Ordem do Dia se relacionam com o *Master Agreement*, celebrado em 6 de janeiro de 2023 ("Contrato Ecomsur"), por e entre Inversiones Galilea S.A. ("Inversiones"), IG-Ventures S.A. ("IG"), EZ Ventures SpA ("EZ"), Ignite Ops Holding, LLC ("Ignite") e Pablo Andrés Basso González ("Pablo" e, em conjunto com Inversiones, IG, EZ e Ignite, os "Vendedores"), a Companhia, New Retail Limited ("New Retail"), Tegalu Holding Corp. ("Tegalu"), Rio Verde Assets Limited ("Rio Verde"), Freedom Capital Group Limited ("Freedom"), Tenotla Limited ("Tenotla"), Fabian Spadone ("Fabian"), Corporacion Crup S.A. ("Crup"), Innovarq S.A. ("Innovarq"), Jose Maria Beltramini ("Jose Maria"), e, ainda, na qualidade de interveniente, Ecomsur. O Contrato Ecomsur estabelece os termos e condições por meio dos quais ocorrerá a combinação dos negócios e operações da Ecomsur e da Companhia na América Latina ("Transação Ecomsur"), sendo tal Transação Ecomsur implementada, no âmbito da Companhia, pela incorporação da Ecomsur pela Companhia, com o respectivo aumento de capital da Companhia, que se tornará detentora (a) do controle da entidade da Ecomsur situada no Chile; (b) de todas as ações, menos uma, de suas subsidiárias situadas no Peru e México; e (c) da integralidade do capital social de suas subsidiárias situadas na Colômbia e Panamá. A conclusão da Transação Ecomsur está condicionada à verificação dos atos de fechamento e das condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da Incorporação Ecomsur, conforme descrita no Contrato Ecomsur, no "Protocolo e Justificação da Incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracommerce CXAAS S.A." e no Manual para participação da Assembleia, que inclui a proposta da Administração para os temas a serem deliberados, disponíveis para consulta conforme indicado neste Edital de Convocação ("Condições Suspensivas Ecomsur"). Adicionalmente aos temas mencionados acima, a administração da Companhia também negociou outra transação no âmbito do Stock Purchase Agreement ("Contrato NewCo"), celebrado por e entre Tegalu Holding Corp. ("Tegalu"), Rio Verde Assets Limited ("Rio Verde"), Freedom Capital Group Limited ("Freedom"), Tenotla Limited ("Tenotla"), Fabian Spadone ("Fabian"), Corporacion Crup S.A. ("Crup"), Innovarq S.A. ("Innovarq"), Jose Maria Beltramini ("Jose Maria" e, em conjunto com Tegalu, Rio Verde, Freedom, Tenotla, Fabian, Crup e Innovarq, "Acionistas NewCo") e a Companhia. O Contrato NewCo estabelece os termos e condições por meio dos quais será realizada operação que objetiva consolidar o controle da Companhia na New Retail, bem como liquidar determinadas dívidas de subsidiárias da New Retail relacionadas a aquisições passadas ("Transação NewCo"), sendo tal Transação NewCo implementada pela incorporação da New Omnichannel Ltd. ("NewCo"), entidade que detém participação na New Retail, com o respectivo aumento de capital da Companhia, que se tornará detentora de participação adicional em sua controlada New Retail. A conclusão da Transação NewCo está condicionada à verificação dos atos de fechamento e das condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação, a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da Incorporação NewCo, conforme descritas no Contrato NewCo, no "Protocolo e Justificação da Incorporação da New Omnichannel Ltd. pela Infracommerce CXAAS S.A." e no Manual para participação da Assembleia, que inclui a proposta da Administração para os temas a serem deliberados, disponíveis para consulta conforme indicado neste Edital de Convocação ("Condições Suspensivas NewCo"). **2. Ordem do Dia:** (i) aprovação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracommerce CXAAS S.A.", celebrado em 14 de março de 2023 ("Protocolo e Justificação Ecomsur"), pelos administradores da Companhia e da Ecomsur, que contém todos os termos e condições da incorporação da Ecomsur pela Companhia ("Incorporação Ecomsur"); (ii) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. ("Avaliadora Ecomsur") responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da Ecomsur a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação Ecomsur"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação Ecomsur elaborado pela Avaliadora Ecomsur; (iv) aprovação da Incorporação Ecomsur, nos termos e condições do Protocolo e Justificação Ecomsur e o consequente aumento do capital social da Companhia; (v) aprovação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da New Omnichannel Ltd. pela Infracommerce CXAAS S.A.", celebrado em 14 de março de 2023 ("Protocolo e Justificação NewCo"), pelos administradores da Companhia e da NewCo, que contém todos os termos e condições da incorporação da NewCo pela Companhia ("Incorporação NewCo"); (vi) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. ("Avaliadora NewCo") responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da NewCo a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação NewCo"); (vii) aprovação do Laudo de Avaliação NewCo elaborado pela Avaliadora NewCo; (viii) aprovação da Incorporação NewCo, nos termos e condições do Protocolo e Justificação NewCo e o consequente aumento do capital social da Companhia; (ix) aprovação da alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento de capital social da Companhia decorrente da aprovação do item (iv) da Ordem do Dia e/ou da aprovação do item (viii) da Ordem do Dia, conforme aplicáveis, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (x) aprovação da autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações aprovadas, nos termos da legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, condicionado ao implemento das respectivas Condições Suspensivas Ecomsur e Condições Suspensivas NewCo, a implementação da Incorporação Ecomsur e da Incorporação NewCo, respectivamente, bem como a emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia em decorrência da(s) incorporação(ões) aprovada(s). A Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (i) a (iv) acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (i) a (iv) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (i) a (iv) da Ordem do Dia ou não sejam obtidas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as condições previstas no Protocolo e Justificação Ecomsur, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (i) a (iv) eventualmente aprovadas na AGE produzirão efeitos. Adicionalmente, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas Ecomsur constantes do Contrato Ecomsur celebrado e descrito no fato relevante de 9 de janeiro de 2023. Da mesma maneira, a Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (v) a (viii) acima, nos termos do edital de convocação, são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (v) a (viii) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (v) a (viii) da Ordem do Dia ou não sejam obtidas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as Condições Suspensivas NewCo previstas no Protocolo e Justificação NewCo, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (v) a (viii) eventualmente aprovadas na AGE produzirão efeitos. Adicionalmente, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas NewCo constantes do Contrato NewCo. **Independência das Operações.** Esclarece-se que a Incorporação Ecomsur e a Incorporação NewCo são operações autônomas entre si, e a aprovação e efetivação de cada uma delas ocorrerá de forma independente da aprovação e efetivação da outra. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., com relação aos itens "i" a "viii" e "x" da Ordem do Dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social votante da Companhia. Nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., com relação ao item "ix" da Ordem do Dia, para a instalação da Assembleia em primeira convocação será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á a nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, para as demais matérias, anunciando a nova data para realização da Assembleia para o(s) respectivo(s) tema(s) em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas. **3. Instruções Gerais:** Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, na sede social da Infracommerce, no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.infracommerce.com.br/), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (http://www.b3.com.br): **(i)** as cópias das publicações deste Edital de Convocação, **(ii)** o Manual, contendo a Proposta da Administração para a Ordem do Dia da Assembleia, contemplando seus anexos, incluindo (a) o Protocolo e Justificação Ecomsur e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação Ecomsur; (b) o Protocolo e Justificação NewCo e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação NewCo; (c) os principais termos da Transação Ecomsur; (d) os principais termos da Transação NewCo; e (e) as informações do Anexo I da Resolução CVM 81 para a Incorporação Ecomsur e para a Incorporação NewCo. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: **(i)** se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii)** se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; e **(iii)** se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima, bem como no Manual da Assembleia. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DD55F54B49CC) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros, quando aplicável, através da Plataforma Digital (link acima mencionado). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à Ordem do Dia, devem ser consultados no Manual da Assembleia, que contém a Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da Companhia (ri.infracommerce.com.br/). São Paulo/SP, 15 de março de 2023. **Pedro Jereissati -** Presidente do Conselho de Administração.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 23 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: **(i)** Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: **(a)** Município de São Luiz de Montes Belos, Estado do Goiás, na Avenida Hermógenes Coelho, Quadra 07, Lote 06, Setor Anhanguera Complementar, CEP 76100-000; **(b)** Município de Porangatu, Estado do Goiás, na Rua 2, S/N, Quadra 1, Lote 01 A, CEP 76550-000; **(c)** Município de Mirassol d'Oeste, Estado do Mato Grosso, na Rua Nilma Pereira Leite, nº 1.420, Jardim Planalto II, CEP 78280-000; **(d)** Município de Bragança, Estado do Pará, na Rua Vila Dois Irmãos, nº 17, Quadra 07, Lote 81, Centro, CEP 68600-000; **(e)** Município de Serra Talhada, Estado do Pernambuco, na Rua Manoel Romão de Farias, nº 193, São Cristóvão, CEP 56909-372; **(f)** Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Rua Leopoldo Murgel, nº 89, Loja E, Vila Domingos Lopes, CEP 36774-024; **(g)** Município de Irati, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; **(h)** Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Venâncio Aires, nº 304, Sala 02, Rocha, CEP 98025-375; **(i)** Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; **(j)** Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; e **(k)** Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, na Rua 244, nº 431, Sala 05, Meia Praia, CEP 88220-000. **(ii)** Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 14 de março de 2023. - **QIANG WANG -** Diretor Presidente

2W ENERGIA S.A.

CNPJ 08.773.135/0001-00 e NIRE 35.300.341.252

Certidão

Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão de Debêntures, em duas Séries, sendo a Primeira Serie Composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Energia S.A., Realizada, de Forma Conjunto, em 1ª (Primeira) Convocação, em 31/01/2023 ("Assembleia"), às 15 horas. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - **JUCESP.** Certifico sob o número 74.726/23-7 em 15.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-PARCELEX S.A.

CNPJ/MF nº 35.522.391/0001-99 - NIRE 35300544650

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2023

Data, Hora, Local: 7.03.2023, às 9 horas, na sede social, Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Carlos Pereira Martins; Secretária: Kelly Cristina Teles da Motta. **Ordem do Dia**: examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** autorização para a realização, pela Companhia, da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PARCELEX*" a ser celebrado entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, CEP 05425-020, CNPJ/MF 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), conforme o disposto na Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."); e na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26.01.2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686"); **(II)** autorização para a constituição, pela Companhia, de cessão fiduciária em garantia, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento: (i) da totalidade das obrigações assumidas pela Emissora perante os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, relativas ao pagamento do saldo do valor total da Emissão das Debêntures, da Remuneração (conforme abaixo definido) e dos demais encargos, relativos às Debêntures, à Escritura de Emissão e a qualquer dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão; (ii) dos custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à Emissão, observado o disposto nos Documentos da Emissão; (iii) de quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora perante os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão e de quaisquer dos demais Documentos da Emissão, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iv) das obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os titulares de Debêntures, comprovadamente venham a desembolsar, conforme aplicável, para a defesa de seus interesses na qualidade de credores, preservação ou exercício de seus direitos, para cobrança, judicial ou extrajudicial, e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução de qualquer das garantias outorgadas no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas"). Para os fins deste instrumento, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente" significa: i. a totalidade dos direitos creditórios oriundos das CCB (conforme abaixo definido) que sejam efetivamente endossadas para a Emissora e vinculados à Emissão, listadas e a serem listadas no Anexo I do "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), conforme atualizado na periodicidade prevista no Contrato de Cessão Fiduciária, que deverão atender aos Critérios de Elegibilidade (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo, sem limitação, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados a tais direitos creditórios, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação aos créditos retromencionados ("Direitos Creditórios Vinculados"). Para os fins deste instrumento, (a) "CCB" significa as cédulas de crédito bancário emitidas ou a serem emitidas pelos Tomadores (conforme abaixo definido), conforme solicitação feita pelos mesmos por meio da Plataforma (conforme abaixo definido), que poderão ser adquiridas pela Emissora no âmbito da Emissão, desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observada a Ordem de Alocação de Recursos (conforme definido na Escritura de Emissão) e os demais termos da Escritura de Emissão; (ii) "Tomadores" significa as pessoas naturais emitentes das CCB, sendo certo que os Tomadores deverão ser cadastrados na Plataforma anteriormente à emissão de cada CCB; (iii) "Plataforma" significa a plataforma eletrônica acessível pelo sítio https://www.parcelex.com.br/, desenvolvida e mantida Parcelex Correspondente Bancário S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 701, Botafogo, CEP 22.270-000, CNPJ/MF 14.054.623/0001-51 ("Parcelex" ou "Agente de Cobrança"); (iv) "Zipdin" significa a Zipdin Soluções Digitais Sociedade de Crédito Direto S.A., sociedade de crédito direto com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, sala 51, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, CNPJ/MF 37.41.009/0001-54, nos termos da Lei nº 10.931, de 2.08.2004, conforme alterada; (v) "BMP" significa a Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.765, 1º andar, conjunto 12, CEP 01311-200, na cidade de São Paulo/SP, CNPJ/MF 11.581.339/0001-45; e (vi) "Instituições Endossantes" significa, quando em conjunto, a Zipdin e a BMP; ii. a totalidade dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures e/ou recebidos de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados, incluindo, sem limitação, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados a tais direitos creditórios, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação aos créditos retromencionados ("Recursos Exclusivos"); iii. a totalidade dos direitos creditórios oriundos ou relacionados a recursos depositados, investimentos e aplicações financeiras, presentes e futuros, incluindo, sem limitação, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos a tais direitos creditórios, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação aos créditos retromencionados, existentes na conta nº 6381767-0 junto à agência 001 do Iugu Instituição de Pagamento S.A. (401), de titularidade da Companhia, a qual deverá ser substituída pela Emissora, após recebimento de comunicação do Agente de Cobrança nesse sentido, no prazo de 6 meses contados da data da celebração da Escritura de Emissão, por uma conta bancária vinculada (*escrow*), de movimentação restrita, nos termos da Escritura de Emissão; e iv. a totalidade dos direitos creditórios oriundos ou relacionados a recursos depositados, investimentos e aplicações financeiras, presentes e futuros, incluindo, sem limitação, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados a tais direitos creditórios, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação aos créditos retromencionados, existentes na conta nº 6126-3, mantida junto à agência 3396 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Companhia, a qual deverá ser substituída pela Emissora, após recebimento de comunicação do Agente de Cobrança nesse sentido, no prazo de 6 meses contados da data da celebração da Escritura de Emissão, por uma conta bancária vinculada (*escrow*), de movimentação restrita, nos termos da Escritura de Emissão ("Conta Exclusiva"). **(III)** autorização para que a administração da Companhia negocie os termos e condições da Emissão e celebre **(a)** a Escritura de Emissão, em conjunto com o Agente Fiduciário; **(b)** o "*Instrumento Particular de Promessa de Endosso de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças*", em conjunto com a Zipdin, e a Parcelex; **(c)** o "*Instrumento Particular de Promessa de Endosso de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças*", em conjunto com a BMP, e a Parcelex; **(d)** o "*Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Pagamento, Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", em conjunto com a Parcelex; **(e)** o "*Acordo Operacional de Parceria e Outras Avenças*", em conjunto com a Parcelex e com o Agente Fiduciário; **(f)** o Contrato de Cessão Fiduciária, em conjunto com o Agente Fiduciário; **(g)** quaisquer outros documentos ou instrumentos que formalizem, implementem ou aperfeiçoem a sua participação na Emissão, incluindo, sem limitação, os termos de endosso das CCB, a serem celebrados entre a Emissora e a Instituição Endossante respectiva; e **(h)** quaisquer aditamentos aos instrumentos mencionados nos itens "a" a "g" acima (em conjunto, os itens "a" a "h" serão denominados "Documentos da Operação"); **(IV)** autorização aos representantes da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e/ou das Debêntures, bem como a celebração dos Documentos da Operação; e **(V)** ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia e/ou seus representantes para realização da Emissão. **Deliberações Aprovadas**: **(I)** autorizar a realização da Emissão de Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(b) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão é de R$ 30.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); **(c) Quantidade:** serão emitidas 30.000 Debêntures; **(d) Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao exclusivamente ao pagamento de Despesas (conforme definido na Escritura de Emissão) flat da Emissão, à composição da Reserva de Despesas e Encargos (conforme definido na Escritura de Emissão) e ao pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados, em observância ao disposto na Resolução CMN 2.686, quais sejam, os Direitos Creditórios Vinculados formalizados por meio das CCB e delas oriundos que atendam os Critérios de Elegibilidade, já emitidas ou que sejam emitidas futuramente, nos termos da Lei nº 10.931, de 2.08.2004, conforme alterada, endossadas ou a serem endossadas à Emissora na forma da legislação aplicável e vinculadas à Emissão, passando a integrar a lista do Anexo II à Escritura de Emissão; **(e) Número da Emissão:** a presente Emissão é a 3ª emissão de Debêntures da Emissora; **(f) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 13.03.2023 ("Data de Emissão"); **(g) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"); **(h) Regime de Colocação:** as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço público de venda; **(i) Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão da forma nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e não serão conversíveis em ações da Emissora. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão); **(j) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(k) Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, na medida em que será constituída a Cessão Fiduciária em garantia das Obrigações Garantidas. **(l) Forma de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas mediante assinatura do respectivo boletim de subscrição e registradas nos sistemas da B3, de acordo com os procedimentos operacionais aplicáveis; **(m) Preço e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização (conforme abaixo definido), conforme chamadas de capital realizadas pela Emissora, fora do ambiente da B3, nos termos da Escritura de Emissão. Para os fins deste instrumento, "Preço de Integralização" significa o preço de integralização das Debêntures, que será equivalente ao Valor Nominal Unitário no caso da primeira data de integralização, e nas demais datas de integralização, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis* a partir da primeira data de integralização (inclusive) até a respectiva data de integralização (exclusive); **(n) Atualização Monetária:** as Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário ou o seu saldo atualizado monetariamente; **(o) Remuneração:** os juros remuneratórios que corresponderão a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível na página na internet http://www.b3.com.br, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 7,00% ao ano, base 252 dias úteis ("Remuneração"), conforme fórmulas constantes na Escritura de Emissão; **(p) Pagamento da Remuneração:** a Remuneração das Debêntures será paga pela Emissora, mensalmente, em cada data de pagamento aplicável, conforme cronograma de pagamentos constante da Escritura de Emissão, observada a Ordem de Alocação de Recursos e o Pagamento Condicionado (conforme definido na Escritura de Emissão); **(q) Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures:** após o encerramento do Período de Alocação (conforme definido na Escritura de Emissão), a Emissora deverá realizar, mensalmente, em cada data de pagamento aplicável, a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário das Debêntures, caso existam Recursos Exclusivos para tanto na Conta Exclusiva, observada a Ordem de Alocação de Recursos e o Pagamento Condicionado, conforme os termos e condições da Escritura de Emissão; **(r) Amortização Obrigatória das Debêntures:** a amortização obrigatória será realizada em parcela única (*bullet*), na Data de Vencimento (conforme abaixo definido), conforme os termos e condições da Escritura de Emissão; **(s) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures deverão ser efetuados aos Debenturistas, (i) com relação às Debêntures que estiverem registradas em nome do titular das Debêntures na B3, por meio da B3; e (ii) com relação às Debêntures que não estiverem registradas em nome do titular das Debêntures na B3, por meio do Agente de Liquidação (conforme definido na Escritura de Emissão); **(t) Data de Vencimento das Debêntures:** as Debêntures terão prazo de vigência de 915 dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13.09.2025 ("Data de Vencimento"); **(u) Vencimento Antecipado:** poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão na ocorrência de qualquer um dos eventos de vencimento antecipado definidos na Escritura de Emissão, conforme procedimentos ali previstos. **(v) Encargos Moratórios:** (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, pela taxa de 1% ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago; **(w) Direitos do Debenturista:** conforme previstos na Escritura de Emissão; **(x) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas na Escritura de Emissão. **(II)** autorizar a constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária em garantia das Obrigações Garantidas; **(III)** autorizar a administração da Companhia a negociar os termos e condições da Emissão e celebrar os Documentos da Operação; **(IV)** autorizar os representantes da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e/ou das Debêntures, bem como a celebração dos Documentos da Operação; e **(V)** ratificar todos os atos já praticados pela Companhia e/ou seus representantes para realização da Emissão. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 7.03.2023. Mesa: Carlos Pereira Martins - Presidente, Kelly Cristina Teles da Motta - Secretária. Acionista presente: a VERT Participações S.A.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 20 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: **(i)** Deliberar

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/93C6-3D10-B5CF-261E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 93C6-3D10-B5CF-261E

Hash do Documento

82FBF72A6C06F84AA356DF68833A218F457417FF928D1580B2169B2176A087B0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/03/2023 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 14/03/2023 20:40 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03